



Tribunal Regional Eleitoral
do Tocantins

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2021



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2021

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta à sociedade os resultados da gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, no exercício 2021, e, nos termos do art. 70 da Constituição Federal e das disposições da Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e da Decisão Normativa TCU nº 187/2020, torna acessível aos órgãos de controle e ao público em geral, sua Estrutura de Governança, os valores que norteiam sua atuação – Ética, Imparcialidade, Transparência, Respeito ao Ser Humano e Responsabilidade Socioambiental – e as ações implementadas visando à gestão regular, eficiente e transparente dos recursos recebidos, bem como a geração de valor para a sociedade.

O Relatório de Gestão apresenta a seguinte estrutura:

Mensagem do Presidente

1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

5 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

6 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES



Mensagem do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União, especificamente à Instrução Normativa 84/2020 e Decisão Normativa 187/2020, a Justiça Eleitoral do Tocantins apresenta o Relatório de Gestão para o ano de 2021.

Obedecendo estas orientações, o relatório está elaborado na forma de “Relato Integrado”. Isso permite melhor compreensão e propicia uma visão ampla e coesa dos atos praticados pela Gestão e os principais resultados obtidos.

A Justiça Eleitoral do Tocantins tem pautado suas iniciativas em ações planejadas e voltadas para “garantir a legitimidade do processo eleitoral para fortalecer a Democracia”. Desde 2015, tem atuado com o objetivo, referendado pela Corte deste órgão na Resolução nº 326/2015, de “ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na educação política da sociedade”, sendo esta mentida como a “visão” do órgão no Planejamento Estratégico Institucional para o período 2021 a 2026.

Quanto a “ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral”, desde 2005, este órgão adota Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) focado no processo eleitoral. Atualmente, todo o processo eleitoral foi mapeado e é gerenciado por sistema próprio que controla todas as atividades que foram planejadas para a realização das Eleições. A ferramenta utilizada e o

modelo de gestão têm servido de inspiração a outras instituições que pretendem otimizar seus processos de trabalho.

Cabe ressaltar, que a Gestão do Processo Eleitoral neste Estado é certificado pela ISO 9001:2015 e pelo Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE).

No que se refere a “ser modelo de excelência na educação política da sociedade”, com a Resolução 444/2019, alterada pela Resolução TRE/TO n.º 506/2021, quatro grandes projetos voltados para essa temática consolidaram-se como projetos permanentes devido a sua grande importância para a estratégia do órgão. São eles: Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas, Agentes da Democracia Formação de Eleitores e Políticos do Futuro, Inclusão Política da Mulher: + Mulher + Democracia e Inclusão sociopolítica das Comunidades Quilombolas. Em 2021, as ações desses projetos alcançaram mais de 6 mil pessoas.

Antes de apresentar os resultados alcançados em 2021, cabe destacar que este ano também foi atípico e desafiador, não tão somente para a Justiça Eleitoral, mas para todo o mundo. A pandemia da COVID-19 que ainda persiste, nos obrigou a estarmos ainda mais preparados para o cumprimento de nossa missão e alcance de nossa visão.

Agora sim, vamos falar dos resultados alcançados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 quanto ao alcance do cumprimento da estratégia. Os projetos do Programa de Gestão 2019-2021 foram basicamente todos concluídos. Àqueles que necessitaram ultrapassar sua execução no exercício foram acolhidos no Programa de Gestão 2021-2023.

Outro resultado que merece destaque e que impacta a satisfação da sociedade é a manutenção do elevado índice de transparência pública (93,3%), a avaliação do cidadão-usuário da Justiça Eleitoral quanto aos serviços prestados, o qual cumpriu a meta em 100% e, também, a celeridade na tramitação processual. O índice de processos julgados em relação aos distribuídos e o índice de julgamento dos processos antigos alcançaram 93,9% e 100%, respectivamente.

Outra grande entrega desta gestão para a sociedade foi o desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional (PETRE-TO) para o período 2021-2026. Em 2021 o Plano foi desdobrado em importantes ações estratégicas nas unidades de Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação e Comunicação e na área Judiciária e de Gestão da Informação.

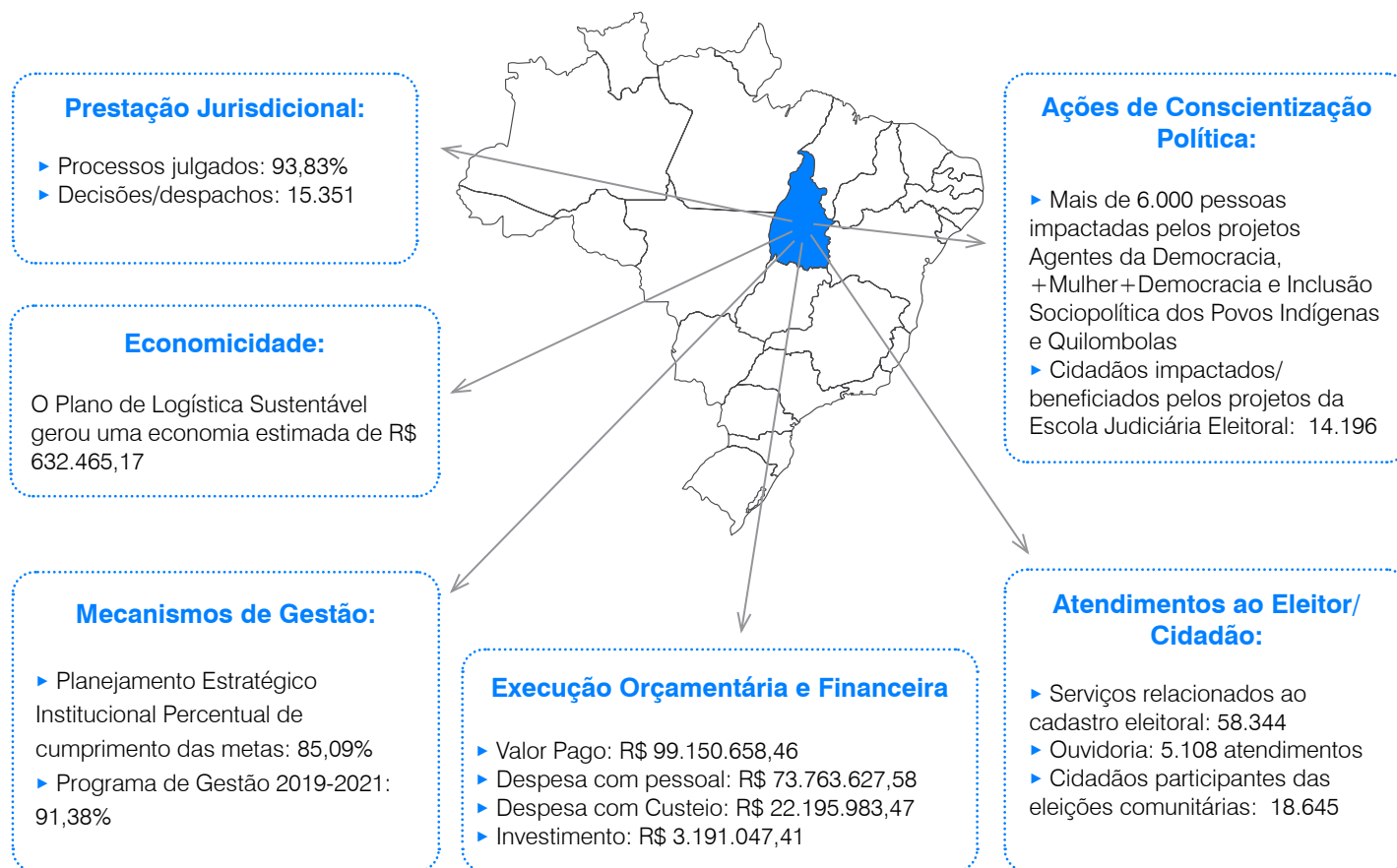
Alinhado à estratégia, foi instituído o Programa de Gestão para o período de 2021-2023, com base em três eixos estruturantes: Diálogo, Transparência e Eficiência. Neste Plano a sociedade poderá contar com importantes iniciativas relativas à garantia dos direitos de cidadania, celeridade na prestação jurisdicional, do fortalecimento da governança e transformação digital e inovações tecnológicas. O detalhe de todas as iniciativas estão na página 37, disponível em <https://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/projetos/gestao-de-projetos>

Um dos maiores projetos em execução no Programa de

Gestão 2021-2023 é o Planejamento integrado do próximo pleito, no qual foram pensadas todas as etapas de realização da eleição em termos de pessoas, processos e recursos, bem como foram identificados e avaliados os riscos aplicados os respectivos controles.

Por fim, diante de minha responsabilidade por assegurar a integridade do presente relatório, DECLARO que o Relatório de Gestão 2021, do Tribunal Regional Eleitoral, foi preparado e apresentado com a participação dos dirigentes das respectivas unidades e está de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado.

RESULTADOS DA GESTÃO 2021



Sumário

1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 Identificação, Missão e Visão	8
1.2 Atuação do TRE-TO e principais normas	8
1.3 Estrutura organizacional	8
1.4 Estrutura de Governança	8
1.5 Modelo de negócios	8
1.6 Principais processos de trabalho	9
1.7 Cadeia de Valor	9
1.8 Ambiente externo	9
1.9 Matriz de materialidade das informações	9

2

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 Riscos, oportunidades e perspectivas	28
2.2 Principais riscos e oportunidades e sua vinculação com os objetivos estratégicos	29
2.3 Reclassificação dos riscos após controles	30
2.4 Oportunidades	31

3

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 Como a estrutura de governança apoia a capacidade de a UPC alcançar seus objetivos?	13
3.2 Estratégia	14
3.3 Resultados e desempenho da gestão	15
3.4 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e as prioridades de gestão	16
3.5 Programa de Gestão	16
3.6 Eleições 2020	16

4

RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

4.1 Gestão Orçamentária e financeira	17
4.2 Gestão de custos	18
4.3 Gestão de Pessoas	19
4.4 Gestão de licitações e contratos	20
4.5 Gestão Patrimonial e infraestrutura	21
4.6 Gestão da Tecnologia da Informação	22
4.7 Sustentabilidade ambiental	23

5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1 Declaração do contador	79
5.2 Demonstrações contábeis	80
5.3 Notas explicativas das demonstrações contábeis	84

6

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

6.1 Relatório de instância ou área de correção	27
--	----

7

ANEXOS, APÊNDICES E LINKS

7. ANEXO I - Zonas Eleitorais do TRE-TO	92
---	----

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ASPLAN/DG – Assessoria de Planejamento e Gestão da Diretoria Geral
COAUDI - Coordenadoria de Auditoria Interna
COFIN – Coordenadoria de Orçamento e Finanças
COPEs – Coordenadoria de Pessoal
COSEG – Coordenadoria de Serviços Gerais
CRE – Corregedoria Regional Eleitoral
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DG – Diretoria Geral
DRAPS, - Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários
PAC – Plano Anual de Capacitação
PEPE – Plano Estratégico de Gestão de Pessoas;
PETRE – Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral
PFN – Procuradoria da Fazenda Nacional
PQJE – Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral
SADOR – Secretaria de Administração e Orçamento
SEPAG – Seção de Pagamentos
SEREF – Seção de Registros Funcionais e Informações Processuais
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG – Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SGRH – Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos
LOA – Lei Orçamentária Anual
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TRE-TO – Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
VPN – Rede Virtual Privada (tradução do inglês)
ZE – Zona Eleitoral

Capítulo 1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 IDENTIFICAÇÃO, MISSÃO E VISÃO

Instituição:

Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
CNPJ: 05.789.902/0001-72

Endereço Sede:

Quadra 202 Norte - Av. Teotônio Segurado, Conjunto 01 Lotes 1 e 2, CEP: 77.006-214 - Cx. postal 181 - Plano Diretor Norte - Palmas - TO.

Sítio eletrônico: www.tre-to.jus.br

Zonas Eleitorais: Atualmente possui 33 zonas eleitorais. Detalhamento no Anexo I.

Criação:

O Estado do Tocantins deu-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que também estabeleceu a instalação de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal. No Tocantins, a instalação do TRE-TO ocorreu em 17 de fevereiro de 1989.



Figura 1.1.1 - Missão, Visão e Valores

1.2 ATUAÇÃO DO TRE E PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins integra a Justiça Eleitoral brasileira, que é um ramo especializado do Poder Judiciário. Atua em quatro esferas.



Figura 1.2.1 Ramos do Poder Judiciário

Figura 1.2.2 Esferas de atuação da Justiça Eleitoral

A Estrutura da Justiça Eleitoral está disciplinada no art. 118 da Constituição Federal. Ela é estruturada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional; por 27 tribunais regionais eleitorais (TRE's), sediados nas capitais dos Estados e no Distrito Federal; pelos juízes eleitorais; e pelas juntas eleitorais.

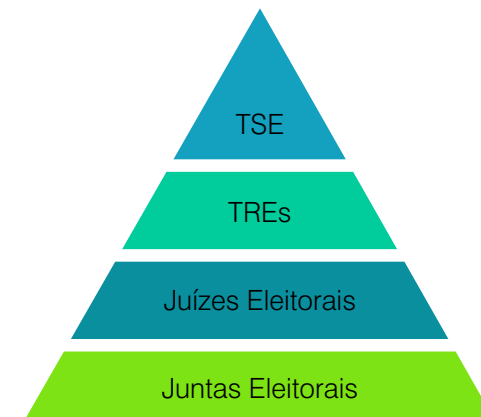


Figura 1.2.3 Estrutura da Justiça Eleitoral

A competência e a organização da Justiça Eleitoral estão previstas nos preceitos emanados da Constituição, do Código Eleitoral, da legislação complementar e das regulamentações da matéria. Essa justiça especializada é o instrumento que assegura a prevalência da soberania popular, seja no comando das eleições, evitando abusos e fraudes, seja na preservação de direitos e garantias, por meio da fixação e fiel observância de diretrizes claras e firmes, fundamentadas em lei.

As principais competências dos TREs estão previstas no artigo 29 do Código Eleitoral, e são elas:

- I.** Processar e julgar: o registro e cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos e candidatos; os conflitos de jurisdição entre os Juízes Eleitorais de sua circunscrição; os crimes eleitorais cometidos pelos seus Juízes Eleitorais; o Habeas Corpus ou Mandado de Segurança em matéria eleitoral contra ato de autoridade que respondam perante os Tribunais de Justiça por crime de responsabilidade e as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos;
- II.** Processar e julgar os recursos interpostos contra atos e decisões proferidas pelos Juízes e Juntas Eleitorais;
- III.** Responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político;
- IV.** Fixar data das eleições para Governador, Vice, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vice e Vereador em eleições suplementares;
- V.** Organizar a sua Secretaria, a Corregedoria Regional Eleitoral, bem como dividir a respectiva circunscrição em zonas eleitorais;
- VI.** Organizar e administrar o cadastro de eleitores do Estado do Tocantins; e
- VII.** Controlar e fiscalizar todo o processo eleitoral sob sua jurisdição, desde o registro de cada diretório dos partidos políticos até a impressão de boletins e mapas de apuração durante a contagem dos votos.

Em resumo, a Justiça Eleitoral tem por objetivo disciplinar os atos referentes aos direitos políticos e ao processo eleitoral em todas as fases: o alistamento do eleitor, a filiação partidária, o registro de candidaturas, a propaganda eleitoral, a recepção e a apuração dos votos, a expedição do resultado final do pleito, o reconhecimento e a diplomação dos candidatos eleitos.

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Atualmente, há duas formas de perceber a estrutura organizacional do TRE-TO: uma visão hierárquica-funcional, a partir do entendimento da sua Estrutura Regimental e Organograma; e uma visão matricial, a partir do entendimento dos seus macroprocessos de negócio, organizados na forma do seu Sistema de Gestão da Qualidade. Essas duas divisões são diretamente relacionadas, complementares e fundamentais para o desenvolvimento das suas atividades institucionais com eficácia, eficiência e efetividade. Segue, na Figura 1.3.1 o organograma da Estrutura Regimental.

As competências das unidades que compõem a Estrutura Regimental do Tribunal estão disciplinadas nos seguintes normativos:

- Regimento Interno – Resolução TRE-TO nº 282/2012
- Regulamento da Secretária – Resolução TRE-TO nº 116/2007
- Os comitês, comissões e núcleos ligados à Presidência fazem parte do Sistema de Governança e Gestão do órgão e suas competências estão disciplinadas na Instrução Normativa nº 7/2018, do Tribunal. O resumo dessas competências consta no item 2.4 deste relatório.
- O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), ligado à Ouvidoria, está regulamentado pela Resolução TRE n. 476, de 26 de junho de 2020.



A íntegra dos normativos pode ser acessada no link:
<https://www.tre-to.jus.br/legislacao/compilada>

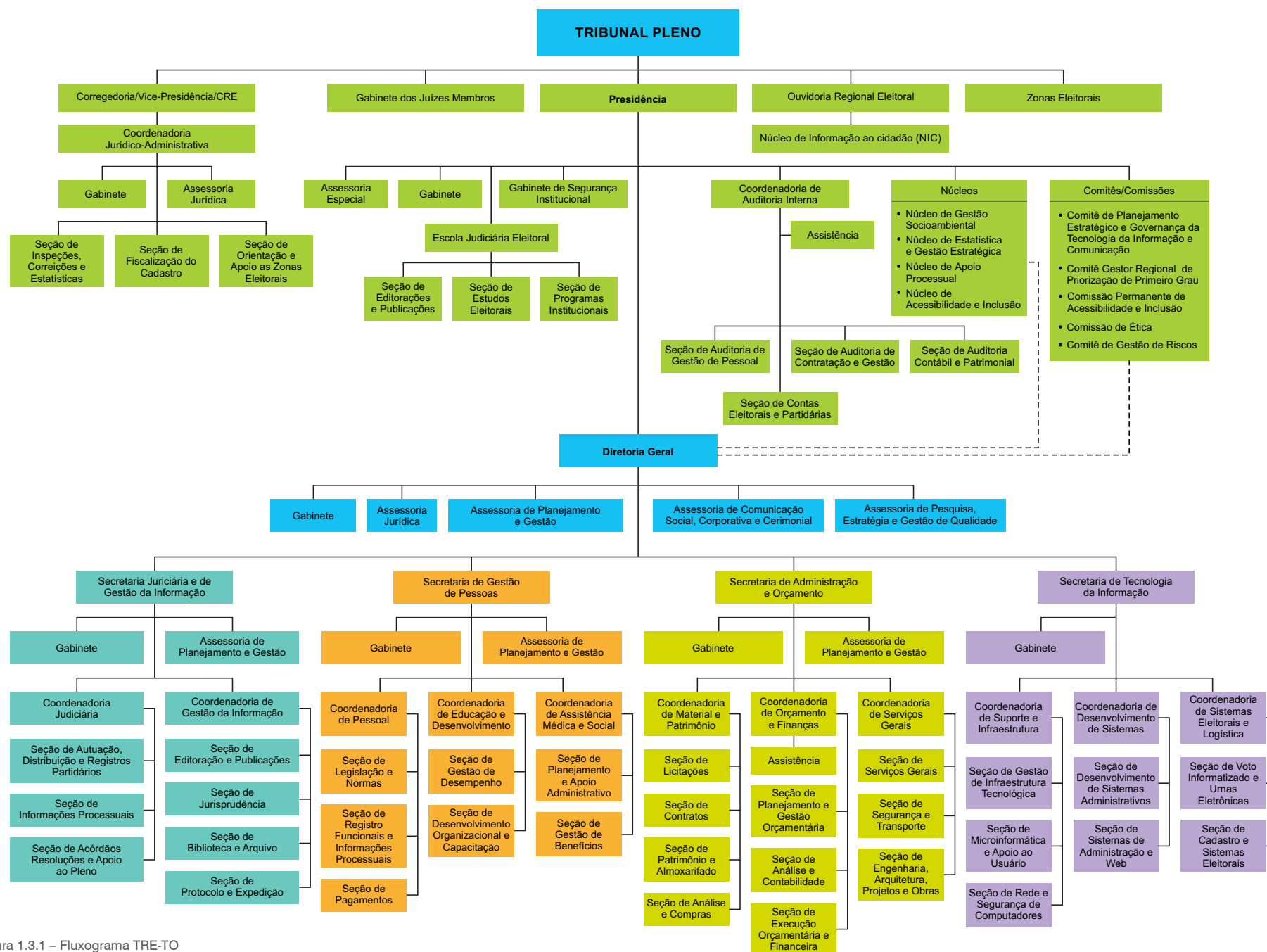


Figura 1.3.1 – Fluxograma TRE-TO

1.4 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

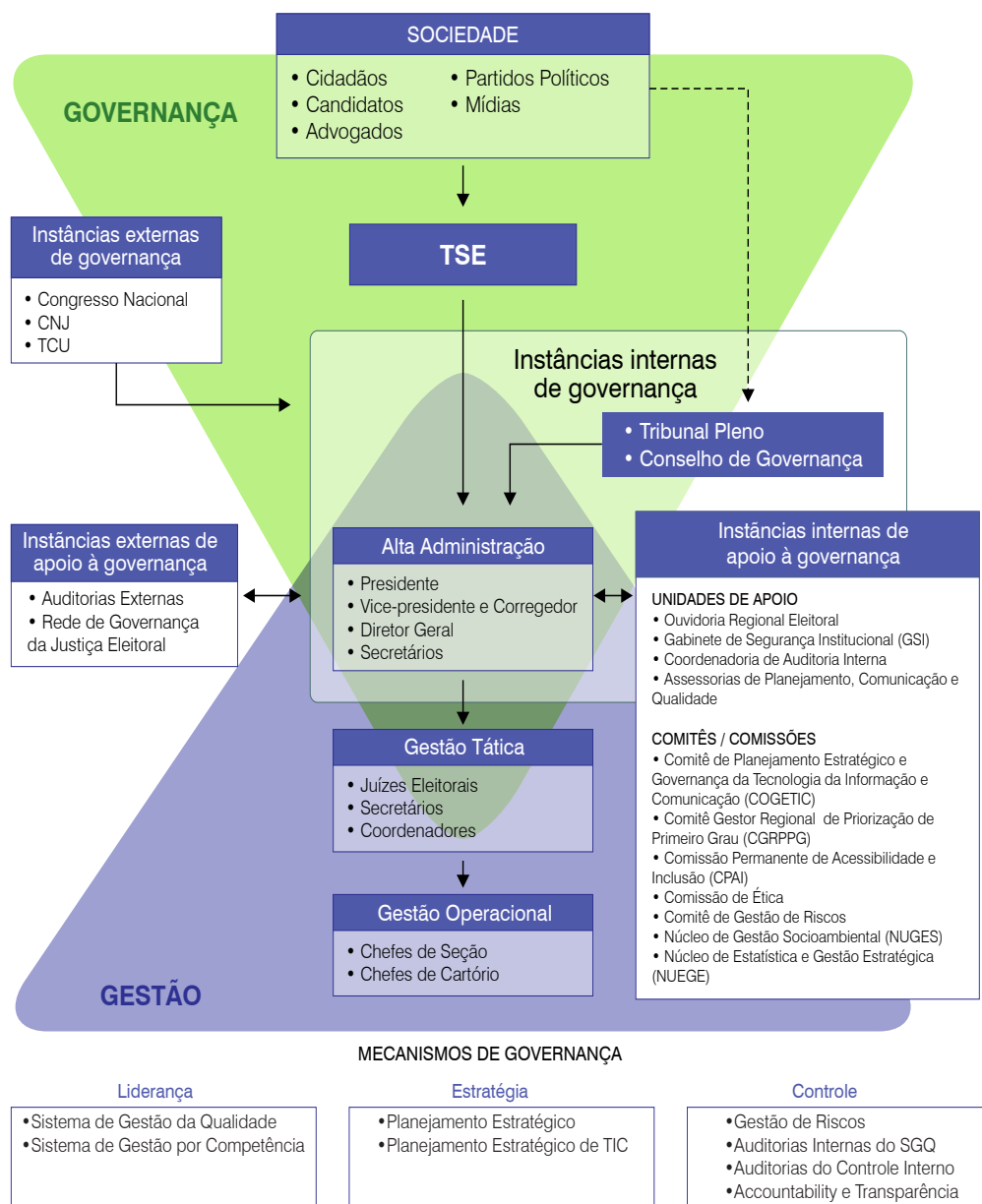


Figura 2.5 – Sistema de Governança e Gestão do TRE-TO

O Sistema de Governança e Gestão do TRE-TO foi instituído pela Instrução Normativa nº 7/2018. Segue o detalhamento de cada instância de governança.

I INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA DO TRE-TO:

A TRIBUNAL PLENO

Composição do colegiado do TRE-TO em 2021:



Desembargador
Helvécio de Brito Maia Neto
Presidente



Desembargador
Eurípedes do Carmo Lanounier
Vice-Presidente/Corregedor



Juíza
Ana Paula Brandão Brasil
Ouvidora Regional Eleitoral



Juiz
José Maria Lima
Juiz de Direito



Juiz
Gabriel Brum Teixeira
Juiz Federal



Juiz
Rodrigo de Meneses dos Santos



Juíza
Delícia Feitosa Ferreira
Sudbrack



Dr. João Gustavo de A. Seixas
Procurador Regional Eleitoral

B CONSELHO DE GOVERNANÇA

O Conselho de Governança do TRE-TO foi instituído pela Instrução Normativa nº 7/2018, mesmo instrumento que institucionalizou o Sistema de Governança e Gestão do órgão. Seguem abaixo composição e competências:

COMPOSIÇÃO	COMPETÊNCIAS
Titulares ou representantes das seguintes unidades: I - Presidência do Tribunal II - Vice-Presidência/Corregedoria Regional Eleitoral III - Diretoria Geral IV - Secretarias do Tribunal	Avaliar, direcionar e monitorar a gestão da instituição, especialmente quanto ao alcance de metas estabelecidas e, ainda, decidir acerca das seguintes matérias: • Governança • Gestão estratégica • Políticas organizacionais • Gestão de aquisições • Projetos institucionais • Processos organizacionais • Gestão de resultados • Gestão de riscos • Controles internos administrativos • Metas, estratégias, indicadores e objetivos institucionais • Outros temas correlatos à natureza de sua competência

C ALTA ADMINISTRAÇÃO

Composição da alta administração do TRE-TO:



Desembargador
Helvécio de Brito Maia Neto
Presidente



Desembargador
Eurípedes do Carmo
Lamounier
Vice-Presidente/
Corregedor



José Machado dos Santos
Diretor-Geral



Teodomiro Fernandes
Amorim
Secretário de Administração
e Orçamento



Cristiane Regina Boechat
Tose
Secretária de Gestão de
Pessoas



Valdenir Borges Júnior
Secretário de Tecnologia da
Informação



Vick Marure Aglantzakakis
Secretário Judiciária e
Gestão da Informação

II

INSTÂNCIAS INTERNAS
DE APOIO À GOVERNANÇA

UNIDADES DE APOIO



OUVIDORIA (ORE-TO)

A ORE-TO é o canal de comunicação direta entre a Justiça Eleitoral do Tocantins e a comunidade/cidadão, servindo como importante instrumento de promoção da cidadania. Foi instituída pela Resolução nº 476/2020 e, dentre suas várias atribuições, está a de sugerir às demais unidades do Tribunal a adoção de medidas administrativas tendentes à melhoria e ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas informações, sugestões, reclamações, notícias de irregularidades, críticas e elogios recebidos pelo cidadão.

Na ORE funciona também o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído pela Resolução TRE n. 476, de 26 de junho de 2020.

Dentre suas atribuições, estão a de monitorar a aplicação da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação); recomendar medidas de aperfeiçoamento dos procedimentos de acesso à informação; e orientar as unidades organizacionais deste Tribunal para o fiel cumprimento da Lei.

A ORE-TO também é responsável pela gestão da Pesquisa de Satisfação do usuário da Justiça Eleitoral do Tocantins. O resultado dessa pesquisa é monitorado pela Alta Administração em Reuniões de Análise da Estratégia e muito contribui na governança do órgão.



Conheça a Ouvidoria do TRE/TO, acesse
<https://www.tre-to.jus.br/o-tre/ouvidoria-regional-eleitoral/ouvidoria-regional-eleitoral>

GABINETE DE SEGURANÇA
INSTITUCIONAL (GSI)

Assessora a Presidência do Tribunal no planejamento, execução e manutenção da segurança institucional da Justiça Eleitoral do Tocantins. No período eleitoral é responsável por planejar, coordenar e executar, em conjunto com os demais órgãos de segurança pública, a segurança e a manutenção da ordem pública no Estado do Tocantins, com vistas à garantia do livre exercício do voto, observadas as competências de cada órgão.



COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA (COAUDI)

A COAUDI é a unidade de auditoria do TRE-TO vinculada diretamente à Presidência, que atua como órgão de assessoramento do Presidente, com vistas a avaliar a gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e eficácia da aplicação dos recursos e seus controles e, ainda, as atividades relativas ao exame das contas eleitorais e partidárias, de competência originária do Tribunal.

A COAUDI é o órgão responsável por auxiliar o Controle Externo, com o fim de garantir a regularidade, legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos, bem como eficiência na correta aplicação dos recursos públicos sob a responsabilidade deste Regional e, ainda, por viabilizar a realização de sua missão institucional.

Com o intuito de garantir o alinhamento entre as atividades de auditoria e os objetivos institucionais, como referências para a composição do Plano Anual de Auditoria, a COAUDI considera sempre o planejamento estratégico organizacional, as ações coordenadas de auditoria definidas pelo Conselho Nacional de Justiça e as auditorias integradas, sob a coordenação do Tribunal

Superior Eleitoral.

As atividades de auditoria desenvolvidas pela COAUDI atendem às normas técnicas estabelecidas para o Poder Judiciário, Resolução CNJ nº 171/2013, Resolução TRE-TO nº 314/2014, Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) e Plano Anual de Auditoria (PAA)*, elaborados, aprovados e publicados de acordo com os critérios definidos nos normativos acima citados.

Ressalte-se que o relacionamento da unidade de Auditoria Interna com as demais instâncias de governança do TRE-TO está disciplinado na Resolução TRE-TO nº 314/2014**, a qual estabelece e regulamenta as atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização na Secretaria e nos Cartórios das Zonas Eleitorais do Tocantins.



* PALP e PAA/2021 disponíveis em:
<http://www.tre-to.jus.br/transparencia/planos-de-auditoria-interna/auditoria-interna-ccia/planos-de-auditoria-interna>



** Resolução TRE-TO nº 314/2014, alterada pela Resolução TRE/TO nº 333/2015, disponível em:
<http://www.tre-to.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre/resolucoes-do-tre-to>

ASSESSORIAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO; COMUNICAÇÃO; E QUALIDADE



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Assessora o Diretor-Geral na coordenação e monitoramento do processo de planejamento estratégico; na elaboração e acompanhamento do programa de gestão; nas atividades para o cumprimento das metas e determinações do Conselho Nacional de Justiça.



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, CORPORATIVA E CERIMONIAL

Compete o planejamento e execução da política de comunicação social e cerimonial e a divulgação interna e externa, através de notícias, das ações e iniciativas de todas as unidades do Tribunal.



ASSESSORIA DE PESQUISA, ESTRATÉGIA E GESTÃO DA QUALIDADE

Assessora o Diretor-Geral na coordenação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), auxiliando as unidades do Tribunal no mapeamento dos processos de trabalho, bem como nos processos que compõe o escopo do Processo Eleitoral. É a unidade responsável pelo acompanhamento dos trabalhos para a certificação do órgão pela NBR ISO 9001:2015 e pelo Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE).

COMITÊS E COMISSÕES



COGETIC

Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação

Criado em 2016 pela Portaria nº 156, incorporou a função do Comitê Executivo e do Comitê Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação. É um comitê vinculado à Presidência com competência para acompanhar a execução do planejamento estratégico, programa de gestão e plano de comunicação da estratégia; deliberar sobre políticas, diretrizes e investimentos em tecnologia da informação, capacitação; processos organizacionais do escopo do SGQ; gestão de riscos, dentre outros.



CGR - 1º GRAU

Comitê Gestor Regional de Priorização de Primeiro Grau

Criado em 2015 pela Portaria nº 483/2015, alterado pela Portaria nº 598/2021, com a atribuição de gerir e implementar a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução nº 194/2014 do CNJ. É um órgão vinculado à Presidência. Ao presidente deste comitê incumbe a tarefa de representar o 1º Grau de Jurisdição no COGETIC.



CGRCN

Comitê de Gestão de Riscos e Continuidade de Negócio

A Política de Gestão de Riscos do TRE-TO foi instituída pela Resolução nº 472/2020, bem como foi criado o Comitê de Gestão de Riscos do órgão. Compete ao Comitê propor ao COGETIC melhorias para a Política Corporativa de Gestão de Riscos; orientar os gestores sobre risco e controle administrativo; e dar suporte metodológico à implantação e operacionalização do gerenciamento de riscos.



NUGES

Núcleo de Gestão Socioambiental

Instituído pela Resolução TRE-TO nº 478/2020 como unidade vinculada à Presidência. Uma das suas principais atribuições está a de elaborar, monitorar, avaliar e revisar, juntamente com o comitê gestor, o Plano de Logística Sustentável.



NUEGE

Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica

Criado pela Portaria Pres. nº 503/2015 como unidade vinculada à Presidência. Dentre as suas competências destaca-se a de elaboração e divulgação dos dados estatísticos do órgão, bem como a de orientação dos gestores e servidores sobre a operacionalização dos sistemas disponíveis para coleta e processamento dos dados.

**CPAI****Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão**

Instituída em 2017 pela Resolução nº 377, a comissão é responsável pela definição de ações necessárias à garantia da plena acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins. Deve zelar ainda pelo cumprimento da Resolução nº 230/2016, do CNJ, e da Resolução nº 23.381/2012, do TSE.

**COMISSÃO DE CONDUTA E INTEGRIDADE**

Foi criada pela Resolução 454/2019, com natureza investigativa. Os membros são nomeados pelo Presidente do Tribunal e devem desempenhar suas atividades sem prejuízo das suas atribuições.



Toda a legislação interna do TRE-TO pode ser acessada no link:
<http://www.tre-to.jus.br/legislacao/legislacao-compilada-tre-to>

**III INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA****• Congresso Nacional**

Por meio da edição de leis que disciplinam o principal produto da Justiça Eleitoral que é realizar as Eleições.

• Conselho Nacional de Justiça – CNJ

Por meio da edição de resoluções que tem padronizado estrutura e procedimentos do judiciário, além do estabelecimento de metas anuais.

• Tribunal de Contas da União – TCU

Por meio da prestação de contas anual, as quais estão submetidos todos os órgãos públicos federais.

**IV INSTÂNCIAS EXTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA****AUDITORIAS EXTERNAS**

Anualmente, são realizadas auditorias externas com o objetivo de determinar a capacidade e a eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade para garantir a conformidade contínua, com os requisitos dos clientes, estatutários e regulamentares e o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Em 2021, o Sistema de Gestão da Qualidade foi submetido a duas auditorias, sendo uma interna e uma externa, realizadas por auditores pertencentes à Justiça Eleitoral e organismo certificador, respectivamente. Os resultados estão disponíveis em <https://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/qualidade>

**REDE GOVERNANÇA DA JUSTIÇA ELEITORAL**

É constituída pelos assessores de planejamento e gestão do TSE e dos 27 tribunais regionais eleitorais. Nessa rede, são discutidas e analisadas as metas estabelecidas para a Justiça Eleitoral, além de haver muita troca de informação sobre as boas práticas utilizadas na governança e gestão.

1.5 MODELO DE NEGÓCIOS

SOCIEDADE

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

- 29.363 Requerimentos de Alistamento Eleitoral
 - 14.189 Alistamentos Eleitorais
 - 8.161 Transferências Eleitorais
 - 6.631 Revisões Eleitorais
- 0 Municípios atendidos
- 0 Cidadãos atendidos no projeto itinerante
- 5.108 Atendimentos realizados pela ouvidoria
- 5 Reclamações
- 14 Denúncias

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- 2 Audiências Públicas realizadas pela Corregedoria

ESTADO E SOCIEDADE

- 105 Municípios onde foi realizada alguma ação de educação sociopolítica da sociedade
- 14.196 Cidadãos impactados/beneficiados
- 121 Ações de educação sociopolítica realizadas
- 5 ações de participação de mais mulher na democracia.
- 8 ações de inclusão sociopolítica dos povos indígenas.
- 113 ações voltadas para o eleitor do futuro

PARTES INTERESSADAS

- Eleitores
- Candidatos
- Partidos
- Políticos
- Advogados
- Entidades
- Colaboradores
- Fornecedores

ORGANIZAÇÃO

- 139 Municípios
- 33 Zonas Eleitorais
- 2 Postos de Atendimento
- 876 Locais de votação
- 4.030 Seções Eleitorais

ELEITORADO

- 1.039.244 Eleitores
- 5.178 Eleitores indígenas
- 9.720 Eleitores com deficiência

PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL 1º GRAU

- 2.218 Processos que ingressaram no 1º Grau em 2021.
- 8.380 Processos julgados em 2021.
- 229 Processos antigos.
- 0 Processos que ingressaram em 2021 que possam importar na perda de mandato eletivo ou inexigibilidade
- 77 Processo julgado em 2021 que importa na perda de mandato eletivo ou inexigibilidade
- 260 Dias o tempo médio do processo baixado no 1º Grau.

PRESTAÇÃO JURISTICCIONAL 2º GRAU

- 99 Sessões realizadas até 30/11 (96 ordinárias e 3 extraordinárias solenes)
- 404 Processos julgados até 30/11 (Judiciais: 288 e Administrativos: 116)
- 272 Processos que ingressaram em 2021.
- 30 Processo antigos
- 47 Processos que ingressaram em 2021 que importam na perda de mandato eletivo.
- 17 Processos julgados em 2021 que importam na perda de mandato eletivo.
- 343 dias tempo médio do processo baixado.

PROCESSOS INTERNOS

DESEMPENHO

- 24 Indicadores estratégico
 - 12 Indicadores do PEPE
 - 36 Indicadores operacionais
 - 32 Projetos/Iniciativas
- Estratégicas – PG 2021-2023

PLEITOS

- 5 Eleições Suplementares
- 139.244 Eleitorado
- 0 Custo da eleição
- 0 Custo por eleitor
- 11 Eleições não oficiais
- “Entidades solicitantes/beneficiadas
- Partido Político
- Universidades (diretoria e centros acadêmicos)
- Escolas (grêmio estudantil)
- Sindicatos e Associações
- Outros (conselho tutelar, prefeituras...)”
- 24 Municípios atendidos
- 18.645 eleitores participantes das eleições não oficiais
- 90 urnas eletrônicas utilizadas
- 71 Servidores envolvidos

AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

- 226 Contratações
- 248 Fornecedoros
- 17 Licitações com critérios de sustentabilidade
- 15 Contratos firmados com critérios de sustentabilidade

MEIO AMBIENTE

- 21,08% Redução no consumo de energia elétrica
- 26,44% Redução no consumo de água
- 31,31% Redução no consumo de combustível (gasolina, etanol, diesel)

RECURSOS

FORÇA DE TRABALHO

- Magistrados: 40
- Servidores: 307
- Efetivos: 183
- Removidos: 16
- Requisitados: 102
- Lotação provisória: 3
- Sem vínculo: 3
- Estagiários: 47
- Terceirizados: 179

REMUNERAÇÃO DE PESSOAL

- Dotação: R\$ 73.763.627,58 milhões

ORÇAMENTO

- Dotação Orçamentária: R\$ 102.113.981,66
- Total Pago: R\$ 99.150.658,46

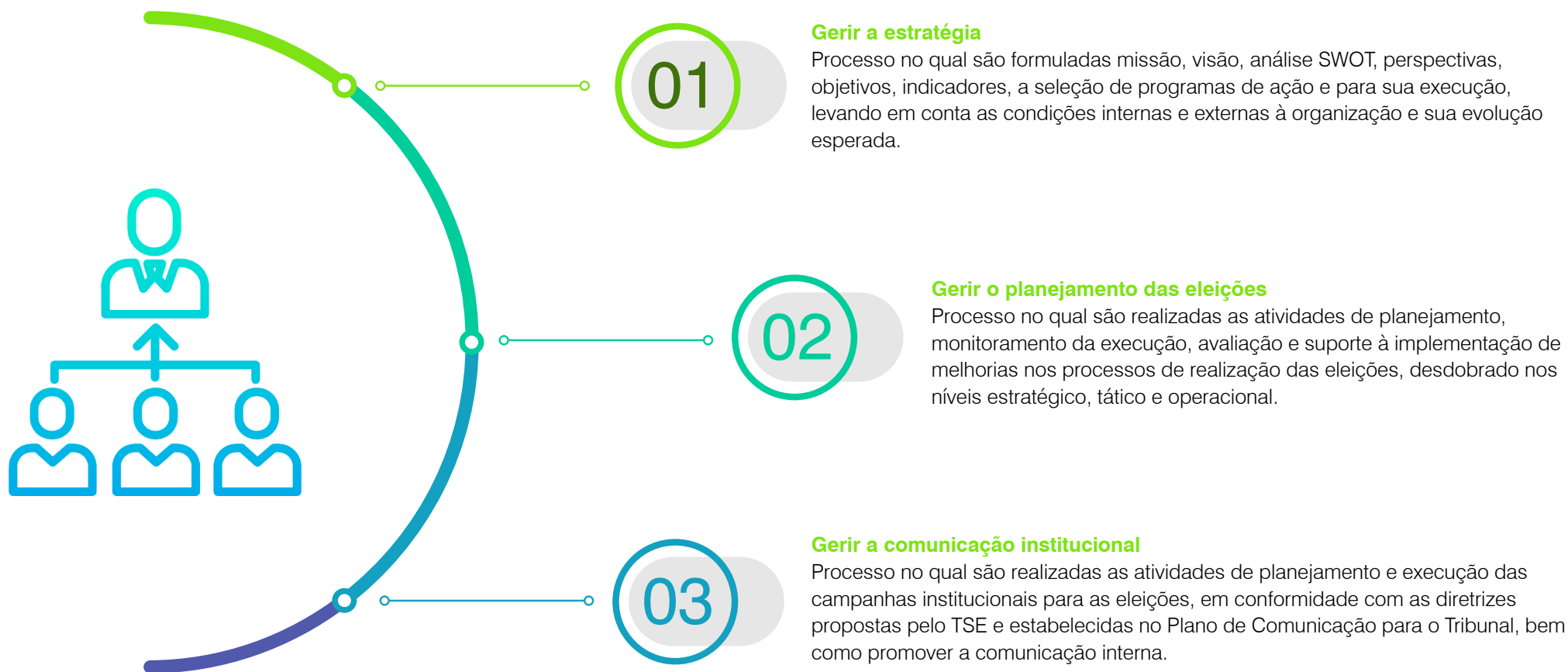
1.6 PRINCIPAIS PROCESSOS DE TRABALHO

O TRE-TO, buscando melhorar os meios e a forma de gerenciar as atividades diretamente ligadas ao processo eleitoral, adotou os princípios da gestão da qualidade, entre eles a gestão por processos para o estabelecimento e o gerenciamento dos seus processos de trabalho.

Abaixo, segue a descrição dos processos componentes do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) que tem como escopo a gestão do processo eleitoral, envolvendo 20 processos, categorizados em:

- GESTÃO E LIDERANÇA;
- FINALÍSTICOS;
- APOIO;
- MONITORAMENTO E MELHORIA.

PROCESSOS DE GESTÃO DE LIDERANÇA



PROCESSOS FINALÍSTICOS



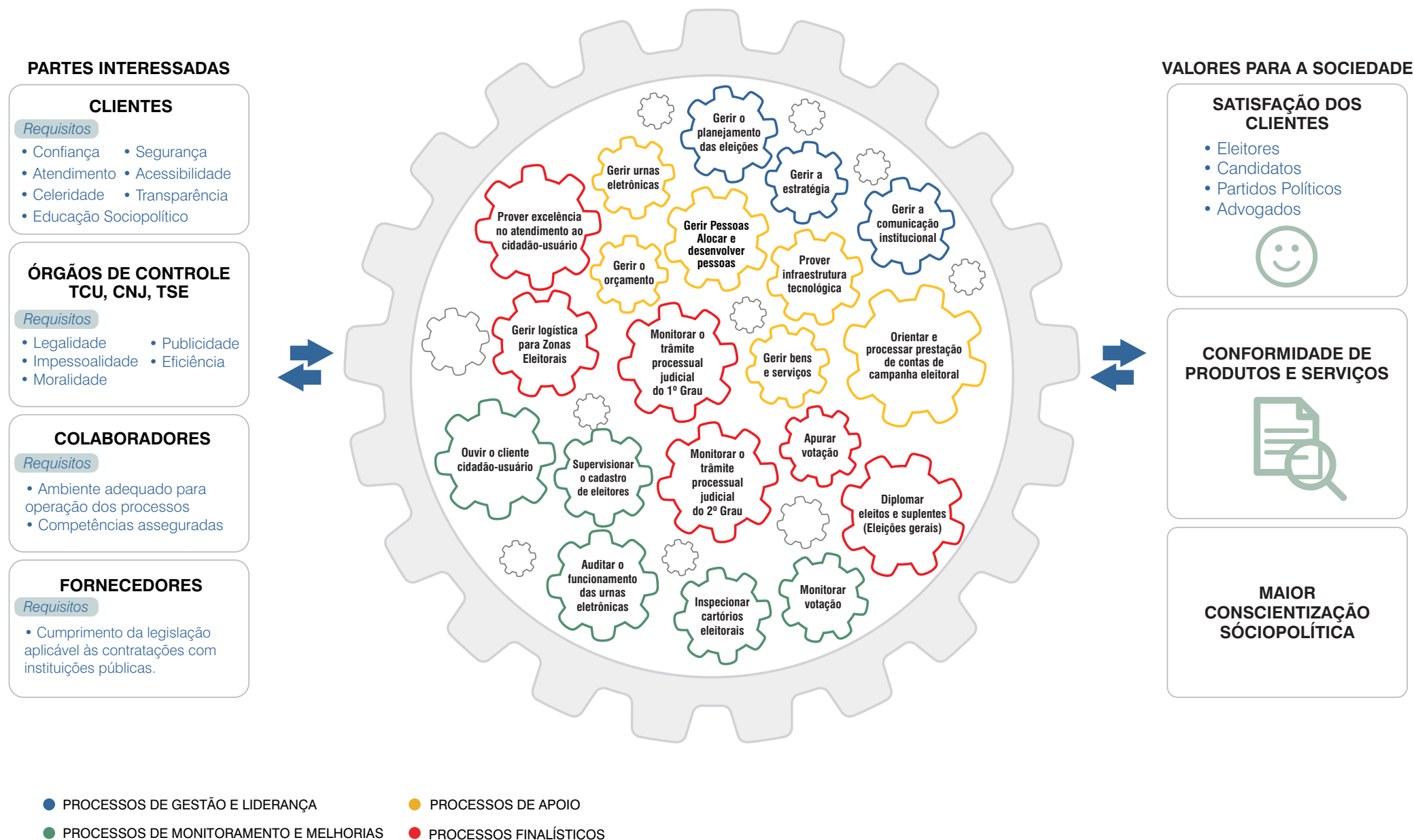
PROCESSOS DE APOIO



PROCESSOS DE MONITORAMENTO E MELHORIA



1.7 CADEIA DE VALORES DO TRE-TO



1.8 AMBIENTE EXTERNO

Como já dito, 2021 foi um ano extremamente atípico em que a pandemia da COVID-19 impôs várias ações da instituição para assegurar a execução das Eleições 2022 num ambiente seguro.

Mas, independente dos fatos ocorridos, anualmente, o TRE-TO analisa o ambiente externo em que está inserido através da Análise SWOT, que é uma ferramenta que nos permite fazer um diagnóstico estratégico da organização. As letras SWOT referem-se aos vocábulos ingleses Strengths (pontos fortes), Weaknesses (pontos fracos), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças).

Na Figura 1.8.1, é apresentada a Análise SWOT do TRE-TO que serviu de base para a tomada de decisão em 2021. Essa análise é vinculada ao Planejamento Estratégico do Tribunal. O ambiente interno será tratado principalmente no capítulo 4 Resultados da Gestão.

No que se refere ao ambiente externo, oportunidades e ameaças, o TRE/TO tem emvidado os esforços necessários, sendo que para esse novo cenário, no exercício de 2021, foram realizados ou estão em andamento os projetos/ações descrito no capítulo 2 - Riscos, oportunidades e perspectivas:

ANÁLISE DE AMBIENTE

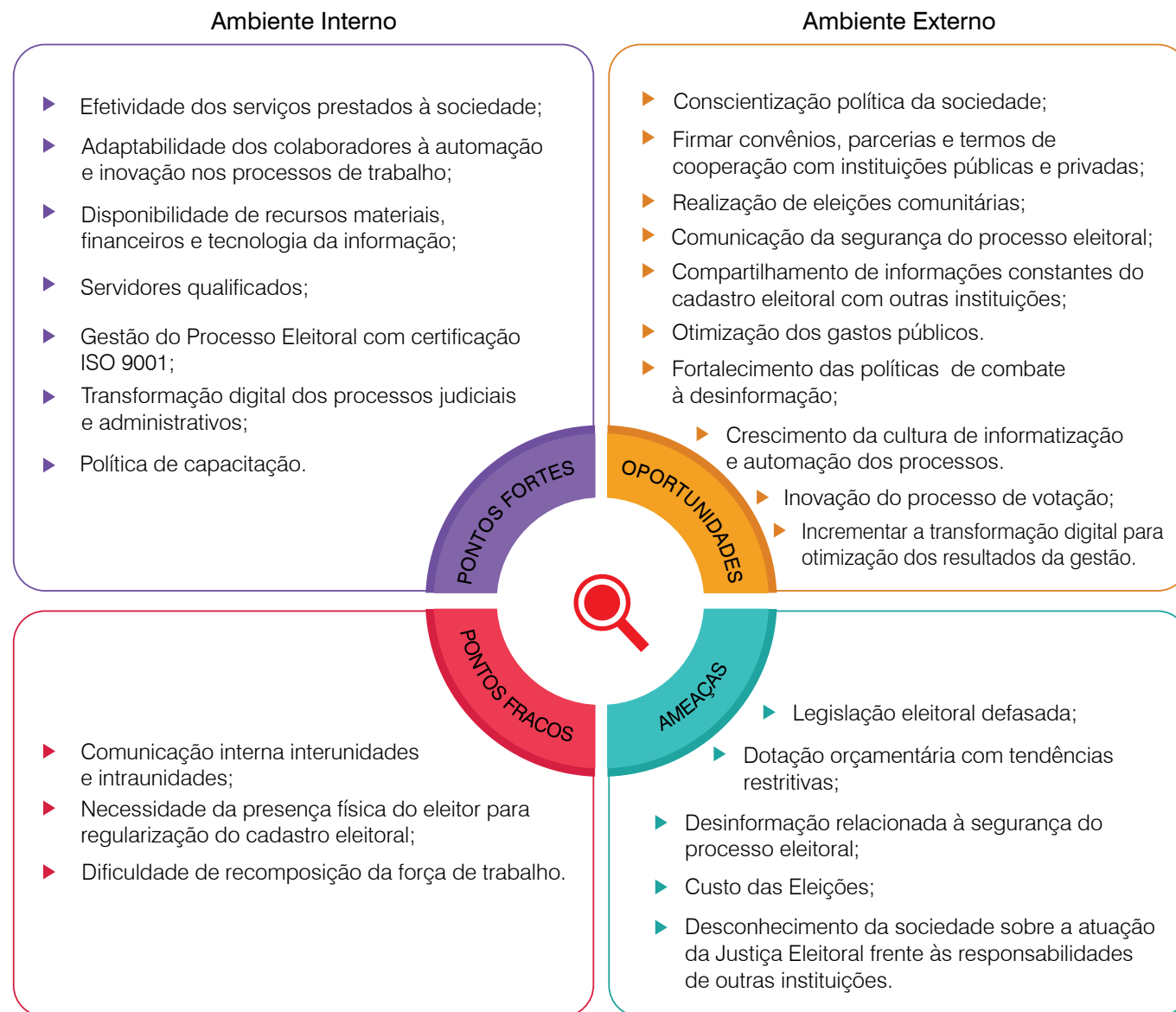


Figura 1.8.1 – Análise SWOT

1.9 MATRIZ DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

• Os temas incluídos no Relatório de Gestão são aqueles que afetam ou podem afetar a capacidade da organização de gerar valor. Eles são determinados ao se considerar seu efeito sobre a estratégia, governança, desempenho e resultados da organização e estão listados na Matriz de Materialidade na Figura 1.9.1.

• O TRE-TO seguiu as orientações do TCU na disposição desses temas por capítulo. Seguir essas orientações vem se tornando uma prática, tendo em vista que esta instituição tem um sistema de governança e gestão bem definido, com mecanismos de governança que efetivamente são executados e usados pela alta administração para monitoramento e controle das atividades de gestão.

• Além dos sistemas de governança, o TRE-TO já desdobrou sua estratégia em níveis estratégico, tático e operacional, como demonstrado no item 3.2. Logo, o conteúdo do relatório de gestão objetivou demonstrar o funcionamento e resultados dos seus planos de direcionamento, execução e controle.

• Quanto à elaboração do Relatório de Gestão no TRE-TO, dá-se início após o TCU publicar a decisão normativa que especifica a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação da prestação de contas do ano de referência. Então, o presidente deste Tribunal institui uma comissão com representantes de todas as áreas para elaboração da prestação de contas do órgão.

MATRIZ DE MATERIALIDADE DO TRE-TO



Figura 1.9.1 - Matriz de Materialidade do TRE-TO

FASES DA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO INTEGRADO DA GESTÃO TRE-TO

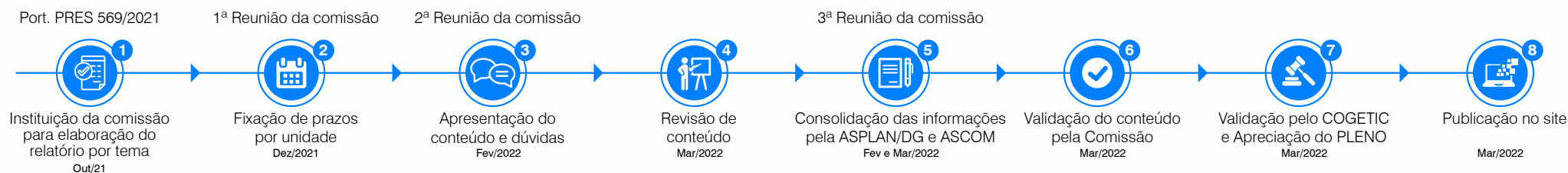


Figura 1.9.2 - fases de elaboração do Relatório de Gestão 2020

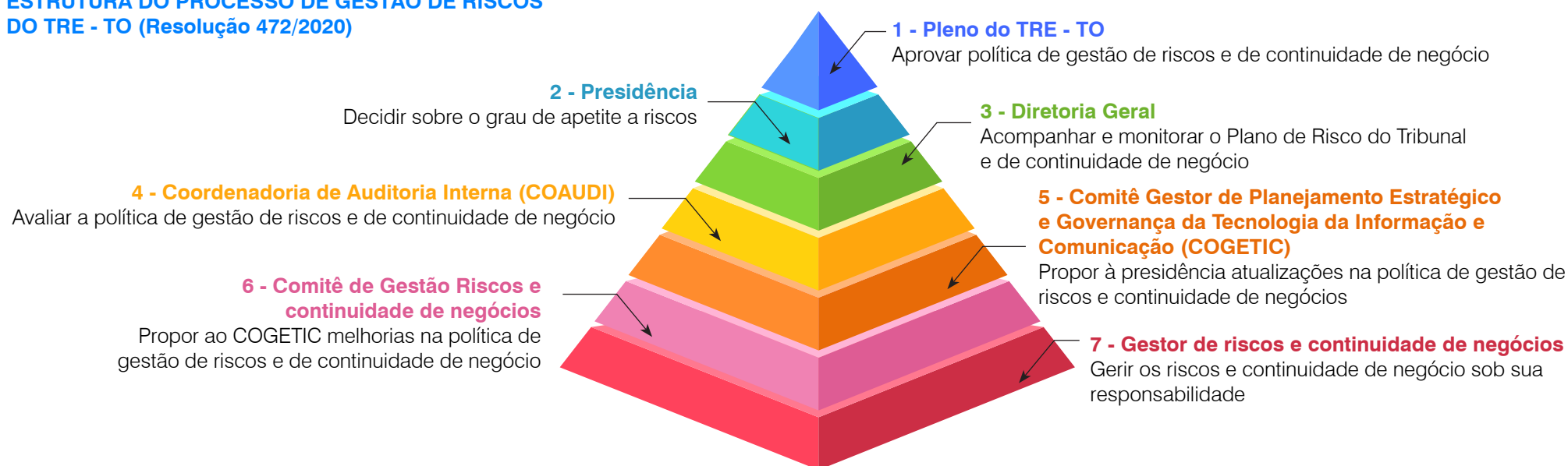
Capítulo 2

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

O TRE – TO avalia os riscos que considerados relevantes para o seu negócio e capazes de afetar suas operações de maneira adversa, podendo impedir que a organização gere valor para a sociedade. O gerenciamento desses riscos possibilita uma atuação consistente e estável no cumprimento de sua missão. Em 2020, a política de gestão de riscos e continuidade de negócios foi revisada e atualizada, conforme a Resolução nº 472, de 23 de julho de 2020.

ESTRUTURA DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS DO TRE - TO (Resolução 472/2020)



REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS DO TRE - TO



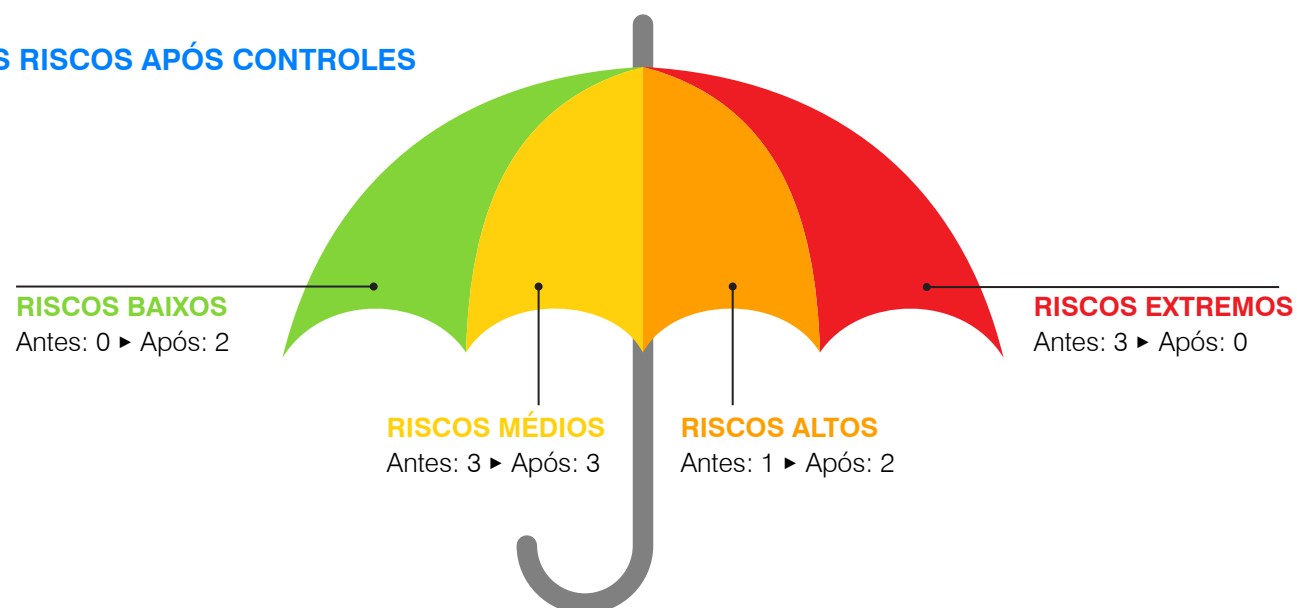
2.2 PRINCIPAIS RISCOS E OPORTUNIDADES E SUA VINCULAÇÃO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os riscos e oportunidades são identificados com o objetivo de mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias e os objetivos das unidades do Tribunal, dificultando o alcance de suas metas, com possibilidade de impacto nos resultados institucionais.

RISCOS	FONTE	PROBABILIDADE	IMPACTO/ SEVERIDADE	MITIGAÇÃO	RISCO RESIDUAL
01 Legislação eleitoral defasada	Ameaças Matriz SWOT	Evento repetitivo e constante		Propor resoluções que normatizem o processo eleitoral	
02 Dotação orçamentária com tendências restritivas	Ameaças Matriz SWOT	Evento casual e inesperado, raro histórico de ocorrência		Aceitar	
03 Desinformação relacionados à segurança do processo eleitoral	Ameaças Matriz SWOT	Evento repetitivo e constante		Desenvolver projeto/ações de educação eleitoral Desenvolver projeto/ação de combate à desinformação	
04 Custo das Eleições - Aprovação da proposta do voto impresso	Ameaças Matriz SWOT	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência		Aceitar	
05 Custo das Eleições -Crescente terceirização de posto de serviço (ex. manutenção de urnas, apoio às eleições)	Ameaças Matriz SWOT	Evento repetitivo e constante		Mitigar	

RISCOS	FONTE	PROBABILIDADE	IMPACTO/ SEVERIDADE	MITIGAÇÃO	RISCO RESIDUAL
06 Custo das Eleições -Realização de eventos presenciais que envolvam custos com transporte e hospedagem	Ameaças Matriz SWOT	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	Alto	Evitar	Baixo
07 Desconhecimento da sociedade sobre a atuação da Justiça Eleitoral frente às responsabilidades de outras instituições	Ameaças Matriz SWOT	Evento repetitivo e constante.	Extremo	Desenvolver projeto/ação de combate à desinformação	Alto

2.3 RECLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS APÓS CONTROLES



2.4 OPORTUNIDADES



AÇÕES PARA APROVEITAMENTO

- | | | | |
|--|--|---|---|
| <p>1 ▶ Inclusão sociopolítica das comunidades quilombolas, dos povos indígenas e participação política da mulher no processo eleitoral. Agentes da democracia: formação de eleitores e políticos do futuro</p> <p>2 ▶ O TRE firmou 12 termos de convênio/cooperação com 12 instituições.</p> <p>3 ▶ Realização de eleições de representantes de universidades, faculdades, conselhos e associações de classe.</p> | <p>4 ▶ Diálogo e Transparência no Processo Eleitoral (cidadão, advogados, partidos, candidatos etc)
▶ Plano de Comunicação Institucional</p> <p>5 ▶ O Cadastro Eleitoral é compartilhado com Juízes, órgãos do Ministério Público e Delegados de Polícia</p> | <p>6 ▶ Implantação de sistema de acompanhamento e monitoramento do plano de contratações. Aprimorar painéis de execução orçamentária e financeira
▶ Plano de Logística Sustentável
▶ Plano Anual de Contratações</p> <p>7 ▶ Diálogo e Transparência no Processo Eleitoral (cidadão, advogados, partidos, candidatos etc)
▶ Plano de Comunicação Institucional</p> | <p>8 ▶ Sistema de Gestão Integrada das Eleições como ferramenta de gestão do processo eleitoral
▶ Plano Diretor de Tecnologia da Informação</p> <p>9 ▶ Criação do LAB-IN/TRE e participação do TRE-TO na Comissão Nacional e no Laboratório de Inovação da JE, tendo como foco a modernização do processo eleitoral.</p> <p>10 ▶ Plano Diretor de Tecnologia da Informação</p> |
|--|--|---|---|

Capítulo 3

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 COMO A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA APOIA A CAPACIDADE DE A UPC ALCANÇAR SEUS OBJETIVOS?

Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. (Referencial Básico TCU).

Enquanto a GESTÃO é inerente e integrada aos processos organizacionais, sendo responsável pelo planejamento, execução e controle. Enfim, pelo manejo dos recursos e poderes colocados à disposição de órgãos e entidades para a consecução de seus objetivos, a GOVERNANÇA provê direcionamento, monitora e avalia a atuação da gestão, objetivando o atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas.

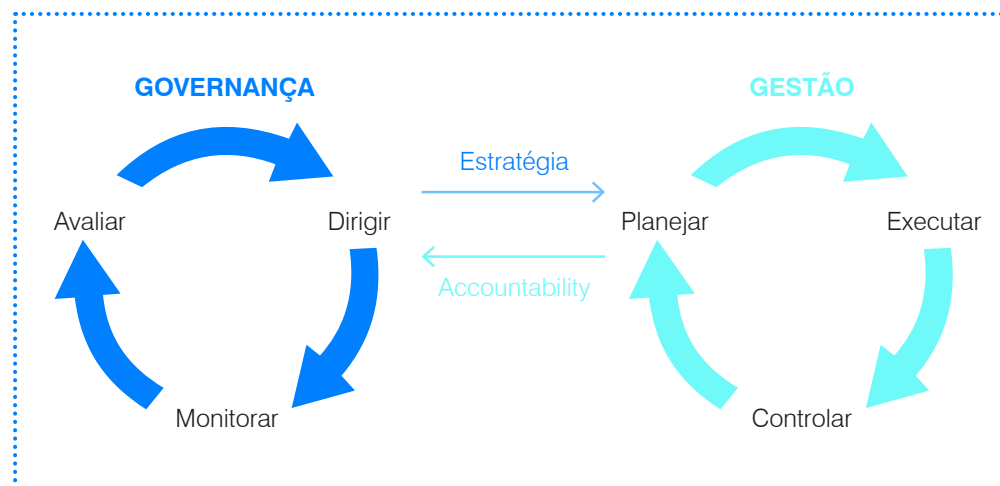


Figura 3.1 Relação entre governança e gestão

Para que as funções de governança sejam executadas de forma satisfatória, o TRE-TO adota vários mecanismos de governança que dão o direcionamento estratégico e permitem que os resultados sejam monitorados e avaliados.



MECANISMOS DE GOVERNANÇA

O órgão dispõe de vários mecanismos de governança, dentre eles se destacam:

ESTRATÉGIA

- Planejamento Estratégico Institucional
- Planos Estratégicos das unidades
- Programa de Gestão
- Planejamento Integrado das Eleições

LIDERANÇA

- Sistema de Gestão da Qualidade
- Sistema de Gestão por Competência

CONTROLE

- Gestão de Riscos e Continuidade de Negócio
- Auditorias do Sistema de Gestão da Qualidade
- Auditorias internas da COAUDI
- Accountability e Transparência



O detalhamento desses mecanismos de governança podem ser acessados em:
<http://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/sistema-de-governanca-e-gestao>.

Sendo assim, cabe à governança do TRE-TO avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros; direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

3.2 ESTRATÉGIA

O Planejamento Estratégico do TRE-TO (PETRE) é realizado a nível corporativo, onde são definidos os grandes eixos que a organização quer seguir, quais sejam: MISSÃO, VISÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS. Ele foi contemplado para o período de 2021 a 2026 e foi aprovado pela Resolução nº 500/2021.



Eles podem ser acessados a partir de:

<http://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/planejamento-e-gestao>

Uma das características desta administração é o esforço contínuo pelo atendimento das determinações e orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), logo o PETRE foi alinhado ao Plano Estratégico do Poder Judiciário e das diretrizes estratégicas da Justiça Eleitoral, como demonstrado na Figura 3.2.1.

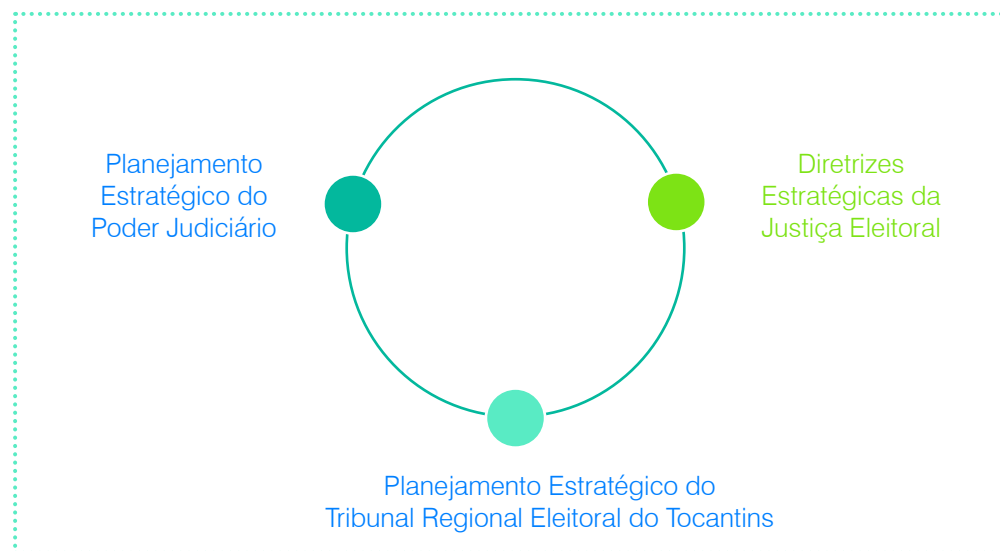


Figura 3.2.1 Alinhamento do Planejamento Estratégico do TRE-TO

Ciclo do Planejamento Estratégico do TRE-TO

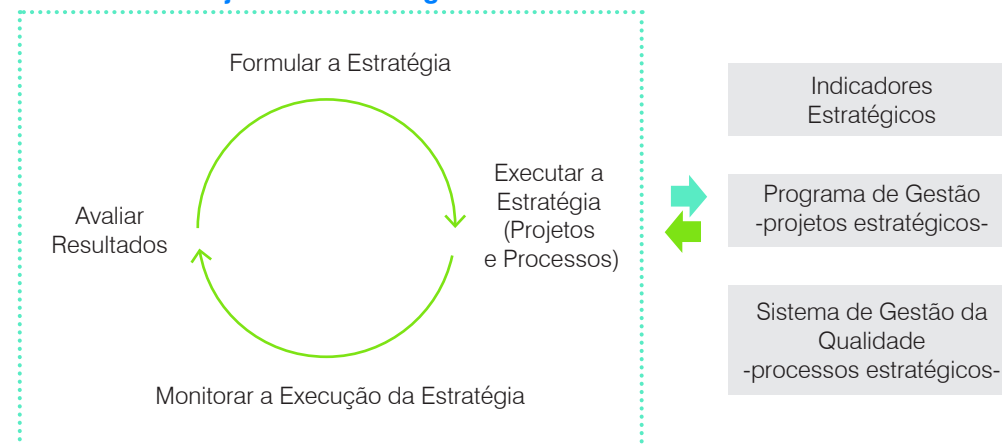


Figura 3.2.2 Ciclo do Planejamento Estratégico do TRE-TO

É apresentado o ciclo do planejamento estratégico do TRE-TO na Figura 3.2.2. Para o atingimento dos seus objetivos estratégicos são monitorados:

1. Indicadores Estratégicos, indicadores de desempenho vinculados aos objetivos estratégicos.
2. Projetos Estratégicos, priorizados no Programa de Gestão; e
3. Processos Estratégicos, delimitados no Sistema de Gestão da Qualidade que tem como escopo a Gestão do Processo Eleitoral.

O monitoramento dos resultados é feito nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE's) pelo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (COGETIC). Ao comitê cabe analisar os resultados alcançados e tomar decisões preventivas para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.



Figura 3.2.3 Mapa Estratégico do TRE-TO

PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

As prioridades estratégicas da instituição estão definidas em seu Mapa Estratégico apresentado na Figura 3.2.3, em especial em sua VISÃO, que expressa onde e como a instituição pretende estar no futuro; e em seus 11 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.

Para viabilizar o atingimento desses objetivos, foram desenvolvidos mecanismos de desdobramento da estratégia que contemplam o nível estratégico, tático e operacional.

A Figura 3.2.4 mostra, de forma ilustrativa, os planos e programas utilizados pelo TRE-TO para implementar as prioridades estratégicas.

Em nível estratégico, o TRE-TO tem o Planejamento Estratégico Institucional.

Em nível tático, os planos estratégicos por unidade e o programa de Gestão, que é a priorização das iniciativas/projetos que serão executados na gestão do presidente do órgão.

Existem ainda os planos tático/operacionais, que englobam diretrizes e se desdobram até o nível de atividades/operações. São eles: Planejamento das Eleições, Plano de Logística Sustentável e Planos diretores das unidades.

Os Planos Operacionais onde são executadas as ações traçadas pelo nível tático e também visam atingir os objetivos e as metas estratégicas. É nesse nível que as unidades executam os projetos e planos de ação, e ainda, os processos mapeados pelo Sistema de Gestão da Qualidade.

O alcance dos objetivos estratégicos, ações e metas são analisados nas Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs, em que participam os membros do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança de Tecnologia da Informação (COGETIC), além de gestores convidados.

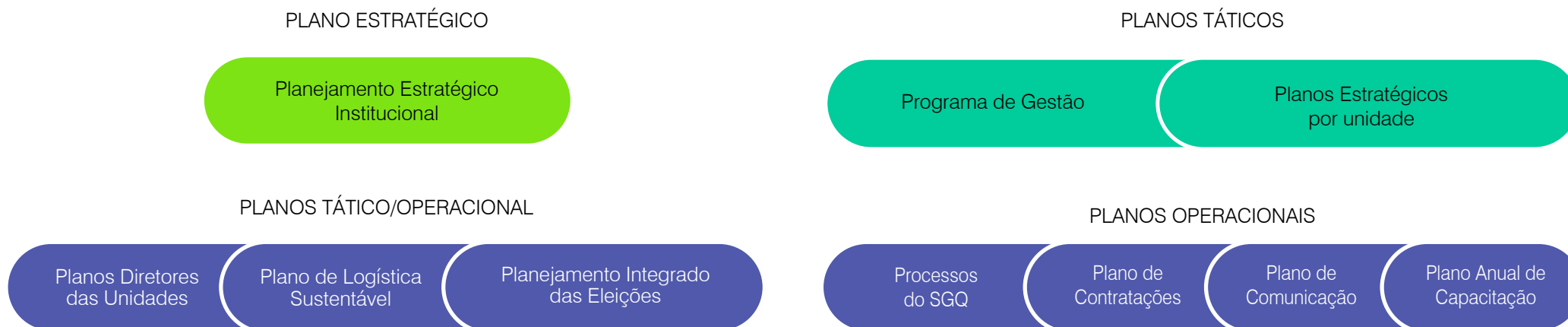


Figura 3.2.4 Desdobramento da Estratégia da Justiça Eleitoral do Tocantins

3.3 PROGRAMA DE GESTÃO

Os projetos e ações estratégicas do TRE-TO são os projetos e iniciativas priorizados no Programa de Gestão do órgão. É importante perceber que o Programa de Gestão é um desdobramento do Planejamento Estratégico, entretanto, o planejamento do TRE-TO foi elaborado para o período de 2021-2026, englobando 6 anos de gestão. Já os programas de gestão são bianuais, coincidindo com a gestão do presidente.

A execução dos programas de gestão contribui para o atingimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico. O vigente é para o período de julho de 2021 a junho de 2023, logo a análise dos resultados 2021 é feita levando em consideração que a administração tem como meta a execução total do programa até o final da gestão, ou seja, até junho de 2023.

O primeiro ciclo do programa de gestão, para a execução do Planejamento Estratégico 2015-2020, foi o Programa de Gestão 2/2015-1/2017. Ele teve 95% das atividades previstas executadas. O segundo ciclo é o Programa de Gestão 2/2017-1/2019 e finalizou o exercício 2019 com 97,21% executado. O terceiro e último ciclo desse PETRE, apresentou 91,5% de execução em dezembro de 2021. Ainda restam 2 projetos a serem concluídos em 1/2022.

PROJETOS DO PROGRAMA DE GESTÃO 2021-2023

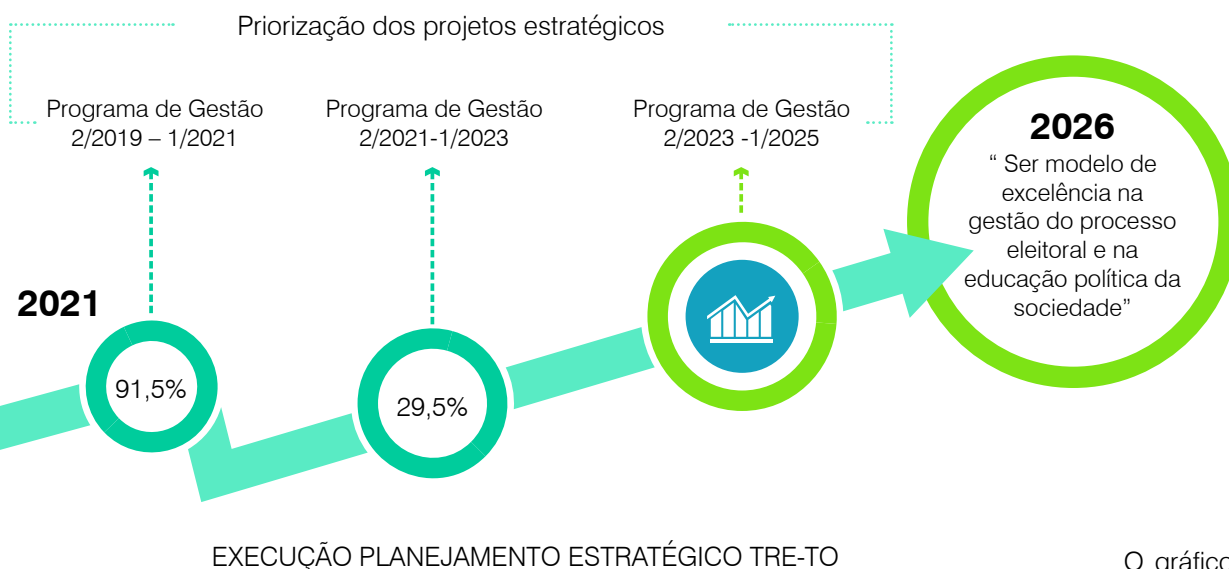
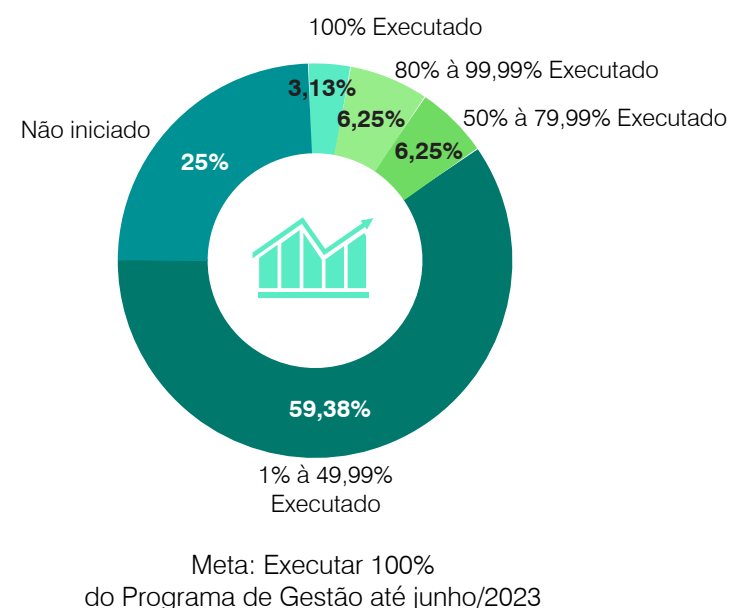


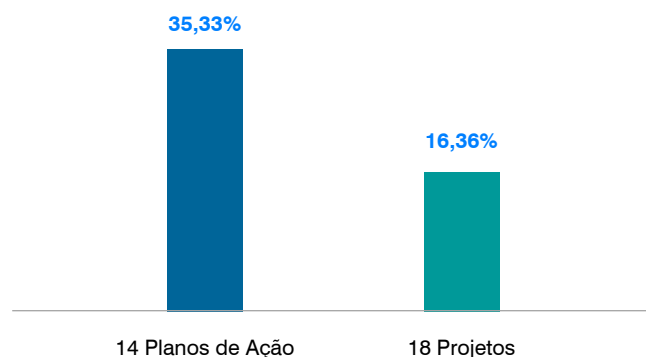
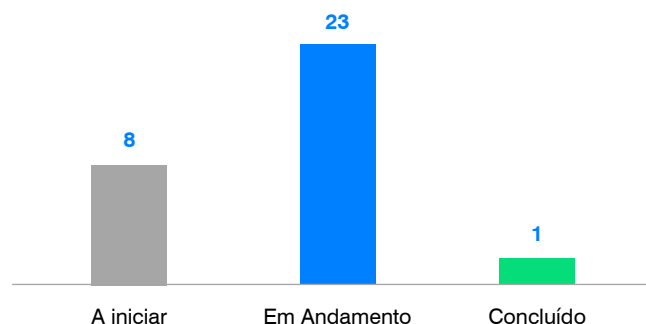
Figura 3.3.1 - Execução do Planejamento Estratégico Em 12/2021

O gráfico a seguir detalha o percentual de execução de cada projeto constante no Programa de Gestão, assim como a execução dos objetivos estratégicos com base na média da execução dos projetos a ele vinculados.

PROJETOS ESTRÉTÉGICOS						Programa de Gestão 2019 - 2021			Execução 91,38%		
SOCIEDADE		PROCESSOS INTERNOS				RECURSOS					
GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA	72,06%	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO ADMINISTRATIVA E JURISDICIONAL	100%	FORTALEC. DA SEGURANÇA E TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL	100%	APERFEIÇ. DA GESTÃO DE PESSOAS	96,94%	APERFEIÇ. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	82,99%	FORTALEC. DA GOVERNANÇA	100%
+ Mulher + Democracia	100%	Teletrabalho no TRE/TO	100%	Painel de gestão das Eleições	100%	Jornada Eleitoral	100%	Programa de Logística Sustentável 2019-2021	82,99%	Reformulação da Intranet com Criação da Central de Comunicação	100%
Inclusão Sociopolítica das Comunidades Indígenas	47,64%			Plano de Implantação de Dados Abertos do TRE-TO	100%	Modelo de avaliação de desempenho	100%			Programa de Gestão da Qualidade 2019-2021	100%
Agentes da Democracia - Formação de Eleitores e Políticos do Futuro	100%			Painel de Bordo (Acompanhamento da Gestão)	100%	Programa Qualidade de Vida 2019-2021	90,83%			Elaborar o Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026	100%
Obra de Ampliação do Edifício Sede do TRE-TO	40,61%			Eleições Municipais 2020	100%						

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS						Programa de Gestão 2021 - 2023		Execução 29,50%			
SOCIEDADE						APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO					
APRIMORAR MECANISMOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	46,17%	APRIMORAR MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	20,40%	FOMENTAR A EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE	26,20%	APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA E A GESTÃO DE PESSOAS	22,07%	APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	16,66%	PROVER TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	27,40%
Implantar o Juízo 100% Digital	100%	Reestruturar a Carta de Serviços ao Cidadão na internet	33,42%	Inclusão sociopolítica das comunidades quilombolas	11,20%	Programa permanente de educação continuada	0,00%	Ampliação do Edifício Sede	0,85%	Segurança cibernética da JE-TO	20,06%
Central de Atendimento Digital ao Eleitor/Cartório Virtual	37,68%	Democracia: Diálogo e Transparência no Processo Eleitoral	11,02%	Inclusão sociopolítica dos povos indígenas	72,96%	Mente Saudável em Foco	44,14%	Reforma de Cartórios Eleitorais	16,25%	Infraestrutura da rede de internet local	0,00%
Prover acessibilidade aos clientes internos e externos no âmbito da Justiça Eleitoral	0,84%	Aprimorar a gestão documental (Repositório Digital)	16,75%	Inclusão política da mulher: +mulher + democracia	13,72%			Sistema de acompanhamento do plano de contratações	36,49%	Visual Law - Comunicação Jurídica	62,14%
				Agentes da democracia: formação de eleitores e políticos do futuro	33,10%			Painel de monitoramento da Gestão Orçamentária e Financeira	13,04%		
				Diálogos com a Ouvidoria Eleitoral do Tocantins	0,00%						
PROCESSOS INTERNOS											
APRIMORAR MECANISMOS DE GESTÃO PROCESSUAL	54,79%	PRIORIZAR O JULGAMENTOS DOS PROCESSOS RELATIVOS À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS	45,00%	APRIMORAR MECANISMOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	6,60%	APRIMORAR MECANISMOS DE GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	48,74%	APERFEIÇOAR MECANISMOS DE GOVERNANÇA	20,39%		
Painéis de Estatísticas processuais	47,80%	Núcleo de Apoio de Análise Técnica das Prestações de Contas	0,00%	Programa de Eficiência Energética na Justiça Eleitoral do Tocantins	12,79%	Sistema de Gestão Integrada das Eleições como ferramenta de gestão do processo eleitoral	61,79%	Sistema de Integridade e Compliance na Justiça Eleitoral do Tocantins	0,00%		
Jurisprudência TRE-TO	61,77%	Auxiliar as ZE's no processamento e análise dos processos	90,00%	Projeto Eleições Sustentáveis	0,41%	Manter o Sistema de Gestão da Qualidade	66,29%	Gestão das Eleições Orientada a Dados	45,76%		
						Planejamento Integrado da Eleições 2022	18,15%	Café e Diálogo na Justiça Eleitoral do Tocantins	15,42%		

O Programa de Gestão 2021-2023 foi aprovado em julho de 2021, com 32 iniciativas, sendo 14 Planos de Ação e 18 Projetos. A seguir os índices gerais de cumprimento no exercício de 2021:



Resultados em tempo real estão disponíveis em <https://bi.tre-to.jus.br/publico/sense/app/4ccd0774-9d6b-4786-aed5-a8171979179d/sheet/329c11da-d6ae-4bdd-9f1f-6416247cfba2/state/analysis>, onde consta a série histórica do cumprimento da Estratégia.

3.4 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Para se calcular o resultado dos objetivos estratégicos, devem ser analisados os projetos e ações que contribuíram para o alcance desse objetivo e os indicadores de desempenho a ele relacionados. É importante ressaltar que 2021 foi, também, um ano atípico com a pandemia da COVID-19. As iniciativas constantes do Programa de Gestão foram pensadas com vistas a atender esse novo cenário.

Confira a seguir o resultado alcançado pelos indicadores vinculados aos 11 objetivos estratégicos no exercício de 2021.



Resultados em tempo real estão disponíveis em <https://bi.tre-to.jus.br/publico/sense/app/4ccd0774-9d6b-4786-aed5-a8171979179d/sheet/329c11da-d6ae-4bdd-9f1f-6416247cfba2/state/analysis>, onde consta a série histórica do cumprimento da Estratégia.

3.5 INDICADORES DE DESEMPENHO

O Planejamento Estratégico Institucional possui atualmente 24 indicadores estratégicos. Veja o resumo desses indicadores em termos de percentual de cumprimento da meta estabelecida para eles em 2021.

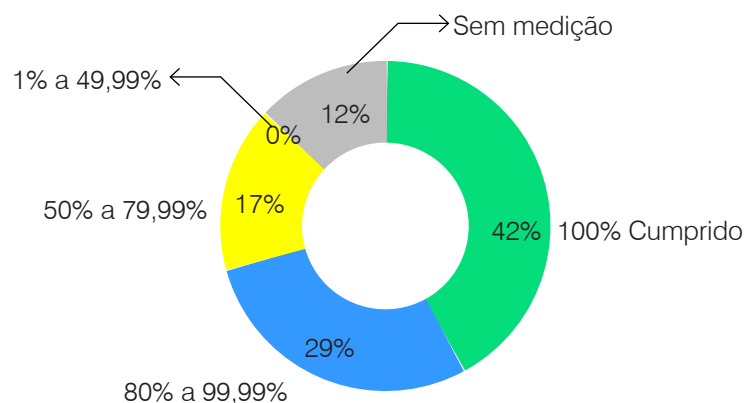


Gráfico 3.5 Cumprimento Metas Estratégicas

O monitoramento do cumprimento dessas metas, bem como da execução dos projetos estratégicos são feitos durante as Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), que acontecem em média a cada 4 meses. Os resultados atingidos são apresentados ao Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (COGETIC), que é o comitê de apoio à governança do TRE-TO.

As metas com percentuais de cumprimento abaixo de 80% são apresentadas e analisadas individualmente nas RAEs. De posse das informações apresentadas, o comitê tem propriedade para tomar decisões mais assertivas. As decisões são registradas em ata e enviadas às unidades responsáveis, via processo eletrônico.

Confira as atas do COGETIC no link a seguir:



<https://www.tre-to.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acompanhamento-da-gestao/deliberacoes-de-nucleos-comites-e-comissoes>

Na perspectiva SOCIEDADE foram estabelecidos três objetivos estratégicos e quatro indicadores de desempenho/resultados. O cumprimento das metas estabelecidas evidenciam que o TRE-TO tem total foco no cidadão e preocupa-se com sua satisfação. A seguir os resultados alcançados em 2021.

		Período	Resultado	Meta	% Cumprimento
SOCIEDADE	Aprimorar mecanismos de atendimento ao cidadão				
	Índice de satisfação dos clientes externos	Quadrimestral	47	9	100%
	Índice de municípios atendidos pela Justiça Itinerante	Mensal	2,90%	-- (*)	0,00%
	Aprimorar mecanismos de transparência pública				
	Índice de transparência pública	Anual	93,30%	95%	98,21%
	Fomentar a educação e a participação política da sociedade				
	Índice de alcance das ações de responsabilidade social	Semestral	0,65% (6.681 pess.)	1%	65%

Na perspectiva PROCESSOS INTERNOS foram estabelecidos cinco objetivos estratégicos e onze indicadores de desempenho. O cumprimento das metas estabelecidas evidenciam a preocupação do TRE-TO em fortalecer-se internamente nas entregas de produtos e serviços para satisfazer o cliente da Justiça Eleitoral. A seguir os resultados alcançados em 2021:

PROCESSOS INTERNOS		Período	Resultado	Meta	% Cumprimento
	Aprimorar mecanismos de atendimento ao cidadão				
	Índice de processos julgados em relação aos distribuídos	Mensal	93,83%	100%	93,83%
	Índice de julgamento dos processos antigos	Mensal	109,81%	90%	100%
	Priorizar o julgamento dos processos relativos à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais				
	Índice de julgamento de ilícitos eleitorais que importem em perda de mandato, cassação de registro ou diploma	Mensal	111,11%	90%	100%
	Aprimorar políticas e práticas de sustentabilidade				
	Índice de desempenho de sustentabilidade	Anual	39,70%	56%	70,89%
	Índice de execução do Plano de Logística Sustentável	Quadrimestral	38,20%	75%	50,93%
	Aprimorar mecanismos de gestão do processo eleitoral				
	Índice de cumprimento das metas do Sistema de Gestão da Qualidade	Bianual	72%	91% (2022)	--
	Índice de cumprimento dos projetos estratégicos (Programa de Gestão)	Quadrimestral	33,09%	20%	100%
	Índice de satisfação do cliente interno	Quadrimestral	69,00%	69%	100%
	Aperfeiçoar mecanismos de governança				
	Índice de Governança pública	Anual	79,80%	70%	100%
	Índice de maturidade em gestão de riscos	Anual	79,31%	70%	100%
	Índice de cumprimento das recomendações do Controle Interno (Auditoria Interna)	Semestral	57%	75%	76%

Na perspectiva APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO foram estabelecidos três objetivos estratégicos e nove indicadores de desempenho. O cumprimento das metas estabelecidas evidenciam a preocupação do TRE-TO em melhorar sempre na capacidade de prover as competências e habilidades necessárias para executar a

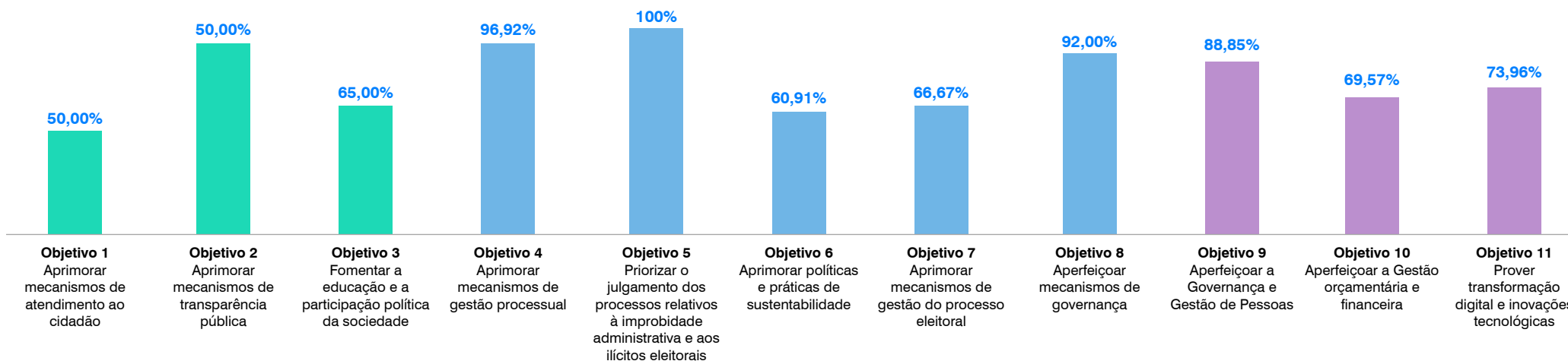
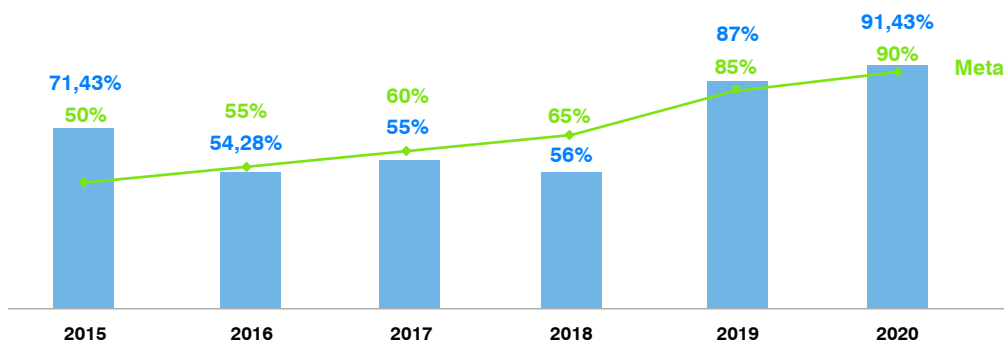
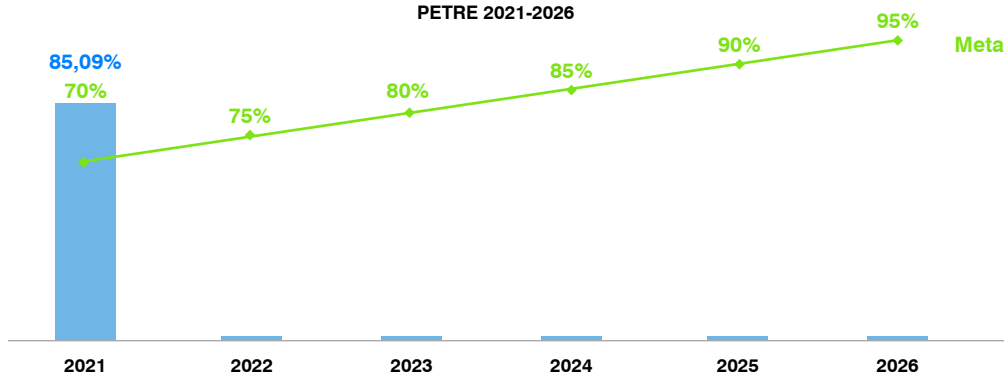
estratégia, garantir que as informações e os recursos necessários para a execução da estratégia estejam disponíveis a adequadas no tempo certo. A seguir os resultados alcançados em 2021:

APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO		Período	Resultado	Meta	% Cumprimento
	Aperfeiçoar a Governança e Gestão de Pessoas				
	Índice de Governança em Gestão de Pessoas	Anual	71,70%	80%	89,63%
	Índice de capacidade em Gestão de Pessoas	Anual	62,90%	77%	81,69%
	Índice de cumprimento do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas	Quadrimestral	76,19%	80%	95,24%
	Aperfeiçoar a Gestão orçamentária e financeira				
	Custo por Eleitor	Bianual		R\$ 11,90 (2022)	-
	Índice de execução do Plano de Contratações	Quadrimestral	64,12%	80%	80,15%
	Índice de capacidade de gestão das contratações (IgesContrat)	Anual	78,50%	80%	98,13%
	Índice de governança e gestão das contratações	Anual	86,70%	75%	100%
	Prover transformação digital e inovações tecnológicas				
	Índice de atendimento das demandas prioritárias de TI	Semestral	78,60%	70%	100%
	Índice de cumprimento do PDTI	Mensal	67,60%	70%	100%



Acompanhem a execução da Estratégia do TRE-TO

<https://www.tre-to.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acompanhamento-da-gestao>


Histórico de cumprimento do PETRE 2015-2020

PETRE 2021-2026


3.6 ELEIÇÕES COMUNITÁRIAS 2021

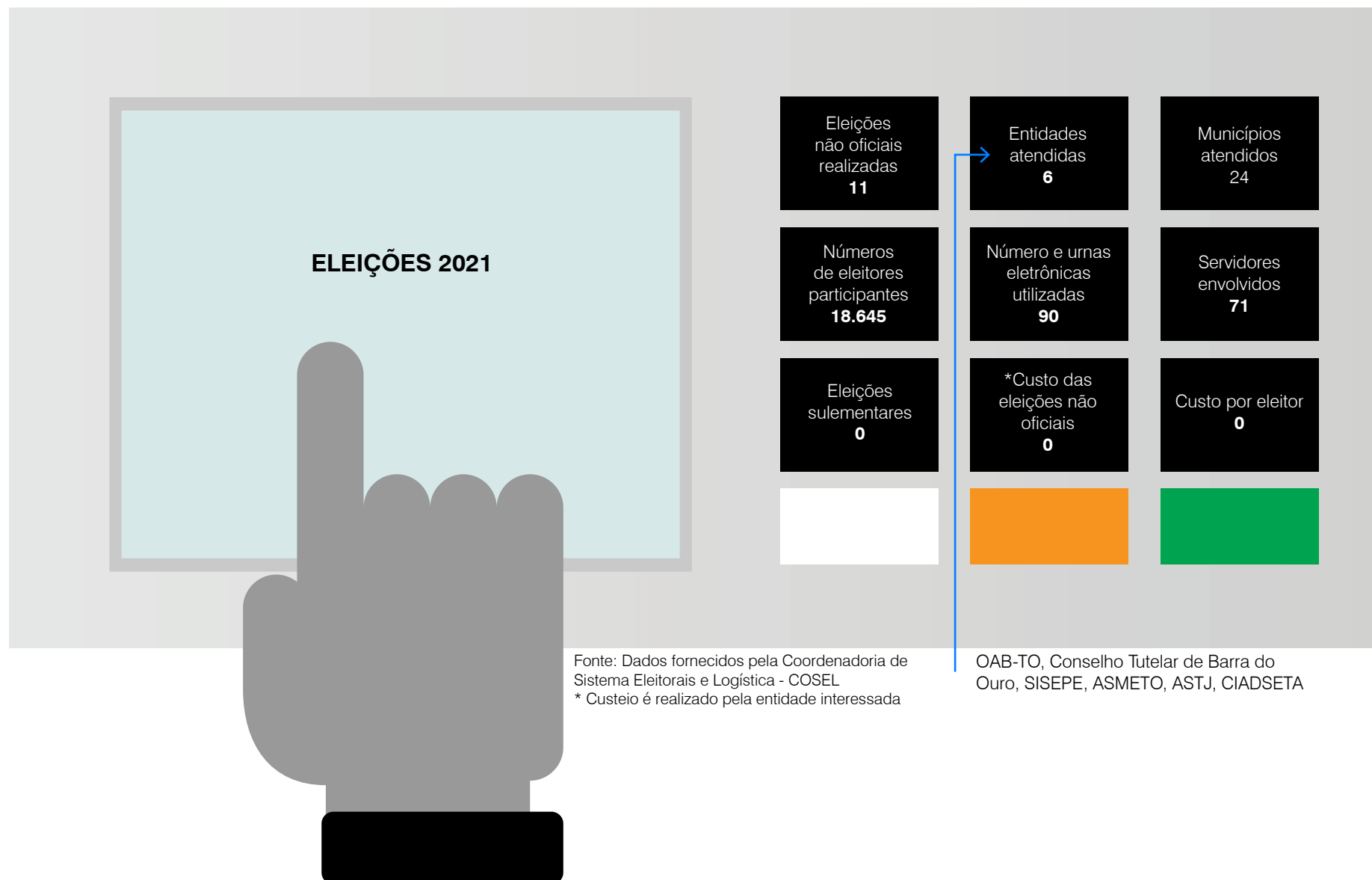
A Eleição Comunitária foi um empreendimento idealizado em 1997, pela equipe técnica do Tribunal Superior Eleitoral. Tem a finalidade de treinar mesários, eleitores e corpo técnico da Justiça Eleitoral, fora da época de eleições, e fazer a divulgação do equipamento - a Urna Eletrônica e o Sistema Web - além de colocar à disposição do contribuinte um sistema de eleição comprovadamente rápido, seguro e imune a fraudes.

O objetivo é fazer com que as Universidades, Faculdades, Conselhos, Associações de Classes e Organizações, as quais prestam serviços à sociedade, executem suas eleições utilizando a Urna Eletrônica ou Sistema Web.

A Eleição Comunitária é uma forma rápida, segura e eficiente de planejar e executar uma eleição, utilizando a urna eletrônica com os parâmetros de uma eleição não oficial, fazendo assim, a divulgação e a interação do eleitor com o voto eletrônico, além do exercício e consolidação da cidadania.

Em 2021 foram realizadas 11 Eleições Comunitárias. O detalhamento consta do infográfico a seguir:

ELEIÇÕES 2021



3.7 PERSPECTIVA PARA O PRÓXIMO PERÍODO

O ano de 2021 foi também atípico e de grandes desafios. A mudança de Gestão no início do segundo semestre trouxe a promessa de continuidade de uma boa governança, com foco em resultados e na satisfação do cidadão com os serviços prestados Pela Justiça Eleitoral neste Estado.

Quando eventos externos impactam a forma de gerir uma instituição, o gestor pode enfrentar a situação como uma oportunidade ou pode recuar e engessar a gestão. Fatores externos continuaram impactando fortemente a gestão em 2021, a exemplo da pressão social pela redução dos gastos públicos, o questionamento sobre a transparência da gestão pública e as dúvidas relacionadas à segurança o processo eleitoral.

A gestão 2021-2023 vem analisando cuidadosamente essas influências externas e transformando em significativas oportunidades, dentre elas a priorização de ações voltadas à economicidade dos gastos públicos, a melhoria da transparência da gestão para o cidadão, bem como a adoção de ações permanentes de educação política e inclusão, a exemplo dos projetos voltados a participação política da mulher, do indígena, das comunidades quilombolas e do jovem eleitor.

A seguir, infográfico com os principais desafios que entendemos que terão que ser enfrentados nos próximos exercícios.

GESTÃO 2021-2023

1

A Gestão 2021-2023 está fundada no tripé: Diálogo, Transparência e Eficiência. Com base nesses pilares foi instituído o Programa de Gestão com 32 iniciativas estratégicas.

As ações estão sendo desenvolvidas com o desafio de aprimorar os mecanismos de atendimento ao cidadão, os mecanismos de transparência pública, fomentar a educação política da sociedade, aprimorar a gestão processual, os mecanismos de governança e gestão, bem como a promoção da transformação digital e inovações tecnológicas.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

O Planejamento Estratégico 2021-2026 está sendo cuidadosamente acompanhado pelo Comitê Gestor. As diretrizes para o sexênio estão desmembradas em 11 objetivos estratégicos e 24 indicadores de resultado e de desempenho. Unidades internas descobriram esses objetivos em planos táticos e operacionais, com vistas a atingirmos nossa visão de futuro e cumprimos nossa missão.

2**3**

PROJETO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE

A Escola Judiciária Eleitoral é responsável pelos projetos de educação política, agora instituídos como ações permanentes, e tem como desafio estabelecer metas mais instigantes e desafiadoras por meio de indicadores qualitativos das ações executadas e dos projetos a ela relacionados.

Capítulo 4

RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Mensagem do Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral, José Machado dos Santos

Compete à Diretoria-Geral, com apoio das quatro Secretarias, o gerenciamento e distribuição dos insumos (orçamento, pessoas, tecnologia etc) e dos macroprocessos de gestão e apoio (gestão orçamentária e financeira, gestão de pessoas, gestão de licitações e contratos, gestão patrimonial e infraestrutura, gestão de tecnologia da informação, gestão de custos e sustentabilidade ambiental).

Os objetivos estratégicos dessas áreas de gestão estão alinhados com o Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026, aprovado pela Resolução nº 500/2021. O TRE-TO tem evoluído no desdobramento da estratégia, para tanto, na área de tecnologia da informação existe o Plano Diretor de de Tecnologia da Informação – PDTI. Para a área de gestão de pessoas, foi instituído o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas - PEPE para o período 2021 - 2026. Quanto à área de gestão de contratos, anualmente, é aprovado o Plano Anual de Contratações, onde são discriminados os bens e serviços que serão contratados pelo Tribunal. Para a área judiciária, foi instituído em 2021, o Plano Diretor Judiciário – PDJUD 2021-2023.

O principal objetivo dessas áreas de gestão foi executar e/ou disponibilizar os insumos necessários para a execução dos projetos estratégicos definidos no Programa de Gestão 2/2021-1/2023, além de planejar as atividades necessárias para a realização das Eleições 2022.

Para viabilizar o atingimento dos objetivos estratégicos organizacionais foram desenvolvidos mecanismos de desdobramento da estratégia que contemplam os níveis estratégico, tático e operacional. Esse desdobramento pode ser visualizado na figura 3.2.4, no capítulo 3. Os planos de alocação de recursos estão na base dessa figura e se agrupam em Planos Tático/Operacional e Planos Operacionais, como se vê na próxima página.

A conformidade e a confiabilidade da gestão deste capítulo encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública (SIAFI, SGRH) e foram atestadas nas declarações de confiabilidade das informações prestadas pelas unidades responsáveis em processo administrativo interno.

Mais que uma declaração, esse enunciado é uma demonstração dos esforços na busca de uma gestão baseada na eficiência e qualidade dos serviços prestados, focando principalmente na satisfação do cidadão-usuário nos serviços eleitorais.

Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins atendem os requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

Palmas-TO, 10 de março de 2022.
José Machado dos Santos

PLANOS OPERACIONAIS

MAPAS DOS PROCESSOS
DO SGQ

O TRE-TO possui o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implantado e está certificado pela ISO 9001 e pelo Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral PQJE. Para alcançar esta certificação, optou-se pela implantação da gestão por processos. O sistema contempla 20 processos de negócios monitorados por vários indicadores e isso atende as principais atividades do TRE-TO. Assim, todas as ações que envolvem diretamente a realização das eleições e a prestação jurisdicional estão com os processos mapeados e rodando normalmente, sendo que anualmente são realizadas duas auditorias internas e externas.

PLANO DE
CONTRATAÇÕES

O Plano de Contratações é aprovado anualmente pelo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (COGETIC), que absorve todas as principais contratações da gestão. Orientado pelo histórico de necessidades e pelo Programa de Gestão, o plano de contratações é o norte das ações a serem realizadas pela Gestão. Maiores detalhes em Plano de Contratações TRE.



Disponível em
<https://www.tre-to.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes-e-contratos>

PLANO DE
COMUNICAÇÃO

O Plano de comunicação tem por objetivo aprimorar a comunicação externa e interna. Para a comunicação externa, o plano busca fazer com que a sociedade tenha pleno conhecimento dos produtos e serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral do Tocantins e, desta forma, fortalecer a imagem institucional do TRE-TO, por meio de ações estratégicas em comunicação, visando ainda o estreitamento do relacionamento entre o Tribunal, sociedade e imprensa. O Plano de comunicação atua dentro dos valores consignados no planejamento estratégico do TRE-TO, principalmente no valor transparência, o qual se destaca pela prática de ações com ampla publicidade e fácil acesso, fundamental no processo de comunicação.

PLANO ANUAL
DE CAPACITAÇÃO

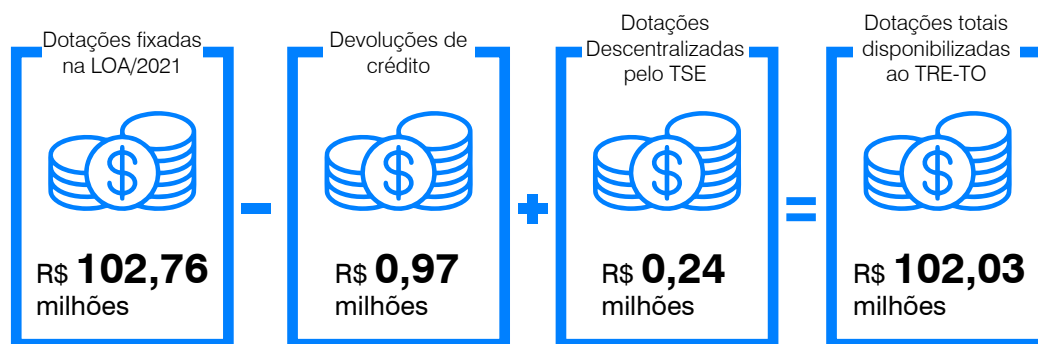
Anualmente, é aprovado o Plano de Capacitação. Nele, todas as ações de capacitação estão definidas para o exercício seguinte, envolvendo as áreas administrativa, judicial e de Tecnologia da Informação, sendo que os temas da área jurídica são geridos pela Escola Judiciária Eleitoral.

O Detalhamento da execução do investimento no PAC pode ser visto no item 4.3.6 deste capítulo.

4.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

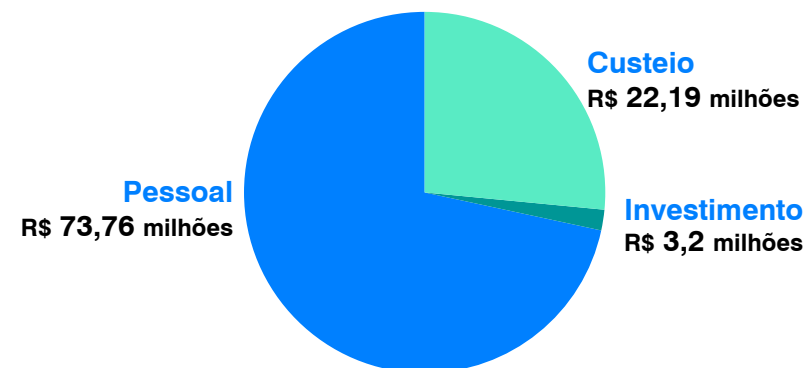
A Lei Orçamentária Anual de 2021 - LOA/2021 consignou ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins dotação orçamentária no valor de R\$ 102,76 milhões. Contudo, após devoluções de créditos na ordem de R\$ 0,97 milhões o orçamento/2021 foi redimensionado para R\$ 101,79 milhões.

Além do orçamento disponibilizado na LOA/2021, houve descentralizações de dotações pelo Tribunal Superior Eleitoral na ordem de R\$ 0,24 milhões para pagamento de serviços extraordinários relativos às prestações de contas das Eleições Municipais, bem como para manutenção das urnas eletrônicas. Assim, a dotação total disponibilizada a este Regional alcançou a cifra de R\$ 102,03 milhões.



Fonte: Tesouro Gerencial

Valor total pago em 2021



Fonte: Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em 2021, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins recebeu dotação de R\$ 102,03 milhões. Desse montante, R\$ 101,22 milhões foram empenhados, R\$ 99,51 milhões foram liquidados e R\$ 99,15 milhões foram pagos.

Portanto, o total pago corresponde a aproximadamente 97,2% da dotação disponibilizada.

Do total pago, a maior parte foi direcionada para remuneração de pessoal (R\$ 73,76 milhões).

Destacam-se também as despesas com terceirização de mão-de-obra que somaram o valor pago de R\$ 9,48 milhões.

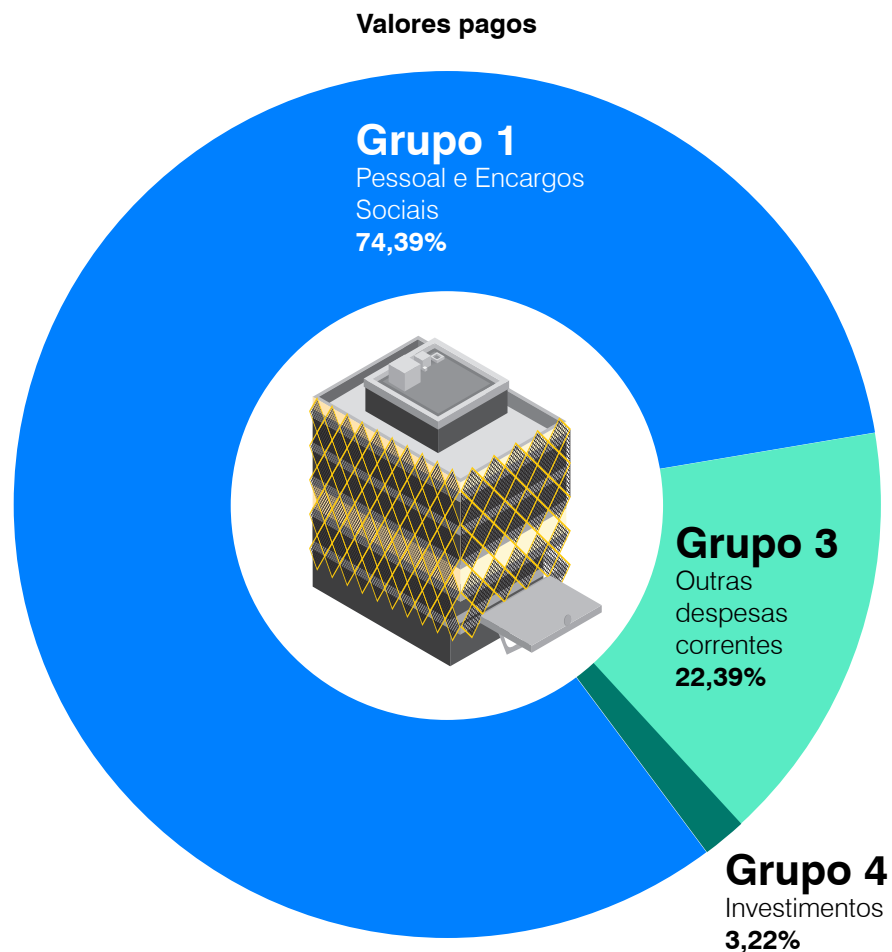
EXECUÇÃO POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Grupo de natureza de despesa:

classe de gasto em que foi realizada a despesa.

Elemento de despesa:

classificação dos insumos utilizados ou adquiridos.



Grupo 1 - Pessoal e encargos sociais

Elemento de despesa	Valor pago em 2021
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	53.963.123,37
Obrigações patronais - op. intra-orçamentárias	10.271.625,91
Aposentadorias e Pensões	6.763.555,19
Demais elementos	2.765.323,11
TOTAL	73.763.627,58

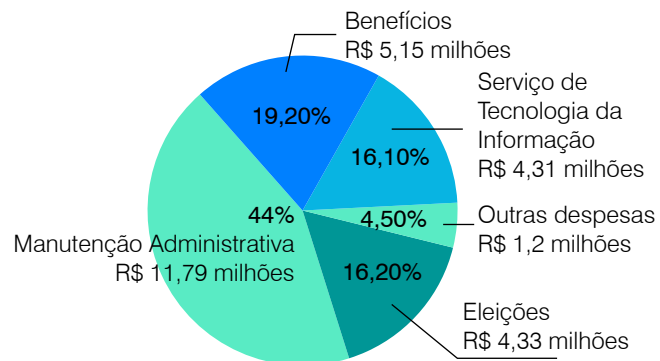
Grupo 3 - Outras despesas correntes

Elemento de despesa	Valor pago em 2021
Locação de mão-de-obra	9.485.724,35
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	5.977.275,31
Auxílios e outros benefícios assistenciais	3.131.086,36
Material de consumo	773.073,60
Diárias - pessoal civil	343.611,87
Demais elementos	2.485.211,98
TOTAL	22.195.983,47

Grupo 4 - Investimentos

Elemento de despesa	Valor pago em 2021
Equipamentos e material permanente	2.860.708,32
Serviço de tecnologia da informação e comunicação	310.263,58
Obras e instalações	20.075,51
TOTAL	3.191.047,41

CUSTEIO

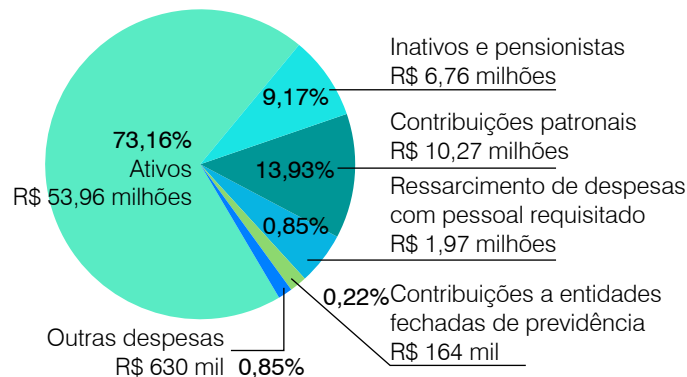


Em 2021, os pagamentos das despesas de custeio totalizaram R\$ 22,19 milhões, os quais incluem as despesas com manutenção administrativa, benefícios a servidores (auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio pré-escolar e assistência médico-odontológica), serviços de tecnologia da informação, manutenção de urnas eletrônicas e outros gastos de custeio.

Cabe destacar, também, que as principais despesas para manutenção administrativa foram com locação de mão-de-obra (R\$ 8,02 milhões), fornecimento de água e energia elétrica (R\$ 1,51 milhões) e locação de imóveis (R\$ 1,11 milhões).

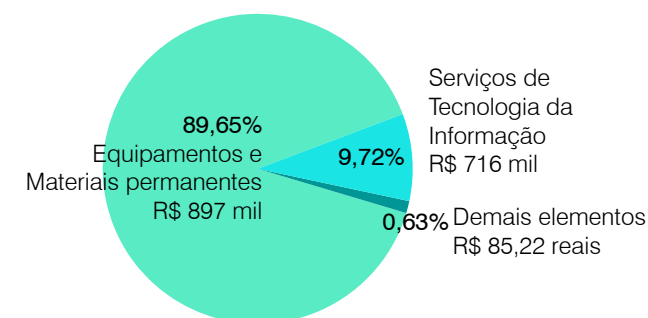
Consoante se verifica do quadro abaixo, em 2021 (ano não-eleitoral), em razão do trabalho remoto e da não realização de eleições, houve decréscimo de 16,4% nas despesas com custeio quando comparados com 2020 (ano eleitoral).

PESSOAL



Em 2021 o pagamento de despesas de Pessoal reduziu 2,99% quando comparados com 2020.

INVESTIMENTOS



Os investimentos pagos em 2021 somaram R\$ 3,19 milhões e teve como destaque a aquisição de soluções de ativo de rede LAN e WLAN (switchs, transceivers, acess point e outros) e equipamentos de informática.

GRUPO DESPESA	2021					2020					VARIÇÃO R\$ (k) = d-i	VARIÇÃO % (l) = d/i
	DOTAÇÃO (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGO (d)	RP PAGOS (e)	DOTAÇÃO (f)	EMPENHADO (g)	LIQUIDADO (h)	PAGO (i)	RP PAGOS (j)		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.829.772,66	74.078.829,64	74.067.898,72	73.763.627,58	70.244,70	78.120.828,59	76.108.349,77	76.108.349,77	76.038.105,07	418.281,44	(2.274.477,49)	(2,99)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.616.359,00	22.474.558,07	22.258.716,32	22.195.983,47	267.060,70	29.073.327,00	27.611.592,77	26.640.292,25	26.550.539,01	254.127,42	(4.354.555,54)	(16,40)
INVESTIMENTOS	4.667.850,00	4.667.850,00	3.191.047,41	3.191.047,41	4.387,14	1.630.658,00	1.630.655,00	1.614.929,60	1.614.239,05	45.154,67	1.576.808,36	97,68
TOTAL	102.113.981,66	101.221.237,71	99.517.662,45	99.150.658,46	341.692,54	108.824.813,59	105.350.597,54	104.363.571,62	104.202.883,13	717.563,53	(5.052.224,67)	(4,8)

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafios

- Manter em bom funcionamento toda a estrutura do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, num cenário de restrições financeiras;
- Aperfeiçoar a gestão orçamentária.

Ações

- Dar continuidade às atividades de racionalização de despesas;
- Adotar boas práticas de eficiência;
- Conscientizar os servidores acerca da necessidade de racionalização de custos;
- Continuar implementando soluções que tragam eficiência energética, com vistas a reduzir as despesas com energia elétrica.

4.2 GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2021, Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 17, e parágrafo único do mesmo art. 17.

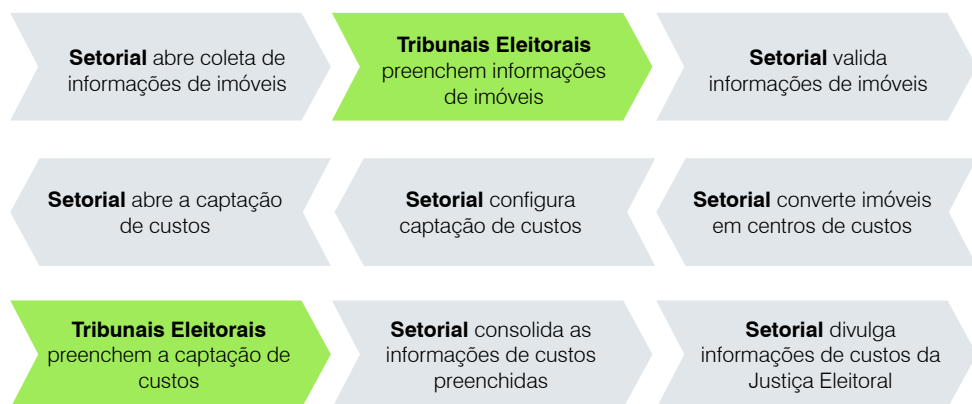
A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à demanda legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar no atendimento dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2021, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos, atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação desta Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

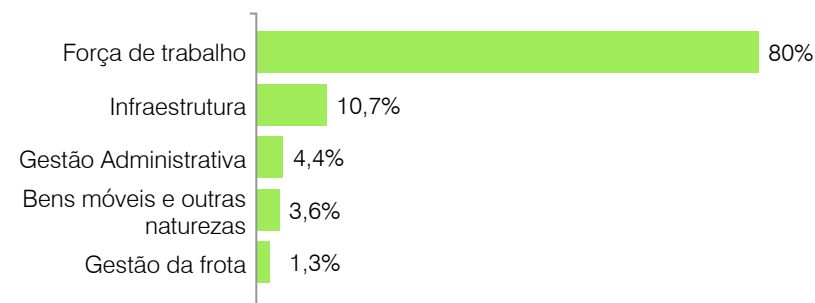
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins no exercício de 2021, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

10 maiores itens de custos (em R\$ mil)

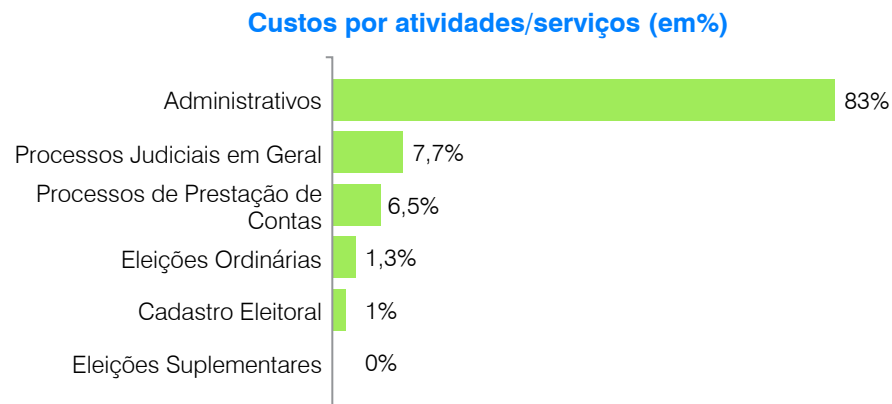


Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

Custos por subgrupos (em %)

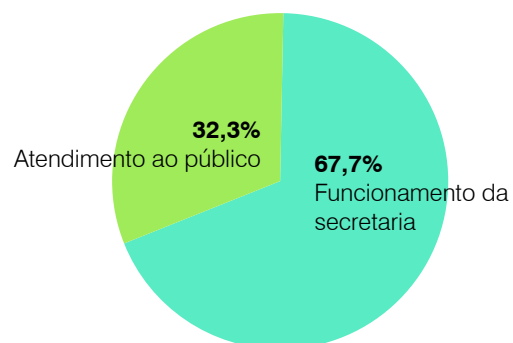


Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em%)



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

4.3 GESTÃO DE PESSOAS

4.3.1 Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a Lei n.º 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, este Tribunal observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo órgão Superior Eleitoral e órgãos de controle.

Convém enfatizar que foi instituída a Política de Gestão de Pessoas deste Regional, por meio da Resolução TRE-TO nº 461, de 10 de dezembro de 2019, que tem como uma de suas finalidades estabelecer princípios e diretrizes em gestão de pessoas e organização do trabalho, além de contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

Outra diretriz desta unidade de pessoal é o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas. Em 2021 foi aprovado o plano para o período 2021-2026 por meio da Resolução TRE-TO Nº 513/2021.

Todos os normativos aplicáveis à legislação de pessoal são devidamente observados e grande parte pode ser encontrada na Cartilha do Servidor, disponível a todos os colaboradores e servidores na intranet deste Tribunal.

Para assegurar a conformidade com a Legislação de Pessoal e demais normativos aplicáveis à Gestão de Pessoas, este Tribunal tem buscado permanentemente o aperfeiçoamento da gestão, através do patrocínio de uma política de valorização e desenvolvimento, que visa o alcance dos resultados pretendidos.

4.3.2 GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA DE PESSOAS

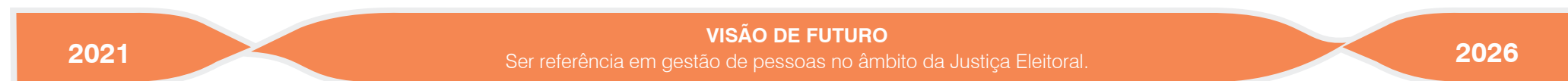
Em 2021 foi aprovado o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas para o período 2021-2026 estabelecendo como objetivo maior dessa unidade ser referência em gestão de pessoas no âmbito da Justiça Eleitoral. Quatro são os objetivos estabelecidos para a unidade:

1. Aprimoramento dos processos de trabalho
2. Aperfeiçoamento e fortalecimento da gestão
3. Promoção da saúde e qualidade de vida
4. Valorização, reconhecimento e integração

Para o alcance desses objetivos, são priorizados ações e projetos voltados à área de pessoas. Essa priorização é estabelecida no Plano Diretor de Gestão de Pessoas que é bianual e coincide com biênio do presidente deste Regional. Para o período 2021-2023 foram estabelecidas 7 iniciativas que se desdobram em 31 atividades.

MISSÃO:

Promover a saúde e o desenvolvimento das pessoas de forma integrada, para que o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins seja considerado um órgão valioso para se trabalhar.



▶ VALORES

- ▶ **Impessoalidade** - atuação pautada em critérios legais/técnicos, na equidade e no senso de justiça;
- ▶ **Diversidade** - prima pelo respeito às diversidades humanas
- ▶ **Acolhimento** - atenção e trato às demandas;
- ▶ **Acessibilidade** - facilidade na aproximação, no trato e na relação com as pessoas.
- ▶ **Credibilidade** - garantia de confiabilidade das ações e decisões;

PROCESSOS INTERNOS E RESULTADOS

Aprimoramento dos Processos de Trabalho

GESTÃO E INOVAÇÃO

Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão

SAÚDE NO AMBIENTE CORPORATIVO E QUALIDADE DE VIDA

Promoção da Saúde e Qualidade de Vida

VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

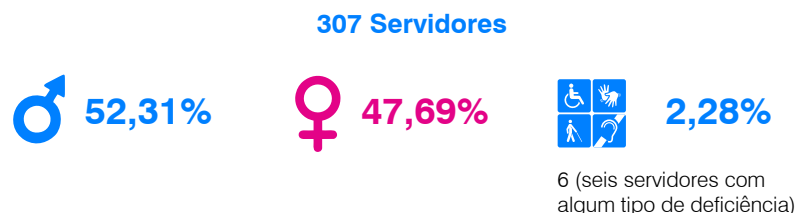
Valorização, Reconhecimento e Integração

▶ VALORES

- ▶ **Comprometimento** - atuação com dedicação, empenho e envolvimento;
- ▶ **Conciliação** - meio eficiente e rápido para solução de conflitos;
- ▶ **Cooperação** - colaboração participativa;
- ▶ **Criatividade** - estímulo à manifestação do pensamento criativo;
- ▶ **Felicidade** - equilíbrio entre bem estar/satisfação individual e o contexto/interesse organizacional.



4.3.3 - AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO



A força de trabalho do TRE-TO é composta por magistrados, servidores, estagiários e terceirizados. Como órgão da Justiça Eleitoral, este Tribunal não possui quadro próprio de juízes e desembargadores. A função jurisdicional é exercida, no nível da Corte Regional, por magistrados do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal, além de advogados escolhidos na forma do art. 120 da Constituição da República, perfazendo um total de 7 membros.

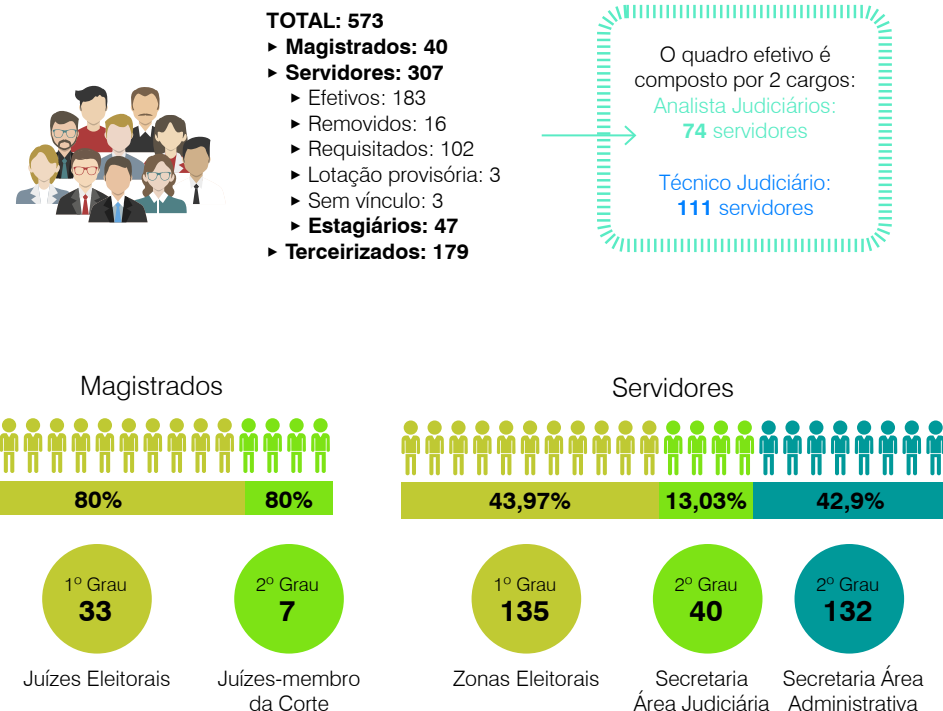
No 1º Grau, a jurisdição das Zonas Eleitorais é exercida por 33 juízes estaduais, conforme divisão da circunscrição eleitoral no Estado do Tocantins.

O quadro efetivo da Justiça Eleitoral é composto por dois cargos: Técnico Judiciário e Analista Judiciário. Quanto à lotação, existem dois grandes grupos: a Secretaria do Tribunal, que fica na capital, e as 33 Zonas Eleitorais (ZE's) espalhadas pelo Estado.

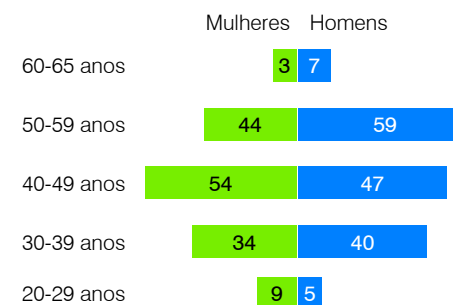
Fazendo uma análise crítica da força de trabalho, há um equilíbrio entre o total de servidores lotados na Secretaria e nas 33 ZE's. Quanto aos servidores efetivos, no entanto, há uma prevalência da lotação na sede do Tribunal, onde atua cerca de 70% do quadro próprio de servidores.

Ressalta-se que a Lei 10.842/2004 criou dois cargos efetivos para as ZE's (um técnico judiciário e um analista judiciário). Por essa razão, a demanda real de cada zona eleitoral, considerados, sobretudo, o número de eleitores e de municípios atendidos, não pode ser utilizada como parâmetro para lotação dos servidores efetivos. Esses parâmetros são utilizados apenas para definição do limite de requisições, por isso a prevalência maior de servidores requisitados nas ZE's, em relação ao número de servidores efetivos.

FORÇA DE TRABALHO



Servidores lotados por sexo e faixa etária



4.3.3 AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Em 2021, a Coordenadoria de Assistência Médica e Social, com o intuito de manter as ações voltadas à saúde e qualidade de vida no âmbito do Tribunal, e contribuir para a manutenção de um ambiente de trabalho positivo e saudável, favorecendo o bem-estar e a produtividade coletiva, executou as seguintes ações:

Ações de enfrentamento à pandemia

Não podemos deixar de destacar, a continuidade das inúmeras ações e providências realizadas pela COMED com relação ao coronavírus (COVID-19), as quais atingiram grande número de pessoas, dentre elas:

- Apresentação de propositura de medidas de prevenção da disseminação do Covid-19 e suas variantes, procedimentos de vacinação e outros assuntos correlatos, a todos os colaboradores desta Justiça Eleitoral do Tocantins, realizando avaliação permanente do cenário e propondo intervenções, além de palestras, videoconferências, rodas de conversa;
- Encaminhamento mensal de controle de casos de covid-19 e vacinação ao Tribunal Superior Eleitoral;
- Realização de reuniões periódicas com a alta direção para análise das medidas a serem tomadas;
- Inclusão de novos exames de COVID-19 na tabela do Conselho Deliberativo do TRESAÚDE – CODEL;
- Foi mantido o teleatendimento pelo corpo clínico deste Tribunal;
- Realização periódica de rodas de conversas com profissional de psicologia;
- Relatórios de acompanhamento externo, dados epidemiológicos, estatística hospitalar, dados da vacinação e acompanhamento de casos dos colaboradores do Tribunal;
- Orientações a alta direção com o objetivo de subsidiar edições de atos normativos acerca de orientações, diretrizes e medidas preventivas ao contágio pelo Novo Coronavírus (Covid-19).

EVENTOS REALIZADOS EM 2021 REFERENTES AO PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

PARTICIPANTES/PÚBLICO ATINGIDO

IX Semana da Saúde - Oficina 1 – Burnout e Boreout: compreender e prevenir o estresse e o tédio no trabalho ; - Oficina 2 – Mindfulness: uma possibilidade para manutenção da saúde mental)	287 participantes
Calendário da Saúde -Sensibilizar o público alvo para a prática de hábitos saudáveis, psicoeducação e melhoria da qualidade de vida dos colaboradores do TRE-TO, bem como conscientizá-los sobre a importância da prevenção	E-mails encaminhados, mensalmente, pela COMED, a todos os colaboradores deste Tribunal, reuniões e rodas de conversa (via videoconferência) com base no Calendário do Ministério da Saúde, nos resultados dos exames periódicos e causas de absenteísmo.
Coral	13 participantes (devido a pandemia, em 2021 ocorreu na forma “online”, vozes em separado)
Campanha de vacinação contra a gripe H1N1 no formato drive thru	400 colaboradores
Programa de Ginástica Laboral e Meditação	Foi disponibilizado aos colaboradores, em formato “online”, por meio do TSE.
Exames Periódicos	130 servidores
Realização de reuniões, campanhas e palestras, para atualização das condutas frente à COVID-19 e suas variantes.	Colaboradores do Tribunal (formato via videoconferência)
Realização de reuniões, campanhas e palestras, com foco nas orientações para o recebimento das doses de vacinas contra o COVID-19.	Colaboradores do Tribunal (formato via videoconferência)
Realização de roda de conversa (relato de caso com servidor), com foco em programa de combate a obesidade e ao sedentarismo	Colaboradores do Tribunal (formato via videoconferência)
Realização do Programa de Preparação para Aposentadoria/PPA (Workshop Estratégias Neurocientíficas e Cognitivas para a Aposentadoria e Qualidade de Vida)	17 participantes
AÇÕES SOLIDÁRIAS	
Campanha de doação de sangue “Parceiros pela Vida” (Hemocentro de Palmas-TO)	16 doadores
Convênio com o Hospital do Amor (consignações em folha de pagamento)	65 colaboradores doadores

4.3.4 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS, SITUAÇÃO DE SERVIDORES COM CONDIÇÕES DE APOSENTADORIA

Captação de recursos humanos

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal, na Lei nº 8.112/1900 e no Decreto nº 6.944/2009. O processo visa selecionar servidores com perfil almejado por este Regional, após análise de alocação de pessoal realizada pela unidade. São considerados, dentre outros fatores, a rotatividade de servidores, número ideal de servidores por atividade, complexidade da estrutura do órgão, disponibilidade orçamentária e financeira e projeções futuras do quadro de pessoal.

No final de 2020 e início de 2021, este Tribunal realizou os procedimentos necessários quanto à nomeação dos candidatos aprovados em concurso público, em conformidade com o autorizado pela Portaria TSE nº 871/2020.

Em 2021 foram nomeados 4 novos servidores para provimento de cargo efetivo (2 vagas decorrentes de aposentadoria de servidores, 1 vaga de redistribuição de cargo vago e 1 vaga decorrente de falecimento de servidor)

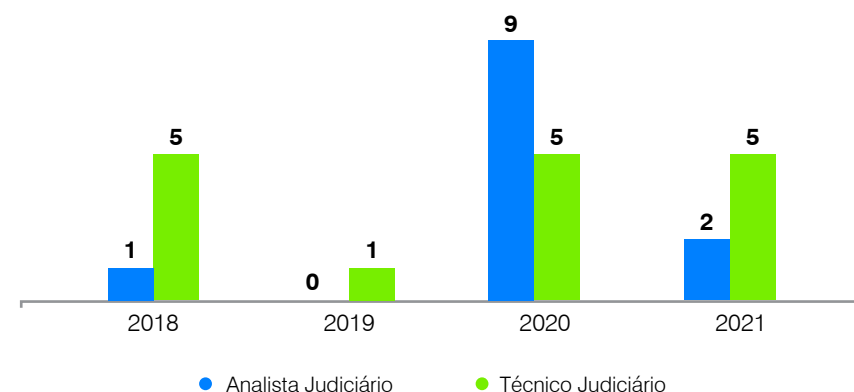
SERVIDORES EM CONDIÇÃO DE APOSENTADORIA

Atualmente o TRE-TO possui 18 (dezoito) servidores com condição de aposentadoria voluntária.

Plano de remoção e alocação de servidores

O TRE-TO conta com 33 Zonas Eleitorais (ZE's), que abrangem todo o Estado. De acordo com a Lei nº 10.842/2004, há dois cargos, sendo um de Analista Judiciário - Área Judiciária, e um de Técnico Judiciário - Área administrativa, para cada ZE. Com as movimentações decorrentes das vacâncias, remoções, entre outros, o Tribunal vem utilizando, desde 2007, concurso de remoção interna para movimentação entre as ZE's e entre estas e a Secretaria. Estes concursos têm critérios bem definidos, objetivos e imparciais, contribuindo para o baixo número de recursos.

Em 2021, nos meses de junho, julho e dezembro, foram realizados 3 (três) Concursos de Remoção Interna, sendo 1 (um) simplificado. Neles, foram contemplados 2 Analistas Judiciários, Área Judiciária, e 5 Técnicos Judiciários, Área Administrativa, conforme quadro abaixo:



O reforço da equipe de trabalho para atender a processos sazonais de alocação de pessoas é realizado de acordo com as demandas e perfis profissionais.

Em 2021, podemos mencionar alguns fatores que levaram a um número reduzido de apoio de pessoal, tais como: ser ano não eleitoral; permanência do quadro da pandemia; ausência de atendimento presencial nos cartórios eleitorais; além da criação do Núcleo de Apoio Processual – NAP.

4.3.6 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

Avaliação de Desempenho

A avaliação de desempenho dos servidores é auferida para movimentação na carreira (progressão/promoção funcional), observando os critérios estabelecidos na Lei n.º 11.416/2016 e na Resolução/TSE n.º 22.582/2007. Todo servidor nomeado para o cargo efetivo é submetido a avaliações periódicas às quais, se aprovado, o faz ascender na carreira, partindo da classe/padrão A1 até atingir a o final de carreira em C13.

Nos 36 meses iniciais, as avaliações têm por objetivo avaliar se o servidor realmente preenche os requisitos para o cargo, período denominado por estágio probatório. Daí em diante as avaliações servem exclusivamente para ascensão na carreira, como dito anteriormente.

Aprovados em processos avaliativos 2021: 48 servidores

O TRE-TO está analisando um modelo de avaliação complementar, focada na gestão do desempenho como um todo, que possa ser aplicada aos servidores bem como aos gestores, de modo que todo possam aperfeiçoar seu desempenho.

Estágio Probatório

O estágio probatório dos servidores é regido pela Resolução TSE n.º 22.582/2007. Em 2021 tivemos nesta situação:

- ▶ Técnico Judiciário: 11 servidores
- ▶ Analista Judiciário: 13 servidores

Valor Agregado dos recursos Humanos e Meritocracia

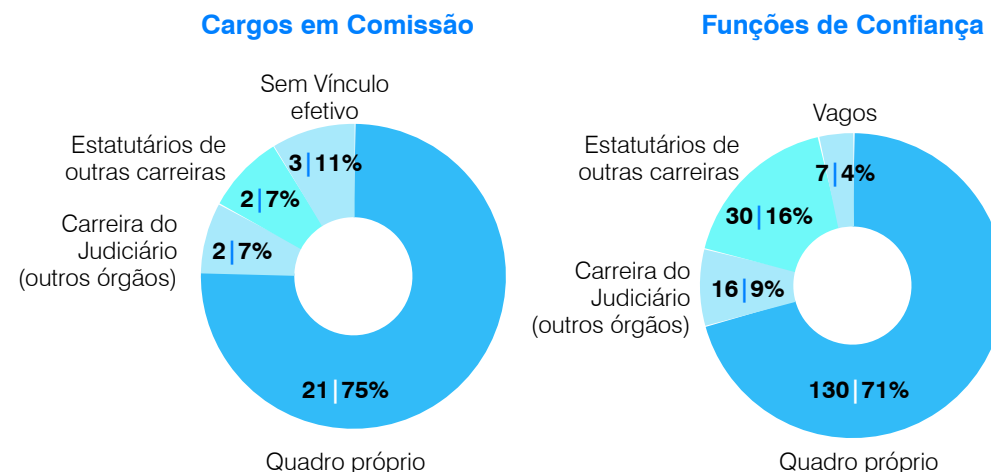
Seguindo as diretrizes do Planejamento Estratégico do TRE-TO, foi instituído, em junho de 2021, o Programa Reconhecer. O objetivo da iniciativa é destacar publicamente e motivar os magistrados e servidores que desenvolverem soluções (ações, projetos, boas práticas ou similares) para situações-problema apresentadas no dia a dia desta Justiça Eleitoral. Conforme a Portaria n.º 338/2021, o Programa de Reconhecimento e Valorização tem por finalidade incentivar os comportamentos e ações que contribuam

para a melhoria do clima organizacional e dos resultados institucionais; despertar nos servidores o compromisso com a missão, visão, valores e objetivos estratégicos da instituição; reconhecer as contribuições dos magistrados e servidores pelo empenho em realizar o trabalho e alcançar metas; incentivar o envolvimento com o planejamento e a implantação de melhorias, fomentando a cooperação e o aprimoramento do desempenho coletivo e individual; promover a prática do reconhecimento compartilhado entre magistrados e servidores, contribuindo para o favorecimento da motivação e da retenção de talentos e para a Gestão do Conhecimento Organizacional.

Em 2021, ocorreu a primeira solenidade de reconhecimento, tendo sido apresentadas 3 (três) boas práticas e, seguindo os critérios estabelecidos na respectiva Portaria, foi reconhecida em sessão solene virtual do Plenário, no dia 23 de novembro de 2021, como melhor prática em 2021 a “Centralização de chamados de Urnas Eletrônicas”.

Cargos Gerenciais

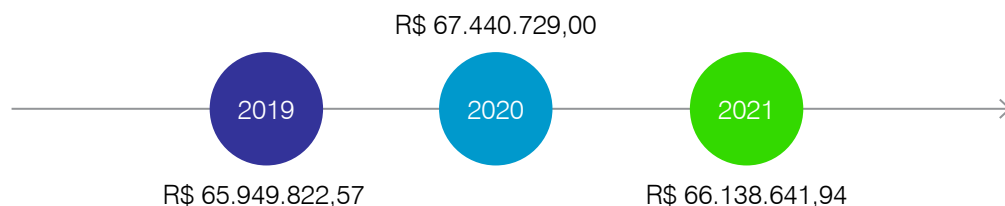
No TRE-TO são 28 cargos em comissão e 183 funções de confiança instituídos regimentalmente. Em 2021 eles foram ocupados conforme gráfico abaixo:



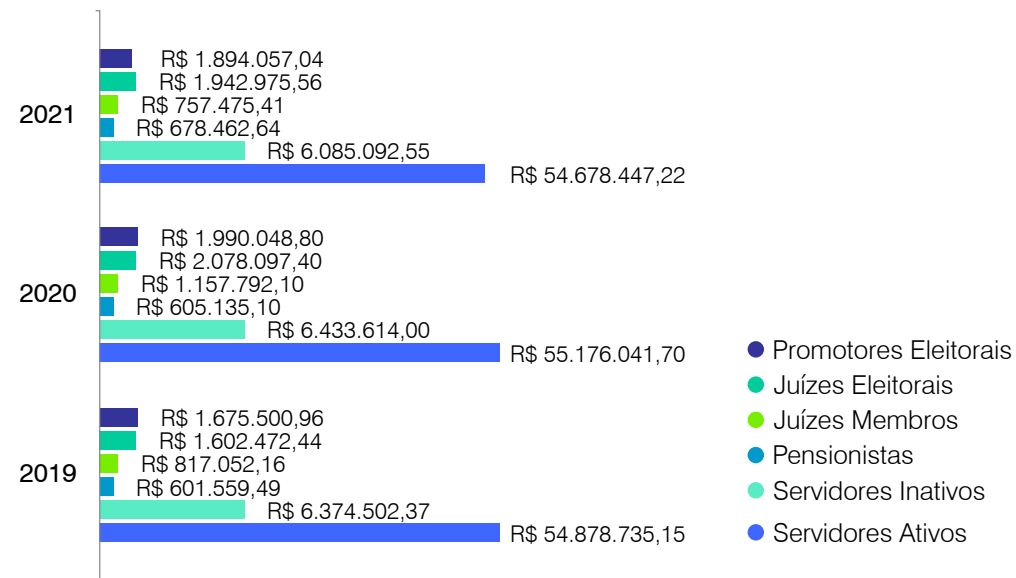
4.3.7 DESPESA DE PESSOAL

Em 2021, o TRE-TO realizou um gasto de R\$ 66.138.641,94 com despesa de pessoal, sendo que em 2020 foi de R\$ 67.440.729,00 e em 2019 de R\$ 65.949.822,57.

Evolução dos Gastos com Pessoal

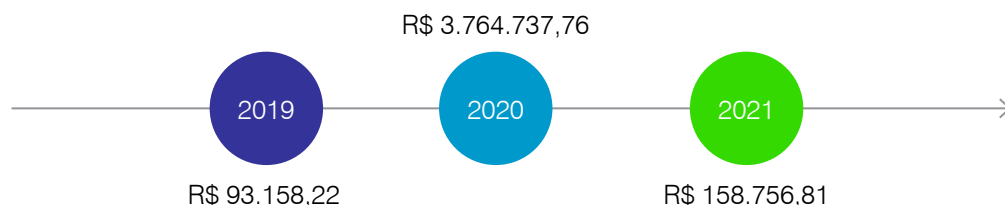


Situacao Funcional	2019	2020	2021
Efetivo	43.724.108,11	46.113.457,96	45.773.748,83
Cedido	354.070,80	295.398,72	608.870,46
Efetivo removido	3.941.454,43	2.910.291,31	3.409.100,63
Inativo	6.374.502,37	6.433.613,95	6.085.092,55
Juiz Eleitoral	1.602.472,44	2.078.097,37	1.942.975,56
Juiz Membro	714.920,64	1.028.766,29	757.475,41
Lotação provisória	474.079,51	392.632,23	460.855,20
Procurador Regional Eleitoral	102.131,52	129.025,80	102.131,52
Promotor Eleitoral	1.675.500,96	1.990.048,83	1.894.057,04
Removido para este Tribunal	351.094,96	1.046.146,19	355.266,94
Requisitado	5.442.102,12	3.892.654,51	3.507.566,46
Sem vinculo	591.825,22	525.460,76	563.038,70
Pensionistas	601.559,49	605.135,08	678.462,64
Total	65.949.822,57	67.440.729,00	66.138.641,94

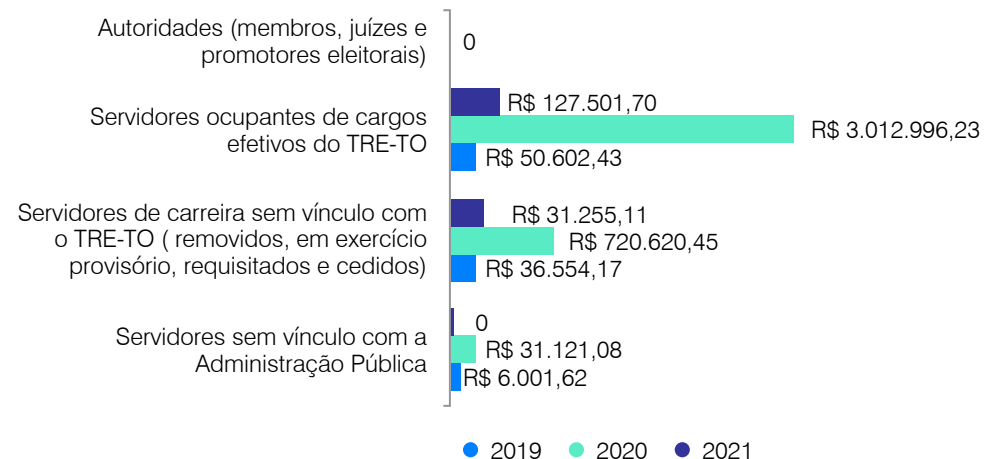


As despesas com servidores ativos e inativos tiveram acréscimo a partir do exercício 2016, tendo em vista a edição da Lei n.º 13.317/2016, que reajustou a remuneração dos servidores, elevando também as despesas com eleições ordinárias e extraordinárias nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2020.

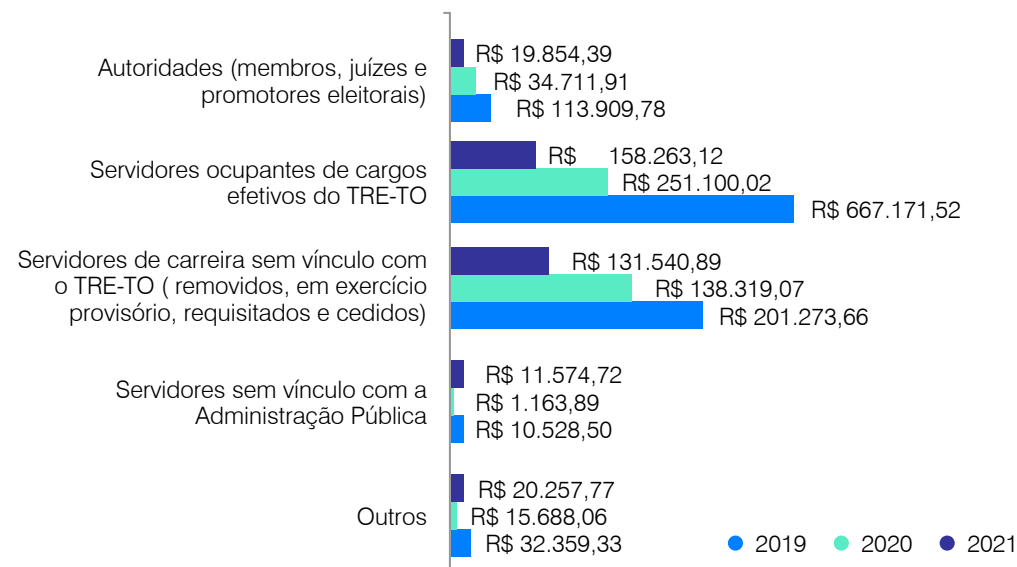
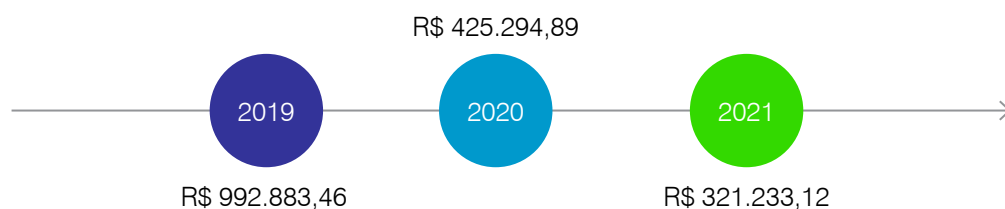
Evolução do Gasto com Serviço extraordinário



2020 foi um ano eleitoral e por isso o gasto foi muito maior que em 2021. Confira a distribuição do gasto por ocupação no gráfico ao lado:



Evolução Gasto com Diárias



Programa de Estágio Remunerado

O programa de estágio do TRE-TO contempla acadêmicos de graduação e alunos de nível profissional do ensino médio.

Durante o exercício de 2021, 47 estudantes participaram do programa de estágio, com remunerações de R\$ 555,00 para educação profissional e de R\$ 815,00 para nível superior. Ao final do exercício, foi gasto o montante de R\$ 221.589,33 com despesas relativas ao pagamento da bolsa-estágio, seguro de vida, e auxílio-transporte.

Desses números, do total de estagiários de graduação superior, 3 foram destinados ao 1º grau de jurisdição, com atuação nos cartórios eleitorais, com valor da despesa orçada em R\$ 9.529,03, e 44 selecionados para o 2º grau (unidades da secretaria do Tribunal), totalizando um investimento de R\$ 221.589,33. Importa salientar que os valores foram significativamente inferiores aos exercícios anteriores, motivada pela suspensão das contratações em grande parte do ano, devido à condição de pandemia.

Nível	Área	Quantidade	Valor (R\$)
Graduação	Direito - Administração - Ciências Contábeis - Ciência da Computação - Arquitetura - Jornalismo – Publicidade	45	R\$ 215.223,23
Profissional	Técnico em enfermagem	2	R\$ 6.366,1047

Analisando a evolução dos gastos com diárias, mesmo em 2020 sendo um ano eleitoral, verifica-se uma queda substancial em decorrência das medidas restritivas de prevenção da COVID-19. No ano 2021 as medidas de restrição continuaram com grande parte dos servidores em trabalho remoto, e acrescenta-se ainda, que 2021 não foi um ano eleitoral, logo novamente houve queda nos gastos com diárias e passagens.

Auxílios e Benefícios

Situação	2019	2020	2021
Assistência médica e odontológica	1.919.401,00	1.939.335,00	1.955.047,00
Auxílio-alimentação	2.684.920,22	2.738.498,37	2.663.010,45
Assistência pré-escolar	517.696,82	482.163,48	552.938,70
Auxílio transporte	1.570,25	220,64	0,00
Auxílio-natalidade	4.990,00	1.045,00	4.400,00
Auxílio-funeral	0,00	0,00	16.114,01
TOTAL	5.130.597,29	5.163.282,49	5.193.531,16

Subtítulo correto: Gerenciamento de Competências

O programa de gestão por competências foi implementado no TRE/TO em 2008, adotando-se o modelo utilizado pelo TSE no referido período. Desde a sua implementação, a gestão por competências passou por diversas melhorias, inclusive nos anos de 2013, 2015 e 2017, datas em que houve revisão das competências. Em 2017, foi implementado sistema desenvolvido neste Regional para o gerenciamento de competências intitulado “COYOTE”.

O modelo trabalha com as competências divididas em 3 grandes grupos, quais sejam:

- a) Competências corporativas, requeridas para todos os servidores vinculados ao Tribunal;
- b) Competências gerenciais, requeridas para todos os servidores que desenvolvem atividades de gestão;
- c) Competências técnicas, requeridas aos servidores lotados em uma determinada unidade organizacional, pois estas competências são definidas pelas atividades técnicas desenvolvidas na UO.

Os processos avaliativos são realizados bianualmente e contam com até 4 tipos de avaliação, sendo:

- 1. Avaliação por parte do gestor;
- 2. Autoavaliação;
- 3. Avaliação pelos pares;
- 4. Avaliação pelos subordinados.

O conjunto de informações obtido com a gestão por competências apresenta-se como instrumento de grande relevância para a tomada de decisão, especialmente na construção de conhecimento dos servidores, implicando em otimização dos recursos destinados à formação deste público.

4.3.6 CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

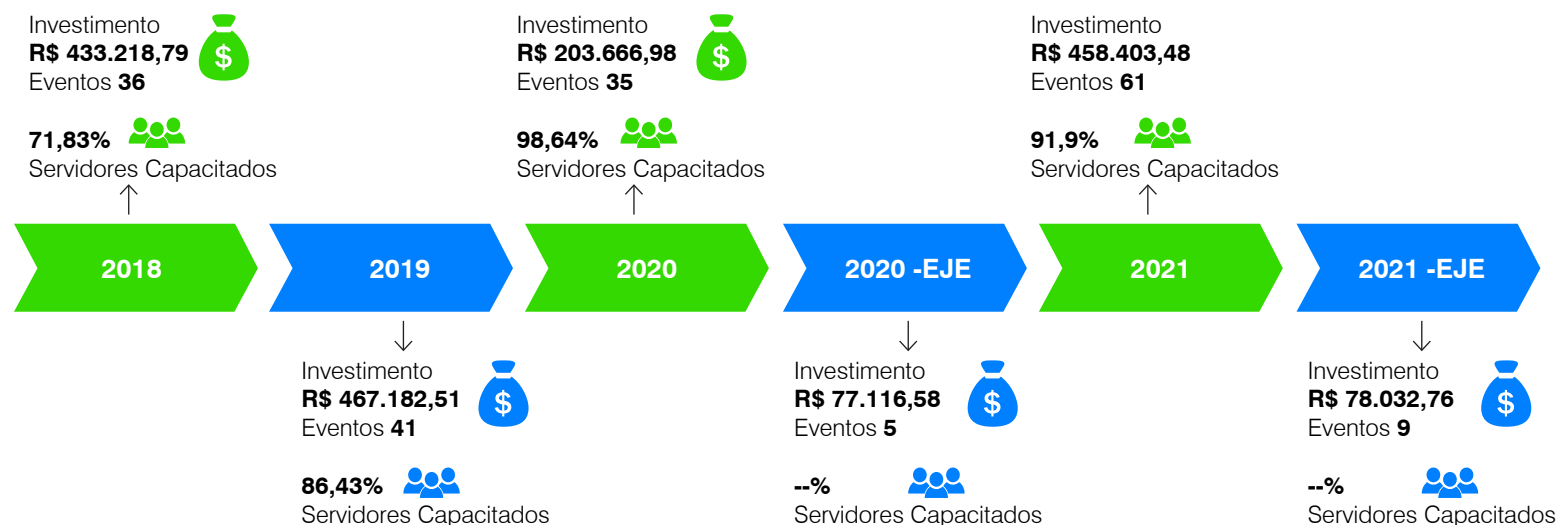
Para o desenvolvimento e qualificação dos servidores, são observadas as competências corporativas, gerenciais e técnicas, em especial as relacionadas aos procedimentos eleitorais. Para as competências que não tem relação direta com o processo eleitoral, a COEDE dispõe de dados alinhados aos objetivos institucionais, que são submetidos ao Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da informação e Comunicação – COGETIC, para o Planejamento Anual de Capacitação.

O PAC segue as diretrizes previstas na Resolução TRE-TO nº 180/2009 e Resolução CNJ nº 240/2016.

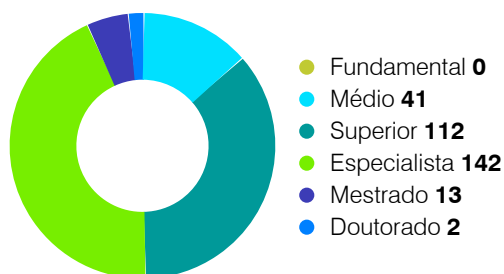
Cabe ressaltar que este Regional possui convênios educacionais com alguns órgãos estaduais e federais, visando o desenvolvimento de pesquisas, atividades acadêmicas, científicas, culturais, de capacitação e aperfeiçoamento e o intercâmbio nas áreas de gestão de pessoas, tecnologia da informação, administração e controle interno.

A capacitação é categorizada em oito áreas do conhecimento. A seguir, o investimento por áreas do conhecimento.

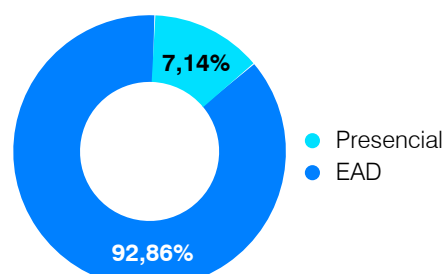
Execução PAC Plano Anual de Capacitação



Escolaridade do Quadro de Servidores



Eventos de Capacitação

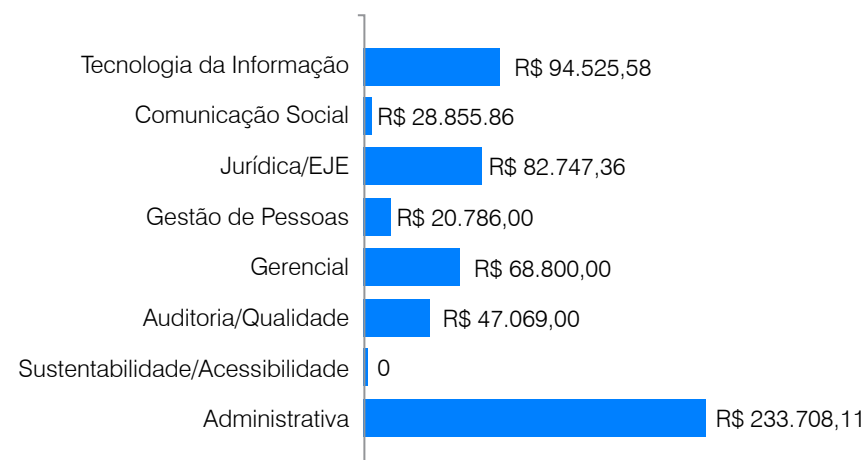


Foram realizados 70 eventos de capacitação em 2021.

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - EJE

Ressalta-se que, em 2021, a Escola Judiciária Eleitoral do Tocantins teve orçamento específico para capacitação, no valor de R\$129.840,00. Não podemos deixar de mencionar a realização de 9 (nove) eventos com esta finalidade, atingindo um total de 345 participações, sendo 6 participações de Membros do Pleno/Juízes Eleitorais, 309 de servidores do quadro deste Regional e 30 de servidores do Ministério Público/Promotores.

Investimento por área do conhecimento



Principais Desafios

- 2021 foi mais um ano em que a área de gestão de pessoas foi compelida a readequar suas ações e programas inicialmente previstos às necessidades de isolamento social e priorização das medidas para enfrentamento da pandemia de COVID-19.
- A coordenadoria médica foi muito demandada tanto nas orientações de prevenção da COVID-19 quanto no atendimento/acolhimento dos magistrados, servidores e colaboradores do órgão e seus familiares que sofreram com a enfermidade.
- Na área de governança e gestão, destacou-se o desafio de elaborar mais um plano estratégico de gestão de pessoas para um período de 6 anos.
- Dar prosseguimento às ações, diretrizes e procedimentos voltados ao equilíbrio da saúde biopsicossocial dos servidores
- Executar, conforme planejado, o Plano Anual de Capacitação – PAC, considerando as implicações da pandemia de COVID - 19.
- Gerir a força de trabalho, com eficácia e eficiência, otimizando a utilização dos recursos disponíveis.

Ações Futuras

- Implementar modelo de avaliação de desempenho.
- Estabelecer uma política de sucessão para ocupações críticas.
- Instituir Programa de Formação de Líderes
- Implantar modelo de acompanhamento de entregas e resultados gerados, de forma a possibilitar a gestão do trabalho híbrido.
- Conclusão das etapas para a implantação do dimensionamento da força de trabalho.

Links



Governança e Gestão de Pessoas

<https://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/governanca-e-gestao-de-pessoas/governanca-e-gestao-de-pessoas>

Referências



Concursos e estágios

<https://www.tre-to.jus.br/o-tre/concurso/concursos-tre-to>



Recursos Humanos e remunerações

<https://www.tre-to.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/recursos-humanos-e-remuneracoes/recursos-humanos-e-remuneracoes-1>

4.4 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Principais contratações diretas

- ▶ Eventos de capacitação de pessoal
- ▶ Contratações de valores reduzidos (abaixo de R\$ 17.555,24)

Contratações Diretas - Justificativas

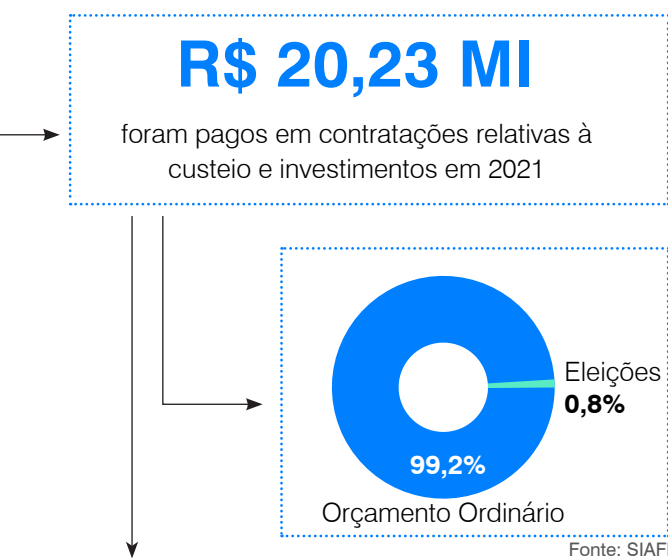
Entre as contratações diretas, destacam-se os eventos de capacitação de pessoal (foram feitas 48 contratações para essa finalidade). A inexigibilidade de licitação dessas contratações baseiam-se no art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei de Licitações (prestação de serviço técnico de natureza singular e realizado por profissional ou empresa de notória especialização).

Conformidade legal

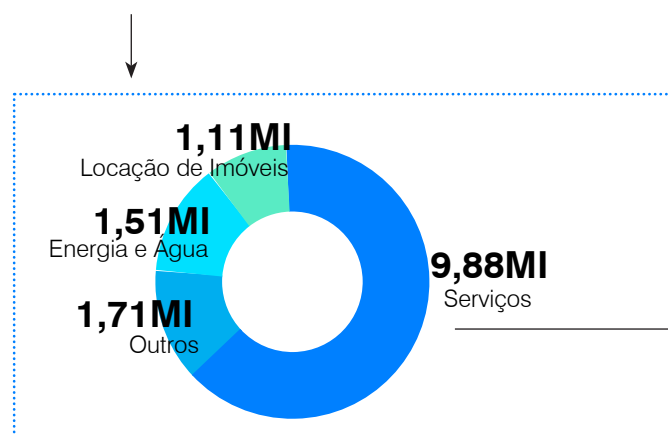
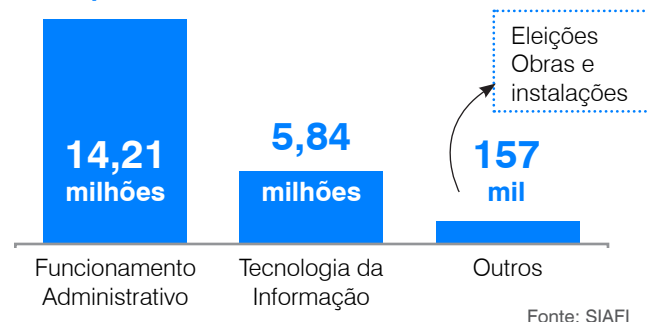
As licitações e contratações do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins estão em conformidade com as normas regentes, em especial com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.

Principais desafios e ações futuras

Implementação de licitações sustentáveis;
Manutenção da qualidade dos serviços prestados num cenário de escassez orçamentária e de pessoal;
Incentivo a inovação tecnológica;
Fomento à transparência.



Gastos por finalidade



Contratações mais Relevantes

A contratação mais relevante do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins em 2021 foi a aquisição de soluções de ativo de rede LAN e WLAN (switchs, transceivers, access point e outros) e equipamentos de informática.

As contratações mais relevantes estão alinhadas com os seguintes objetivos estratégicos:

- ▶ aprimorar mecanismos de atendimento ao cidadão;
- ▶ prover transformação digital e inovações tecnológicas.

As referidas contratações justificam-se pela necessidade de:

- ▶ prover a infraestrutura física para o funcionamento das atividades institucionais do Tribunal.

Tipos de Serviços	Valor
Apoio Administrativo	3.91MI
Limpeza	2.2MI
Vigilância	1.88MI
Manutenção Predial	433MIL
Passagens	84MIL
Telefonia	63MIL
Outros	1.31MI
Total	9,88MI

4.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Investimentos em infraestrutura e equipamentos

Em 2021, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins investiu R\$ 3,19 milhões em infraestrutura e equipamentos.

Os principais investimentos foram para aquisição de soluções de ativo de rede LAN e WLAN (switchs, transceivers, access point e outros) e equipamentos de informática.



Fonte: SIAFI

Os investimentos realizados estão relacionados principalmente com os seguintes objetivos estratégicos:

- ▶ aprimorar mecanismos de atendimento ao cidadão;
- ▶ prover transformação digital e inovações tecnológicas.

Entre os resultados decorrentes dos investimentos realizados pode-se destacar:

- ▶ a melhoria da infraestrutura física para o funcionamento das atividades institucionais do Tribunal;
- ▶ cibersegurança (proteção de computadores e servidores).

Desfazimento de ativos

Em 2021, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins realizou desfazimentos de bens ativos por meio de doação que totalizaram o valor líquido de R\$ 41.722,75 (quarenta e um mil, setecentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos).

Foram registradas ainda baixas por extravio/sinistro no valor líquido de R\$ 289,74 (duzentos e oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

Tipos de investimentos	Valor
Aeronaves	R\$ 9.156,00
Aparelhos de medição e orientação	R\$ 2.832,48
Aparelhos e utensílios domésticos	R\$ 1.121,58
Aquisição de software pronto	R\$ 271.460,90
Coleções e materiais bibliográficos	R\$ 8.462,16
Desenvolvimento de Software	R\$ 38.802,68
Equipamentos de proteção, segurança e socorro	R\$ 83.150,00
Equipamentos de TIC – Ativos de Rede	R\$ 1.030.100,00
Equipamentos de TIC - Computadores	R\$ 849.960,50
Equipamentos de TIC - Telefonia	R\$ 202.199,50
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	R\$ 389.365,57
Estudos e projetos	R\$ 18.517,50
Instalações	R\$ 1.558,01
Máquinas e equipamentos energéticos	R\$ 178.000,00
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	R\$ 52.544,25
Material permanente de TIC	R\$ 28.726,28
Mobiliário em geral	R\$ 25.090,00
TOTAL	R\$ 3.191.047,41

Número de Processos
de desfazimento

12

Valor líquido dos
ativos desfeitos

R\$ 42 mil

Fonte: COMAP

Gastos com locação de imóveis



Fonte: SIAFI

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins tem 3 (três) imóveis locados no município de Palmas-TO para abrigar as instalações do Cartório Eleitoral da 29ª ZE e dos Anexos I e II da Secretaria. Os valores mensais das locações são de R\$ 37.197,20 (trinta e sete mil cento e noventa e sete reais e vinte centavos), R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e R\$ 43.639,05 (quarenta e três mil seiscentos e trinta e nove reais e cinco centavos), respectivamente.

Mudanças e desmobilizações

Em 2021 não houve mudanças e disponibilizações relevantes.

Principais desafios e ações futuras

- Manutenção da qualidade dos imóveis próprios num cenário de escassez orçamentária;
- Ampliação do edifício-sede do Tribunal.

Conformidade legal

A gestão patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins está em conformidade com as normas regentes, consoante pode ser verificado nos sistemas ASI, SIAFI e SPIUnet.

4.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.6.1 CONFORMIDADE LEGAL

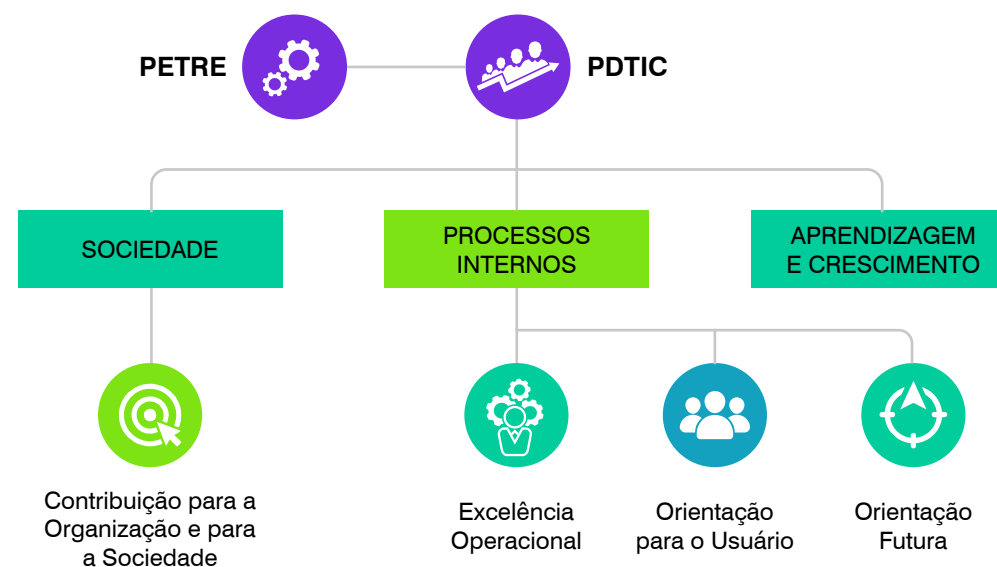
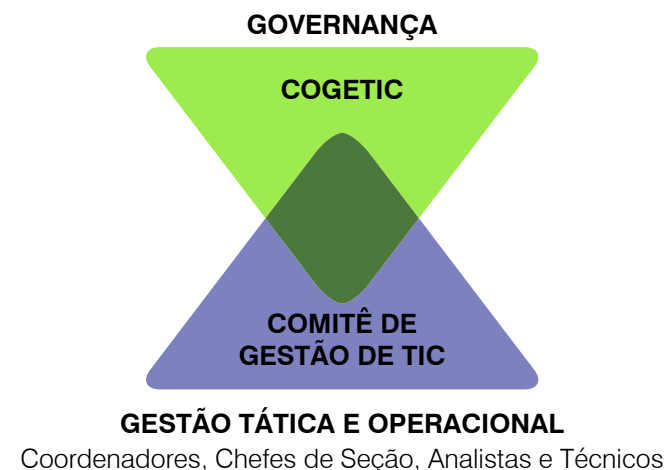
Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, o TRE-TO observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo CNJ, TSE, órgãos de controle e padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, interoperabilidade de sistemas, licitação e fiscalização de contratos.

4.6.2 MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

O Modelo de Governança de TI do TRE-TO, alinhado ao Modelo de Governança Institucional do TRE-TO, tem como principal instância o Comitê de Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação - COGETIC. O COGETIC tem como objetivos estabelecer princípios, diretrizes e prioridades que orientem a gestão e o uso de TI no TRE-TO, avaliar e acompanhar a execução dos planos de TI, definir as prioridades de investimentos na área, avaliar as contratações de soluções e priorizar as demandas por novas soluções de TI, propor a estruturação e o aperfeiçoamento de processos de governança de TI, definir diretrizes, estratégias e prioridades para o planejamento da oferta de serviços e informações por meio eletrônico e definir padrões de qualidade da infraestrutura de TI.

A gestão das atividades de TI é compartilhada pelo Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação - CGTI reúne-se ao menos uma vez por mês para acompanhamento da elaboração e execução dos planos e para um melhor alinhamento de ações entre as diversas unidades que compõem a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI.

Seguindo as referências e melhores práticas, o TRE-TO não possui Plano Estratégico específico de TI, mas possui Objetivos no Plano Estratégico do Tribunal e possui também Plano Diretor de Tecnologia da Informação com um conjunto trienal (2021-2023) de ações voltadas à execução do plano de trabalho que instrumentaliza e operacionaliza os mecanismos de tecnologia da informação, para alcance dos objetivos estratégicos do TRE-TO. Os planos estão disponíveis no site eletrônico do TRE-TO, menu "O TRE", "Gestão", Governança e Gestão de TI.



SOCIEDADE

Contribuição para a Organização e para a Sociedade

1. Aprimorar o relacionamento com o cidadão: prover serviços do portal de internet com qualidade, a fim de ser utilizado como canal de comunicação e transparência, bem como aprimorar os serviços eletrônicos disponibilizados aos cidadãos.
2. Conceder acesso amplo à informação e aos dados abertos governamentais, para possibilitar o exercício da cidadania e a inovação em tecnologias digitais.

PROCESSOS INTERNOS

• Orientação para o Usuário

1. Integração com usuário interno: Definir e implantar a cultura de processos e tecnologias, bem como aprimorar os processos de desenvolvimento, implantação e sustentação de aplicações com a utilização de metodologias.

• Excelência Operacional

1. Desenvolver ações de sustentabilidade de TI: Expandir ações para utilização de energias eco responsáveis (TI verde).
2. Aprimorar a infraestrutura de TI: prover infraestrutura tecnológica com qualidade e prestação para garantir a tramitação dos processos judiciais e administrativos, bem como incrementar a integração de processos, sistemas, serviços, dados, áreas e pessoas com uso inteligente da tecnologia
3. Aprimorar o modelo de governança e gestão da STI: implementar as recomendações para elevar a maturidade de governança e gestão de TI, bem como aperfeiçoar a comunicação de decisões e informações relevantes para o trabalho.

• Orientação Futura

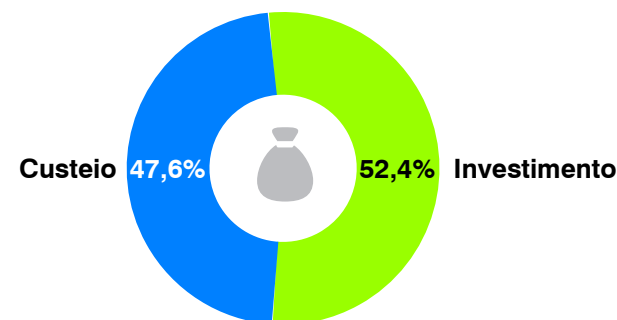
1. Inovação Tecnológica: Viabilizar inovações tecnológicas para os negócios.
2. Continuidade de Negócio: Prover recursos humanos capacitados para a continuidade dos serviços de TIC, em quantidade adequada.

APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores e a busca por inovação de forma colaborativa.

4.6.3 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

O total das despesas empenhadas em TI foi de R\$ 7.032.297,06. Sendo que R\$ 3.345.583,95, (47,6%) referem-se à despesa de custeio e R\$ 3.686.713,11 (52,4%) a investimento (equipamentos e materiais permanentes).



Investimento	Valor R\$
Equipamentos de TIC	R\$ 3.138.486,28
Serviços de TIC	R\$ 548.226,83

Custeio	Valor R\$
Suporte de Infraestrutura de TIC	R\$ 1.299.684,18
Computação em nuvem - software como serviço (saas)	R\$ 309.644,39
Serviços Técnicos Profissionais de TI	R\$ 64.540,00
Comunicação e Rede de Dados	R\$ 989.379,97
Material de TIC - Material de Consumo	R\$ 2.951,99
Digitalização Documentos	R\$ 126.692,46
Emissão de Certificados Digitais	R\$ 4.602,52
Instalação de Equipamentos de TIC	R\$ 11.347,00
Locação de Equipamentos de TIC	R\$ 95.263,95
Locação de Softwares	R\$ 3.151,80
Manutenção e Sustentação de Softwares	R\$ 192.800,00
Telefonia Móvel - Pacotes de dados	R\$ 235.685,69
Treinamento em TIC	R\$ 9.840,00

4.6.4 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

As contratações de valores mais relevantes foram associadas a equipamentos de informática e prestação de serviços de telecomunicações que objetivam para a sustentação de sistemas utilizados por cidadãos, a prestação de serviços, o desenvolvimento de aplicativos e a sustentação de infraestrutura de dados e comunicação:

CONTRATADA	EMPENHO	OBJETO	VALOR EMPENHADO EM 2021 (R\$)	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS
NOVA COMERCIO DE TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA	0009555-09.2021.6.27.8000	Aquisição de Solução de Ativos de Rede LAN e WLAN (WIFI) para a Sede do Tribunal e Anexos, bem como para os Cartórios Eleitorais	R\$ 2.177.820,00	Substituição de todos os equipamentos em uso atualmente por equipamentos modernos com capacidade de fornecer melhor performance e segurança na rede de dados do Tribunal.
HOMINUS GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA	0001553-50.2021.6.27.8000	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo nas especialidades de suporte à infraestrutura de TI.	R\$ 1.572.236,76	Serviços técnicos de manutenção e evolução de sistema de informática para atender as demandas do TRE-TO, bem como serviços de desenvolvimento e implantação de sistema de informática
OI S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	0010627-70.2017.6.27.8000	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de telecomunicações	R\$ 1.323.852,36	Serviços técnicos de telecomunicações para atender as demandas e permitir aos cidadãos acesso aos serviços de autoatendimento disponibilizados pelo TRE-TO.
KRP CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA	0002264-60.2018.6.27.8000 e 0020451-53.2017.6.27.8000 (novos softwares e sustentação)	Contratação de serviço técnico especializado continuado em desenvolvimento, manutenção, adaptação, suporte e implantação de Sistemas de Informação (software)	R\$ 1.076.698,63 (R\$ 519.999,00 + R\$ 556.699,63)	Realização de serviços de manutenção dos softwares existentes, pequenas evoluções e acréscimos de funcionalidade. Bem como com a criação de softwares novos, atualização substancial de softwares já existentes
DATEN TECNOLOGIA LTDA	0001458-20.2021.6.27.8000 e 0008610-22.2021.6.27.8000	Aquisição de 122 (70 + 52) notebooks	R\$ 608.160,00 (R\$ 321.720,00 + R\$ 284.440,00)	Para uso em trabalhos de Home-Office e reposição/substituição de equipamentos obsoletos.
ADISTEC BRASIL INFORMÁTICA LTDA	0009029-42.2021.6.27.8000	Aquisição de licenciamento dos softwares, de gestão de vulnerabilidades para atender as necessidades do Tribunal	R\$ 233.387,90	Contratação de plataforma de gestão de vulnerabilidades em ambiente de TI com a finalidade de fortalecer a segurança cibernética.

4.6.5 PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR.

- Vota Online: melhoria de segurança de acesso da plataforma.
- SGIE: ajustes nos módulos Urnas e Recursos com a finalidade de facilitar a convocação de mesários e a logística de identificação das urnas eletrônicas.
SEI 4.0: atualização da ferramenta de processos administrativos do Tribunal
- Chatbot Atendimento: ferramenta de automação para conversar com o cliente em linguagem natural por meio de aplicativos de mensagens, sites e outras plataformas digitais.
- TRE-SAUDE: sistema responsável pelo gerenciamento do plano de saúde do órgão do TRE-TO, facilitando o gerenciamento administrativos e de emissão de guias médicas.

4.6.6 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.

Quanto à segurança da informação, são as principais ações implementadas pelo TRE-TO em 2021:

1. Implantação do portal MFA (Multi-Factor Authentication) para proteção de aplicações disponibilizadas na internet.
2. Adesão de ARP e planejamento para adoção de ferramentas de gestão de vulnerabilidades para garantir que os ativos de TI estejam atualizados e sem vulnerabilidades de segurança expostas.
3. Adesão de ARP e planejamento para adoção de ferramenta de acessos privilegiados.
4. Adesão de ARP e planejamento para adoção de antivírus EDR/XDR nas estações e servidores do Tribunal.
5. Implantação de segundo fator de autenticação no ambiente de TI para o acesso ao ambiente Google Workspace.

6. Utilização do Microsoft Laps (Local Administration Password Solution) para garantir senhas de administrador local, únicas e randômicas, em ambiente Windows.

7. Utilização da blacklist do SERPRO para bloquear endereços de IPs de botnets e outros tipos de malware.

8. Atualização das estações Windows e controladores de domínio.

9. Bloqueio do uso de aplicações de terceiros no ambiente Google Workspace institucional.

10. Atualização dos navegadores, aplicações e outros softwares de acordo com a publicação e o conhecimento de CVEs.

11. Treinamento da ETIR do TRE-TO no curso: Cibersegurança EaD (parceria oficial Ascend).

12. Treinamento básico realizado para os usuários de TI do TRE-TO: Fundação Bradesco e palestra institucional.

4.6.7 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS.

Disponibilizar Transformação Digital: implementar softwares ou aplicações de atendimento ao cliente (eleitor) que possibilita a automatização e sistematização de processo de atendimento.

Otimização e desenvolvimento de serviços administrativos e gerenciais.



4.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Período-base: 2021 | Período de referência: 2019



REDUÇÃO NOS GASTOS DE APROXIMADAMENTE R\$ 632.465,17 DECORRENTE DA ADOÇÃO DO TELETRABALHO

Capítulo 5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



5.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A Assistência da Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COFIN, de acordo com a Resolução nº 508, de 22/06/2021 (<https://www.tre-to.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021/resolucao-no-508-de-22-de-junho-de-2021>), compõe a estrutura do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, que exerce a competência de órgão setorial de contabilidade, conforme dispõe o inciso IX, do art. 54º-A.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela Assistência da COFIN, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins são as seguintes:

- ▶ Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do tribunal;
- ▶ Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento planejado em confronto com sua execução, ou seja, a despesa autorizada versus a executada;
- ▶ Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do tribunal no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;

▶ Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Declaração

Declaro que as informações constantes nas Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2021, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.

Palmas- TO, 17 de fevereiro de 2022.

Jeferson Borges Correia
CRC nº SC-042760/O-8

5.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial

Segundo a NBC TSP Estrutura Conceitual, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Balanço Patrimonial demonstra os ativos, os passivos e o patrimônio líquido da Entidade. O Balanço Patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) fechou 2021 apresentando um Ativo total de R\$ 62.335.129,99. Ainda segundo a norma citada, ativos são recursos presentes controlados pela entidade como resultado e eventos passados. Os ativos do Órgão estão alocados basicamente em dois grandes grupos: Ativo Circulante – composto pelas contas caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, estoques e variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente – e Ativo não Circulante – composto pelo imobilizado e pelo intangível.

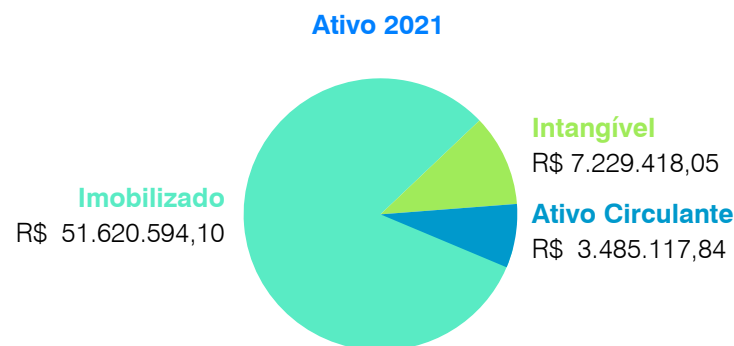


Gráfico 01 – Composição do Ativo do TRE-TO.

Pelo gráfico acima, percebe-se que o ativo imobilizado representa a maior parte do ativo total do Órgão. Isso se deve à natureza da Entidade, que tem por objetivo principal a realização de eleições e, diante disso, precisa de uma forte estrutura - tais como prédios, móveis de escritórios e de veículos – a fim de cumprir sua missão institucional. Observa-se ainda um valor vultoso em Softwares. Isso se deve ao fato de que os processos do Tribunal se dão basicamente por intermédio de infraestrutura de TI, uma vez que as eleições são totalmente informatizadas.

No que diz respeito à evolução patrimonial, não houve alterações significativas na estrutura de Ativos com relação a 2020, tendo ocorrido uma redução do ativo circulante em 32,78% e um aumento do imobilizado e do intangível em 3,19% e 1,84%, respectivamente, conforme gráfico abaixo:

Evolução do Ativo 2020-2021

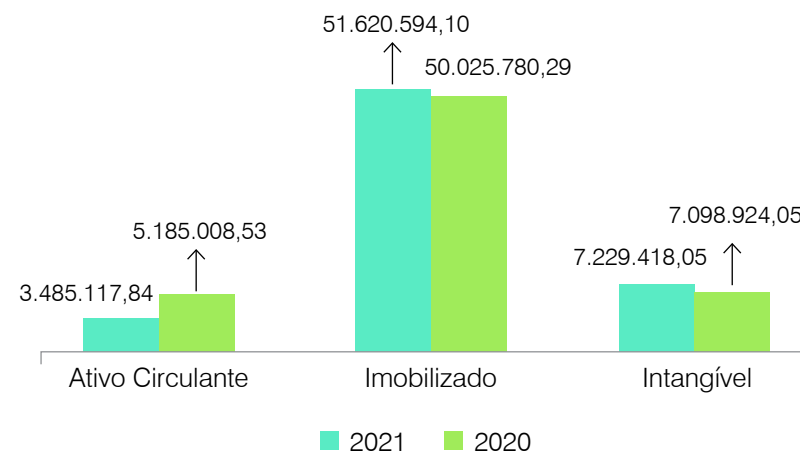


Gráfico 02 – Evolução dos Ativos do TRE-TO.

Com relação à redução do ativo circulante, guarda relação, principalmente, com o subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa. Nesse sentido, é interessante destacar que, ao contrário de 2021, no ano de 2020 ocorreram eleições, ocasião em que as obrigações de curto prazo com fornecedores e prestadores de serviços aumentam e, por conseguinte, também o quantum de programação financeira realizada. Isso implica maior probabilidade de ocorrência de um volume maior de saldo programado e não utilizado até o final do exercício na conta Limite de Saque, pertencente ao subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

Quanto ao Passivo é dividido em três grandes grupos: Passivo Circulante, Passivo Não Circulante – juntos representando o Passivo Exigível - e Patrimônio Líquido. O Passivo Circulante é composto basicamente pelas seguintes contas: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar; fornecedores e contas a pagar de curto prazo; e demais obrigações de curto prazo. No Patrimônio Líquido, por sua vez, constam as seguintes rubricas: resultado do exercício; resultados de exercícios anteriores; e ajustes de exercícios anteriores. O Gráfico 03 apresenta o Passivo do TRE-TO em 2021.

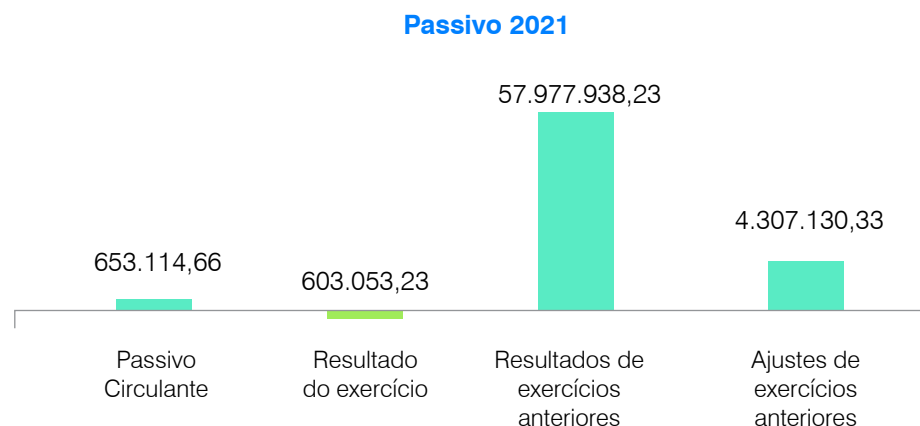


Gráfico 03 – Composição do Passivo do TRE-TO em 2021.

Quanto ao Passivo, interessa esclarecer sobre o montante em Ajustes de Exercícios Anteriores, maior responsável pela variação positiva de 6,39% no Patrimônio Líquido, que os registros mais importantes nessa conta estão relacionados:

- Com procedimento de ajuste do registro de provisões para férias, ocorrido em 2021, resultando em baixa de montante considerável de passivo circulante indevido de férias a pagar; e,
- Ajustes para a atualização de valor patrimonial das urnas eletrônicas, com a finalidade de padronização de valores contábeis e critérios contábeis entre os órgãos da Justiça Eleitoral, que movimentaram esses bens entre si em exercícios anteriores a 2021.

Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é um demonstrativo contábil, exigido pela Lei nº 4.320/64, que tem o objetivo de evidenciar variações ocorridas

no patrimônio da entidade do setor público durante o exercício financeiro. Além das variações patrimoniais, a DVP evidencia também o resultado patrimonial do exercício resultante da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. Assim, essa Demonstração Contábil mostra-se o Ente Público aumentou ou diminuiu sua riqueza no ano.

No que se refere às variações aumentativas, 99,22% do seu montante consiste no recebimento dos repasses financeiros (cotas de sub-repasse) previstos em lei, provenientes da execução orçamentária visto que a UG não possui fontes de receita próprias. Já quanto as variações diminutivas, o maior volume está alocado nas despesas com pessoal e encargos e com serviços. Contudo, as despesas que de fato contribuíram para o resultado negativo do exercício, a saber, R\$ 603.053,23, foram: despesas com depreciação de bens móveis e imóveis e com desincorporação de ativos (baixa de intangíveis e de créditos a receber).

Abaixo, no Gráfico 04, evidencia-se mais detalhadamente a composição das variações patrimoniais diminutivas que compõem o resultado do exercício de 2021, em um primeiro nível da DVP.

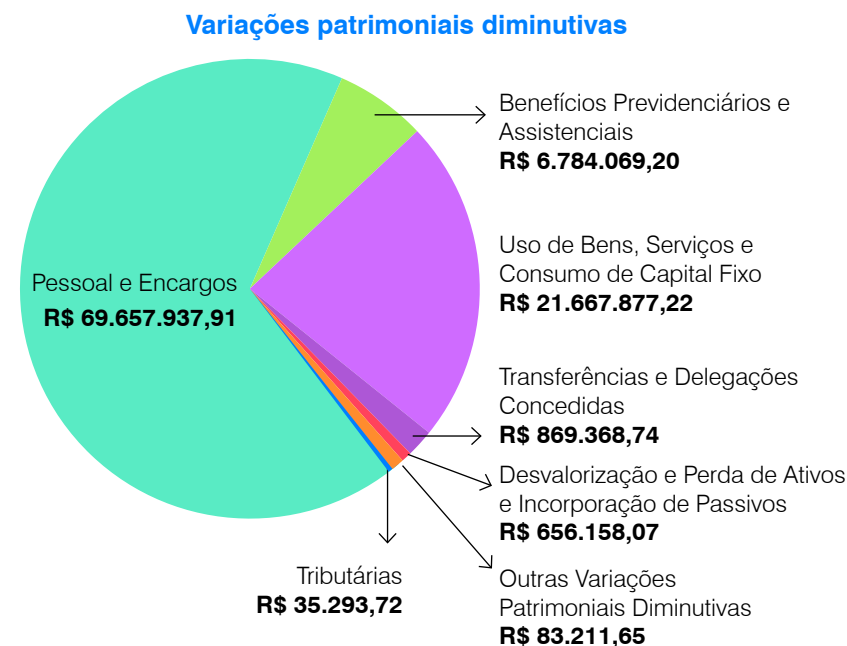


Gráfico 04 – Variações Patrimoniais Diminutivas do TRE-TO em 2021.

Conforme se observa acima, o grupo Pessoal e Encargos, importa R\$ 69.657.937,91, representando 69,85% das variações diminutivas totais, as quais somaram no período R\$ 99.753.916,58. Isso é mais que normal, uma vez que, em essência, a UG é uma prestadora de serviços à sociedade, o que requer um elevado número de servidores realizando a prestação jurisdicional.

Na sequência, o segundo maior gasto, absorvendo cerca de 21,73% das variações diminutivas, refere-se ao grupo Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, que está relacionado com o funcionamento e manutenção da estrutura física da Entidade, tais como gastos com energia elétrica, água, limpeza e conservação, segurança, serviços terceirizados em geral, consumo de bens de almoxarifado, e ainda, a depreciação dos bens móveis e imóveis pertencentes ao Órgão.

Benefícios previdenciários e assistenciais, como auxílio-creche, auxílio saúde e auxílio alimentação, dentre outras despesas similares, foram responsáveis por 6,8% da redução do Patrimônio Líquido da UG. Gastos menores completam as variações diminutivas, tais quais transferências e delegações concedidas, com 0,87%. Outras variações patrimoniais diminutivas com 0,08%, e por fim, consumindo apenas 0,66% das variações, Desvalorização e perda de Ativos e incorporação de passivos.

Balanco Orçamentário

O Balanco Orçamentário evidencia quanto de recursos foram disponibilizados à UG, seus grupos de gastos e a execução destes recursos. Pelo fato de a Justiça Eleitoral objetivar a prestação de serviços à sociedade, como a grande maioria dos órgãos públicos, o Orçamento desta Unidade Gestora, quase que na sua totalidade, que consta da dotação atualizada (R\$ 101.789.657,00), está classificado nas Despesas Correntes, estando distribuído da seguinte maneira: 73,35% no grupo de despesas 1 – Pessoal e Encargos Sociais; e 22,06% no grupo 3 – Outras Despesas Correntes. As Despesas de Capital correspondem a apenas 4,59% do Orçamento, conforme o gráfico a seguir

Dotação atualizada (OGU) em 2021

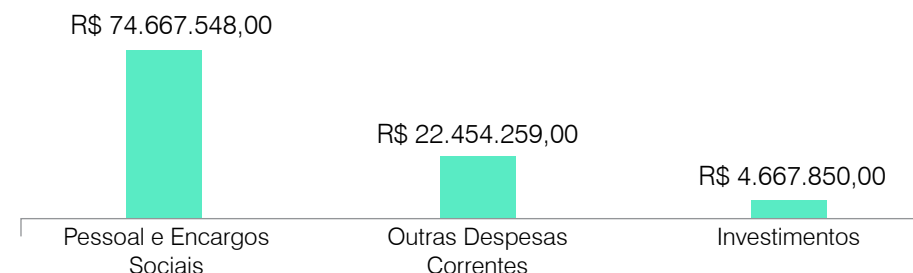


Gráfico 05 – Dotação atualizada do TRE-TO em 2021.

Vale ressaltar que, além desse valor aprovado originalmente na Lei Orçamentária Anual, ocorreram outras movimentações orçamentárias, aumentativas e diminutivas, que acabaram por alterar esses valores para R\$ 101.789.657,00, conforme tabela detalhada abaixo:

Tabela 01 – Movimentação de créditos em 2021

Dotação inicial	102.757.996,00
(+) Crédito Suplementar	5.346.367,00
(-) Cancelamentos	(6.314.706,00)
Dotação Atualizada	101.789.657,00

Fonte: SIAFI

Quando se passa a analisar a execução orçamentária da UG, ou seja, quanto foi utilizado do orçamento disponibilizado, pode ser percebido uma alta eficiência nesse quesito, sendo que 99,44% do orçamento disponibilizado foi empenhado no exercício, o que demonstra que apenas 0,56% dos recursos destinados ao Órgão não foram utilizados. Tem-se ainda que, do total orçamentário, 97,77% foi liquidado e 97,41% foi pago, o que evidencia o baixo saldo de Restos a Pagar a serem executados no

ano seguinte. Esse alto nível de execução evidencia um comprometimento da Gestão em realizar todos os projetos previstos no planejamento orçamentário. O Gráfico 06 a seguir mostra os percentuais citados acima:

% de execução do orçamento

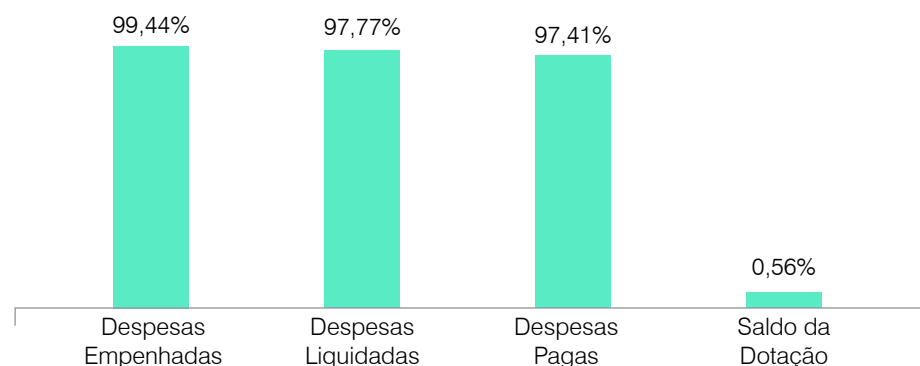


Gráfico 06 – Percentual de execução orçamentária em 2021 - relação com o total da dotação atualizada

Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa

O Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa têm basicamente a mesma função, que é de demonstrar como foi o fluxo financeiro da entidade no exercício de estudo. A diferença básica está na forma de apresentação destes dados, uma vez que o Balanço Financeiro faz essa evidenciação utilizando uma classificação orçamentária, enquanto que a Demonstração do Fluxo de Caixa o faz evidenciando os dados em entradas e saídas de recursos financeiros, utilizando, além da classificação orçamentária, uma subdivisão em fluxos operacionais (entradas e saídas relacionadas à atividade da UG), atividades de investimentos (relacionados a ativos não circulantes) e atividades de financiamento (vinculadas a empréstimos e financiamentos, sendo que, neste tópico, o TRE-TO, devido à sua natureza, não possui entradas ou saídas no período).

No que concerne às entradas, os recursos financeiros que aportam no caixa da UPC advêm basicamente de repasses recebidos do governo federal por força da Constituição Federal de 1988. Quanto às saídas de caixa, os fluxos de desembolso são apresentados a seguir, no Gráfico 07:

Desembolsos financeiros 2021

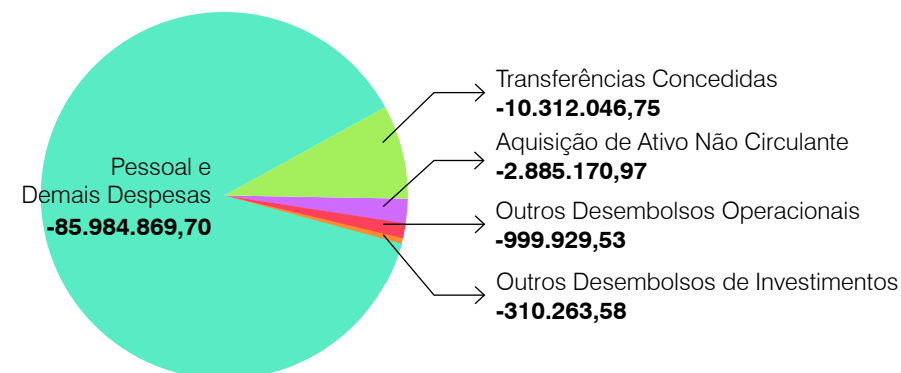


Gráfico 07 – Detalhamento do Fluxo de Desembolso

Uma vez que o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins tem sua atividade principal vinculada a prestação jurisdicional, o maior desembolso do Órgão se dá com o pagamento de pessoal e encargos relativos a seus servidores, que estão computados no grupo Pessoal e Demais Despesas. Assim sendo, esse grupo representa 88,37% das saídas em relação aos desembolsos totais da UPC em 2021, que alcançaram o montante de R\$ 97.296.845,98. Em seguida, ainda em relação ao total de desembolsos, tem-se os Grupos das Transferências, com 10,60%; Outros Desembolsos Operacionais, com 1,03%; Aquisição de Ativo Não Circulante, com 2,87%; e, por fim, Outros Desembolsos de Investimentos com 0,32%.

Ao final do exercício, tem-se um fluxo de caixa negativo de R\$ 1.153.477,86, em razão da necessidade de compensação de recursos diferidos de 2020 na cota de sub-repasse de recursos de 2021 e que constam do Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial. Ainda assim, encerra-se com um saldo positivo de Caixa e Equivalentes de Caixa no montante de R\$ 1.712.235,49.

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/2067, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis da unidade gestora - UG 070027 – Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins do órgão 14000 – Justiça Eleitoral administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostos por:

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostos por:

- I** Balanço Patrimonial (BP);
- II** Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III** Balanço Orçamentário (BO);
- IV** Balanço Financeiro (BF);
- V** Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
- VI** Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 1 - Ativo Imobilizado

Em 31/12/2021, apresenta-se o saldo de R\$ 51.620.594,10 para o Ativo Imobilizado. Na tabela a seguir, é representada a composição do seu subgrupo, para os exercícios de 2021 e 2020:

Tabela 2 - Imobilizado - Composição

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens móveis			
Bens móveis	34.185.284,31	30.686.228,66	11,40%
(-) Depreciação de bens móveis	(18.594.552,50)	(16.744.693,83)	11,05%
Bens Imóveis			
Bens imóveis	37.923.496,10	37.903.420,59	0,05%
(-) Depreciação de bens imóveis	(1.893.633,81)	(1.819.175,13)	4,09%
TOTAL	51.620.594,10	50.025.780,29	3,19%

Fonte: SIAFI

A metodologia adotada para o cálculo da reavaliação/redução e da depreciação mensal dos bens do Ativo Imobilizado obedece aos critérios previstos na Orientação nº 01/2010 – SOF/TSE, que considera: a) a apuração da vida útil dos bens e observa a tabela fixada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, exceto para as urnas eletrônicas, que receberam tratamento diferenciado em razão de sua natureza singular; b) o cálculo da depreciação mensal ocorre pelo método de quotas constantes. Já as taxas de depreciação também são as fixadas pela STN; e, c) a reavaliação dos bens móveis é feita pelo método da depreciação. No que diz respeito à mensuração de ativos e passivos, adota-se o valor original para registros dos direitos e das obrigações, e o custo de aquisição e/ou produção tanto para o registro dos bens em almoxarifado como dos bens móveis e imóveis do imobilizado. Verifica-se que estão sendo aplicadas no âmbito deste Regional as disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público, publicadas pelo CFC e NBC TG 27 Ativo Imobilizado.

A depreciação acumulada dos bens móveis e imóveis no período, que corresponde ao presente relatório de gestão, representa cerca de 2,56% do total das variações patrimoniais diminutivas que impactaram o resultado patrimonial apurado no ano de 2021.

Nota 2 - Ativo Intangível

Quanto aos ativos intangíveis, são compostos em sua totalidade por softwares (registrados atualmente na conta contábil 1.2.4.1.1.01.01 – Softwares com Vida Útil Definida, e na conta contábil 1.2.4.1.1.02.01 – Softwares com Vida Útil Indefinida, sobre os quais não incidem a amortização), os quais foram regularizados no fim de 2021; estando, dessa forma, compatíveis os saldos apresentados no sistema ASIWEB e os apresentados no SIAFI. Esses procedimentos realizados estão de acordo com a legislação aplicável, em especial a NBC TSP 08 Ativo Intangível e a Orientação SOF/TSE nº 12/2019.

Nota 3 - Passivo – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Esse Grupo finalizou com o saldo de R\$ 653.114,66 no exercício de 2021, ou seja, com uma redução expressiva em relação ao exercício de 2020, qual seja, de cerca 84%. Essa redução pode ser justificada, principalmente, pela baixa do Passivo de Férias a Pagar, conforme acerto contábil realizado após ajuste na apuração dos valores referentes à Baixa de Remuneração no Período de Férias – BRPF no Módulo Folha de Pagamento do SGRH do Tribunal Superior Eleitoral. Isso, porque, são valores apropriados pelo regime de competência, de acordo com relatório específico extraído do Módulo Folha de Pagamento do Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SGRH da Justiça Eleitoral, em atendimento ao Acórdão nº 1.322/2018 TCU-Plenário e aos novos procedimentos da Secretaria do Tesouro Nacional (Manual Siafi 021142 – Folha de Pagamento), bem como a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Nota 4 – Transferências Orçamentárias Recebidas e Concedidas

Além da execução orçamentária do exercício de 2021 apresentada no Balanço Orçamentário, importa abordar as Transferências Orçamentárias ocorridas no âmbito desta UPC. Com relação a Transferências Orçamentárias Recebidas, em 2021 implicam R\$ 324.324,66 e referem-se a:

- a) R\$ 5.000,00 recebidos do TRE-DF, em razão de Termo de Cooperação firmado para o custeio de Assistência Médica de servidores daquele Regional, quando utilizam a rede de credenciados do TRE-TO;
- b) R\$ 319.324,66 recebidos do TSE na ação orçamentária Pleitos Eleitorais, para atendimento de despesas relacionadas com a análise das Prestações de Contas de candidatos das Eleições/2020, como também para custeio de despesas relacionadas com a manutenção preventiva de urnas eletrônicas.

Já as transferências orçamentárias recebidas somam em 2021 R\$ 80.339,89 e também estão relacionadas com o Termo de Cooperação firmado com o TRE-DF, para custeio de despesas com assistência médica, mas, neste caso, quando servidores deste Regional utilizam a rede de credenciados daquele Regional.

Nota 5 – Restos a Pagar

Os Restos a Pagar não Processados desta Unidade Gestora representam, em sua maior parte, a despesas de serviços contínuos referentes à competência de dezembro/2020 e à algumas aquisições de materiais, que não puderam ser liquidadas e pagas naquele exercício, apesar das ações empreendidas nesse sentido.

Ainda assim, o maior volume de despesa não liquidada de 2020 e que transpôs o exercício de 2021 está alocado na ação 4269 – Pleitos Eleitorais, cujo valor mais relevante, a saber, R\$ 640.687,62, refere-se a serviços de apoio administrativo contratados para as Eleições de 2020, representando 64,91% do total do saldo inscrito. Destacamos que essa despesa não concorrerá para o limite de pagamento, estabelecido pelo Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional nº 95/2016), por se tratar de despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições (Inciso III, § 6º art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Também importa destacar, que os pagamentos dos Restos a Pagar de exercícios anteriores não causam impactos na gestão financeira deste Regional, pois a inscrição ocorreu mediante a verificação de suficiência financeira ao final do exercício. Destaque-se, também, que o repasse de recursos financeiros para que tais compromissos sejam honrados goza da garantia prevista no art. 168 da CF/88, que os asseguram ao Poder Judiciário até o limite da dotação orçamentária recebida. Quanto ao amparo legal, verifica-se a inexistência, para esta Unidade Gestora, de registro no SIAFI referente a empenhos de exercícios anteriores e inscritos em restos a pagar não processados, cuja vigência esteja expirada.

Tabela 03 – Execução dos Restos a Pagar em 2021

	Grupo de Despesa	Ano Empenho	Reinscritos	Inscritos	Cancelados	Liquidados a Pagar	Pagos	A liquidar
Restos a Pagar não Processados	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2020	-	-	-	-	-	-
	3 - Outras Despesas Correntes	2020	-	971.300,52	37.834,54	12.584,68	243.772,46	677.108,84
	4 - Investimentos	2020	-	15.725,40	12.028,81		3.696,59	
Totais - Restos a Pagar Não Processados			-	987.025,92	49.863,35	12.584,68	247.469,05	677.108,84

	Grupo de Despesa	Ano Empenho	Reinscritos	Inscritos	Cancelados	Liquidados a Pagar	Pagos	A liquidar
Restos a Pagar Processados	1. Pessoal e Encargos Sociais	2020	-	70.244,70		-	70.244,70	-
	3 - Outras Despesas Correntes	2015	4.115,11	-	4.115,11	-	-	-
		2016	336,00	-	336,00	-	-	-
		2020	-	89.753,24	-	66.465,00	23.288,24	-
	4 - Investimentos	2020	-	690,55	-	-	690,55	-
Totais - Restos a Pagar Processados			4.451,11	160.688,49	4.451,11	66.465,00	94.223,49	-

Fonte: SIAFI

Nota: O somatório das colunas "Liquidados a Pagar" e "A Liquidar" corresponde a coluna saldo do Balanço Orçamentário

Por fim, tendo em vista todas as informações elencadas relativas às Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, para informações mais detalhadas, os demonstrativos citados neste documento são de acesso público e encontram-se no link abaixo:

 http://www.tre-to.jus.br/transparencia/copy_of_gestao-orcamentaria-e-financeira-2/demonstracoes-contabeis

Capítulo 6

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

6.1 ATIVIDADES DE INSPEÇÃO, CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

As ações correicionais consistem na fiscalização dos cartórios eleitorais e de suas atividades, inclusive no que se refere às autoridades judiciais e suas incumbências, são fundamentadas nas Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral números 7.651/65, 23.657/21 e no Provimento CRE/TO nº 6/2020.

Tais ações são realizadas de forma direta, mediante inspeções e correições, e indireta, por meio da análise dos relatórios e sistemas utilizados na execução dos trabalhos cartorários, expedindo-se recomendações, caso necessárias.

As atividades correicionais se alinham aos seguintes objetivos estratégicos do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins: aprimorar mecanismos de atendimento ao cidadão; aprimorar mecanismos de transparência pública; aprimorar mecanismos de gestão processual; e aperfeiçoar mecanismos de gestão do processo eleitoral. As correições ordinárias e extraordinárias e as inspeções podem ser realizadas de forma presencial ou virtual. No Estado do Tocantins, o Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier é o Corregedor Regional Eleitoral para o biênio 2021/2023.

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, de acordo com o Provimento nº 6/2020, da Corregedoria Regional Eleitoral, as atividades de correições de primeiro grau são assim definidas:

I – inspeção: a avaliação periódica e previamente anunciada pela Corregedoria Regional Eleitoral para apuração de fatos relacionados ao conhecimento e à verificação do funcionamento do cartório eleitoral, abrangendo seus serviços, tramitação de processos judiciais e administrativos e utilização dos sistemas de informações, havendo ou não evidência de irregularidade;

II – correição ordinária: a avaliação periódica realizada pelo juiz eleitoral, sempre que iniciar a sua atuação na zona eleitoral e no mínimo uma vez por ano, para apuração dos fatos relacionados ao conhecimento e à verificação do funcionamento do cartório eleitoral e seus serviços, tramitação de processos judiciais e administrativos e utilização dos sistemas de informações, havendo ou não evidência de irregularidade;

III – correição extraordinária: o procedimento excepcional destinado à apuração de fatos determinados relacionados a deficiência grave ou relevante dos serviços eleitorais, ou que prejudiquem a prestação jurisdicional, a disciplina e o prestígio da Justiça Eleitoral,

realizável a qualquer tempo, previamente anunciado ou não, podendo abranger parte ou totalidade dos serviços realizados pelo cartório eleitoral.

As correições ordinárias serão realizadas nos cartórios eleitorais pelo juiz eleitoral ou pelo Corregedor Regional Eleitoral, até o dia 19 de dezembro de cada ano, e sempre que o juiz iniciar a sua atuação na zona eleitoral, para aferir a regularidade dos serviços eleitorais; velar pela fiel execução das leis e instruções e pela boa ordem dos serviços eleitorais; verificar se são observados, nos processos e atos eleitorais, os prazos legais; e verificar se há ordem e regularidade na documentação e no processamento do cadastro eleitoral.

A correição extraordinária, por sua vez, é o instituto correicional hábil a ser utilizado sempre que houver conhecimento de erros, abusos ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados.

Quanto às inspeções, serão presididas pelo Corregedor, ou por magistrado por ele designado, nas zonas eleitorais, objetivando aferir a regularidade dos serviços eleitorais; velar pela fiel execução das leis e instruções e pela boa ordem dos serviços eleitorais; verificar se são observados, nos processos e atos eleitorais, os prazos legais; verificar se há ordem e regularidade na documentação e no processamento do cadastro eleitoral; verificar se há exatidão nos atos dos juízes eleitorais e dos servidores lotados nos cartórios eleitorais; e orientar os juízes eleitorais e os servidores quanto à regularidade dos serviços nos respectivos juízos e cartórios.

As inspeções são úteis para verificar fatos que interessam à instrução de processos em trâmite na Corregedoria-Geral ou na Justiça Eleitoral, e são importantes também para verificar o funcionamento dos Cartórios Eleitorais, de modo que seus serviços sejam aprimorados, independentemente de haver, ou não, irregularidades.

Na verdade, são ferramentas que permitem o acompanhamento permanente dos trabalhos de primeiro grau de jurisdição e a aferição in loco dos serviços nos Cartórios Eleitorais, possuindo caráter pedagógico, orientador e assecuratório da correta aplicação de princípios e normas.

Durante 2021 foram realizadas inspeções em 28 (vinte e oito) zonas eleitorais. Em razão das medidas de isolamento por conta da pandemia pelo COVID-19, todas as

inspeções foram realizadas na modalidade virtual, utilizando-se a ferramenta Google Meet.

Durante as atividades correccionais, a equipe da CRE se reuniu com os servidores de cada zona eleitoral, oportunidade em que foram expostos os principais objetivos das inspeções, o alinhamento da missão da Corregedoria com a regularidade dos serviços eleitorais, com o preenchimento dos quesitos no sistema SICEL.

No primeiro semestre de 2021 houve a realização de inspeção em 15 (quinze) Zonas Eleitorais: 1ª ZE – Araguaína; 3ª ZE – Porto Nacional; 8ª ZE – Filadélfia; 9ª ZE – Tocantinópolis; 10ª ZE – Araguatins; 11ª ZE – Itaguatins; 12ª ZE – Xambioá; 16ª ZE – Colmeia; 18ª ZE – Paranã; 25ª ZE – Dianópolis; 27ª ZE – Wanderlândia; 31ª ZE – Arapoema; 32ª ZE – Goiatins; 33ª ZE – Itacajá; e 34ª ZE – Araguaína.

A abertura das inspeções no primeiro semestre foi feita em audiência pública unificada no dia 1º de março de 2021, com o envio do link da reunião aos Promotores de Justiça Eleitoral, representantes da OAB, da Defensoria Pública, dos partidos políticos, bem como aos gestores públicos dos municípios integrantes das Zonas Eleitorais que foram inspecionadas.

Para finalizar as atividades, a equipe da CRE reuniu-se novamente com os Cartórios das ZEs inspecionadas, em grupo de 5 Unidades, para apresentação das impressões coletadas nas aferições dos serviços.

No segundo semestre, a abertura das inspeções ocorreu no dia 23 de agosto de 2021, também de forma virtual e utilizando a plataforma Google meet.

Houve, na segunda metade do ano, a realização de inspeção em 13 Zonas Eleitorais: 4ª ZE – Colinas do Tocantins; 5ª ZE – Miracema do Tocantins; 6ª ZE – Guaraí; 7ª ZE – Paraíso do Tocantins; 13ª ZE – Cristalândia; 17ª ZE – Taguatinga; 19ª ZE – Natividade; 21ª ZE – Augustinópolis; 22ª ZE – Arraias; 23ª ZE – Pedro Afonso; 28ª ZE – Miranorte; 29ª ZE – Palmas; e 35ª ZE – Novo Acordo.

Os dados registrados no SICEL pela Corregedoria e pelos Servidores dos Cartórios Eleitorais foram consolidados e as demandas cujas soluções dependiam da Administração foram a ela encaminhadas.

ELEITORES

Eleitorado Total do Tocantins: 1.038.220
Eleitorado das Zonas Eleitorais
Inspeccionadas: 907.458



ZONAS ELEITORAIS

Número de Zonas Eleitorais do Estado: 33
Número das Zonas Eleitorais
Inspeccionadas: 28



ATIVIDADES CORREICIONAIS:

Número de Processos
Inspeccionados: 7.477



Portanto, os objetivos traçados que nortearam as inspeções no ano de 2021 foram integralmente cumpridos.

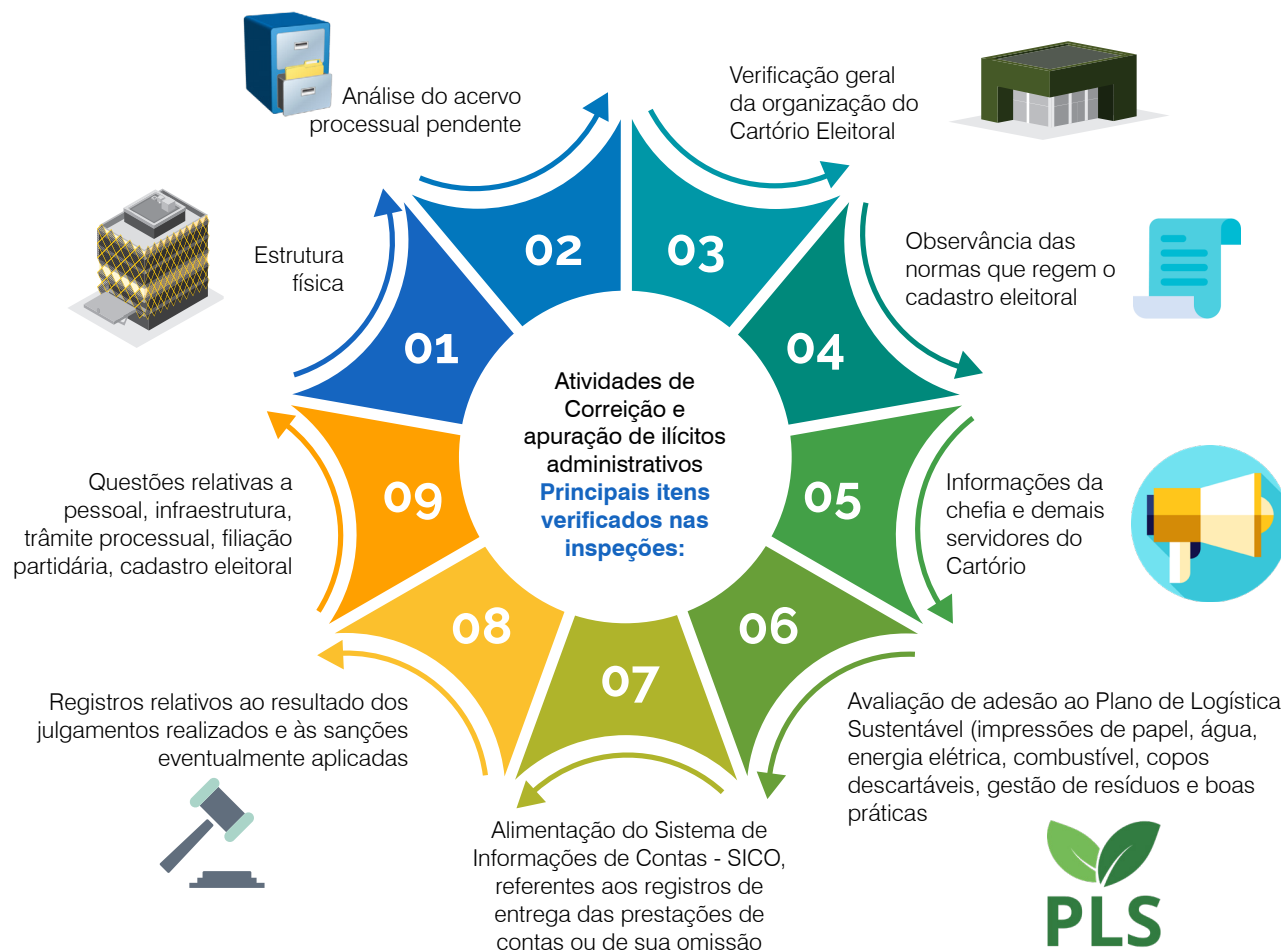
A Corregedoria, apesar de todas as adversidades, manteve-se firme no papel de orientar e prestar apoio aos magistrados e servidores das Zonas Eleitorais, cumprindo a missão de velar pela correta aplicação dos princípios e normas. Seguindo o roteiro, foram verificados 7.477 processos judiciais durante as inspeções, com os necessários apontamentos e orientações acerca da regularização do trâmite processual.

Conforme determinava o Provimento nº 9/2010 da Corregedoria-Geral Eleitoral do TSE, foi utilizado o Sistema de Inspeções e Correções Eleitorais - SICEL, para a realização das inspeções feitas pela Corregedoria Regional Eleitoral do Tocantins e também para as correções ordinárias feitas pelos juízes eleitorais. Referido sistema permitiu a emissão de arquivo organizado dos registros dos procedimentos, bem como a geração de relatórios consolidados por critérios diversos, inclusive pela área de interesse de eventual demanda anotada.

Isso foi possível porque o SICEL trazia um roteiro que estabeleceu os quesitos a serem analisados durante as inspeções. Cada quesito demandou a avaliação da conformidade do serviço, possibilitando a anotação de eventuais apontamentos para tratamento posterior. Contudo, o Provimento CGE nº 7, de 25 de outubro de 2021, desconstituiu o SICEL, substituindo-o pelo Sistema SInCo, determinando, porém, que os procedimentos relativos a 2021 fossem concluídos no SICEL.

O roteiro para as inspeções 2021 foi elaborado com foco na qualidade e regularidade dos serviços eleitorais, nos termos da então vigente Res. TSE nº 21.372/2003, e foi composto por 137 quesitos, cada um com campo próprio para o registro de observações quando detectadas não conformidades ou exigências de aperfeiçoamento. Ressalte-se, todavia, que foi editada a Resolução TSE nº 23, em 14 de outubro de 2021, a qual revogou a Res. TSE nº 21.372/2003. Esta nova resolução, combinada ao Provimento CGE nº 7, de 25 de outubro de 2021, promoveu mudanças nas rotinas e nas terminologias aplicadas aos procedimentos correicionais. No entanto, tais atualizações normativas não representaram óbice às inspeções em curso, já que todas foram amparadas em normas vigentes.

Após a realização das Inspeções, a Corregedoria consolidou as informações por área técnica através de relatório. Para garantir a qualidade dos serviços sob a responsabilidade dos Juízes Eleitorais, o relatório é encaminhado pela CRE/TO à Presidência do TRE/TO para saneamento das pendências eventualmente apontadas, caso perdurem, levando em consideração o responsável pelo saneamento dos quesitos avaliados como “não conforme” ou “exige aperfeiçoamento”.



PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

No exercício de 2021, houve a autuação de 2 procedimentos disciplinares para a apuração de supostos ilícitos administrativos de competência da Corregedoria Regional Eleitoral do Tocantins.

REVISÕES DO ELEITORADO

Havendo comprovação, na correção do eleitorado, de fraude em proporção que comprometa a higidez do Cadastro Eleitoral, poderá ser ordenada a revisão do eleitorado (art. 104 da Resolução TSE nº 23.659, de 26 de outubro de 2021).

Caberá à Corregedoria Regional Eleitoral do Tocantins inspecionar os serviços de revisão.

Em 2021 não houve revisão do eleitorado no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

Capítulo 7

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I - ZONAS ELETORAIS DO TRE-TO

1ª ZE - ARAGUAÍNA Fone: (063) 33219413	Municípios: ARAGUAÍNA
2ª ZE - GURUPI Fone: (063) 33114200	Municípios: ALIANÇA DO TOCANTINS CARIRI DO TOCANTINS CRIXÁS DO TOCANTINS GURUPI
3ª ZE - PORTO NACIONAL Fone: (063) 33631267	Municípios: BREJINHO DE NAZARÉ IPUEIRAS MONTE DO CARMO PORTO NACIONAL SANTA RITA DO TOCANTINS SILVANÓPOLIS
4ª ZE - COLINAS DO TOCANTINS Fone: (063) 34761295	Municípios: BERNARDO SAYÃO BRASILÂNDIA DO TOCANTINS COLINAS DO TOCANTINS JUARINA PRESIDENTE KENNEDY
5ª ZE - MIRACEMA DO TOCANTINS Fone: (063) 32299805	Municípios: LAJEADO MIRACEMA DO TOCANTINS TOCANTÍNIA
6ª ZE - GUARÁI Fone: (063) 34641660	Municípios: FORTALEZA DO TABOCÃO GUARÁI TUPIRATINS
7ª ZE - PARAÍSO DO TOCANTINS Fone: (063) 36021785	Municípios: ABREULÂNDIA DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS MONTE SANTO DO TOCANTINS PARAÍSO DO TOCANTINS PUGMIL

8ª ZE - FILADÉLFIA Fone: (063) 34781191	Municípios: BABAÇULÂNDIA FILADÉLFIA PALMEIRANTE
9ª ZE - TOCANTINÓPOLIS Fone: (063) 34711347	Municípios: AGUIARNÓPOLIS ANGICO LUZINÓPOLIS NAZARÉ SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS TOCANTINÓPOLIS
10ª ZE - ARAGUATINS Fone: (063) 34741276	Municípios: ARAGUATINS BURITI DO TOCANTINS CACHOEIRINHA ESPERANTINA SÃO BENTO DO TOCANTINS
11ª ZE - ITAGUATINS Fone: (063) 34771136	Municípios: AXIXÁ DO TOCANTINS ITAGUATINS MAURILÂNDIA DO TOCANTINS SÃO MIGUEL DO TOCANTINS SÍTIO NOVO DO TOCANTINS
12ª ZE - XAMBIOÁ Fone: (063) 34731131	Municípios: ANANÁS ARAGUANÃ XAMBIOÁ
13ª ZE - CRISTALÂNDIA Fone: (063) 32299813	Municípios: CHAPADA DE AREIA CRISTALÂNDIA FÁTIMA LAGOA DA CONFUSÃO NOVA ROSALÂNDIA OLIVEIRA DE FÁTIMA PIUM

14ª ZE - ALVORADA Fone: (063) 33531409	Municípios: ALVORADA ARAGUAÇU FIGUEIRÓPOLIS SANDOLÂNDIA TALISMÃ
15ª ZE - FORMOSO DO ARAGUAIA Fone: (063) 32299815	Municípios: DUERÉ FORMOSO DO ARAGUAIA
16ª ZE - COLMÉIA Fone: (063) 32299816	Municípios: COLMÉIA COUTO MAGALHÃES GOIANORTE ITAPORÃ DO TOCANTINS PEQUIZEIRO
17ª ZE - TAGUATINGA Fone: (063) 32299817	Municípios: AURORA DO TOCANTINS LAVANDEIRA PONTE ALTA DO BOM JESUS TAGUATINGA
18ª ZE - PARANÃ Fone: (063) 33711166	Municípios: PALMEIRÓPOLIS PARANÃ SÃO SALVADOR DO TOCANTINS
19ª ZE - NATIVIDADE Fone: (063) 32299819	Municípios: ALMAS CHAPADA DA NATIVIDADE NATIVIDADE SANTA ROSA DO TOCANTINS
20ª ZE - PEIXE Fone: (063) 32299820	Municípios: JAÚ DO TOCANTINS PEIXE SÃO VALÉRIO SUCUPIRA
21ª ZE - AUGUSTINÓPOLIS Fone: (063) 32299821	Municípios: AUGUSTINÓPOLIS CARRASCO BONITO PRAIA NORTE SAMPAIO SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS

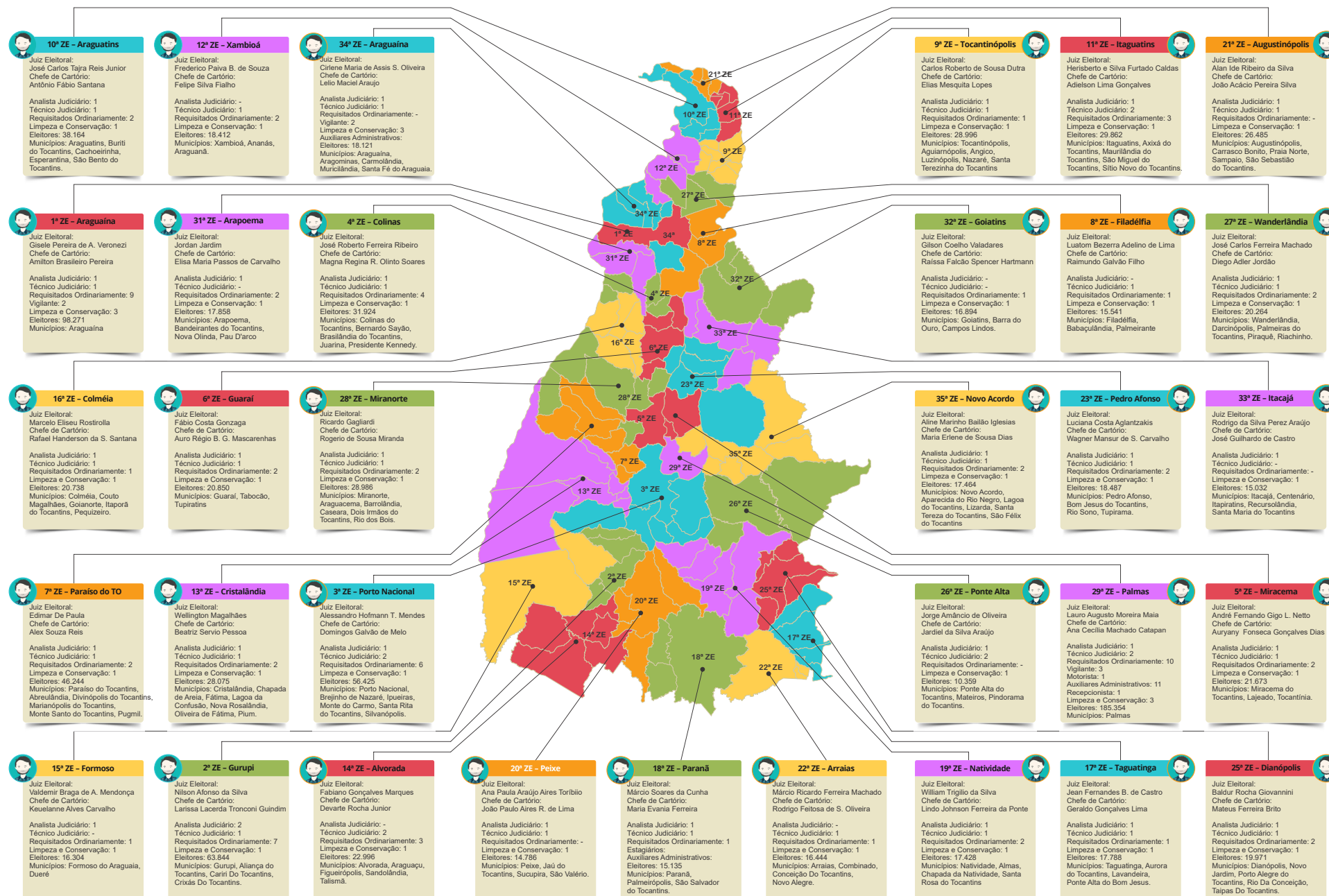
22ª ZE - ARRAIAS Fone: (063) 32299822	Municípios: ARRAIAS COMBINADO CONCEIÇÃO DO TOCANTINS NOVO ALEGRE
23ª ZE - PEDRO AFONSO Fone: (063) 32299823	Municípios: BOM JESUS DO TOCANTINS PEDRO AFONSO RIO SONO TUPIRAMA
25ª ZE - DIANÓPOLIS Fone: (063) 32299825	Municípios: DIANÓPOLIS NOVO JARDIM PORTO ALEGRE DO TOCANTINS RIO DA CONCEIÇÃO TAIPAS DO TOCANTINS
26ª ZE - PONTE ALTA DO TOCANTINS Fone: (063) 33781102	Municípios: MATEIROS PINDORAMA DO TOCANTINS PONTE ALTA DO TOCANTINS
27ª ZE - WANDERLÂNDIA Fone: (063) 32299827	Municípios: DARCINÓPOLIS PALMEIRAS DO TOCANTINS PIRAQUÊ RIACHINHO WANDERLÂNDIA
28ª ZE - MIRANORTE Fone: (063) 32299828	Municípios: ARAGUACEMA BARROLÂNDIA CASEARA DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS MIRANORTE RIO DOS BOIS
29ª ZE - PALMAS Fone: (063) 32299846	Municípios: PALMAS
31ª ZE - ARAPOEMA Fone: (063) 32299831	Municípios: ARAPOEMA BANDEIRANTES DO TOCANTINS NOVA OLINDA PAU D'ARCO

32ª ZE - GOIATINS Fone: (063) 32299832	Municípios: BARRA DO OURO CAMPOS LINDOS GOIATINS
33ª ZE - ITACAJÁ Fone: (063) 32299833	Municípios: CENTENÁRIO ITACAJÁ ITAPIRATINS RECURSOLÂNDIA SANTA MARIA DO TOCANTINS
34ª ZE - ARAGUAÍNA Fone: (063) 33219452	Municípios: ARAGOMINAS ARAGUAÍNA CARMOLÂNDIA MURICILÂNDIA SANTA FÉ DO ARAGUAIA
35ª ZE - NOVO ACORDO Fone: (063) 32299835	Municípios: APARECIDA DO RIO NEGRO LAGOA DO TOCANTINS LIZARDA NOVO ACORDO SANTA TEREZA DO TOCANTINS SÃO FÉLIX DO TOCANTINS



* O endereço das Zonas Eleitorais, nome do Juiz e do Chefe de Cartório e, ainda, os horários de atendimento podem ser consultados em:
<http://www.tre-to.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais>

ANEXO II - RAO X DAS ZONAS ELETORAIS



GRUPO DE TRABALHO

Participaram da elaboração do Relatório de Gestão todas as unidades listadas abaixo. A coordenação dos trabalhos de levantamento das informações, em cada unidade, ficou a cargo dos servidores nomeados na comissão abaixo.

Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão

Unidades	Servidores
Assessoria de Planejamento e Gestão - ASPLAN-DG	Sílvia Helena Dias dos Santos Helaine Cristina Rocha Pinto
Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP	Renata de Sena Vieira Francisco Alves Cardoso Filho
Secretaria de Administração e Orçamento - SADOR	Julhierme Markus Emílio Peres da Cunha Heloisa Gomes da Silva
Secretaria Judiciária e Gestão da Informação - SJI	Wagna Cristiane Ribeiro Wagner Pereira Nogueira
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI	Evaldo de Menezes Tacho Júnior Jáder Batista Gonçalves
Corregedoria Regional Eleitoral - CRE	Ivana Aparecida Rosa Leão Rezende Guilherme Aires Loureiro
Coordenadoria de Auditoria Interna - COAUDI	Luciano Gomes Gonçalves Valmir Martins Barros
Ouvidoria Regional Eleitoral - ORE	Henrique Hugueney Romero Rosângela Pereira Lima (substituto)
Assessoria de Pesquisa, Estratégia e Gestão da Qualidade - ASPEQ	José Eudacy Feijó de Paiva Heverson de Almeida Braga (substituto)
Comitê de Gestão de Riscos e Continuidade de Negócio - CGRCN	José Eudacy Feijó de Paiva Sílvia Helena Dias dos Santos
Núcleo de Gestão Socioambiental - NUGES	Wagna Cristiane Ribeiro Gabriella Costa Araújo
Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NUAI	Renata de Sena Vieira Helaine Cristina Rocha Pinto

Coordenação e Supervisão Geral

Diretoria Geral
José Machado dos Santos

Assessoria de Planejamento e Gestão - ASPLAN-DG
Sílvia Helena Dias dos Santos
Liziane Vemâncio Queiroz
Valdirene Borges dos Santos

Arte

Assessoria de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial
- ASCOM Coordenação: Paula Marcia Bittencourt Viana Klein
Projeto Gráfico e Diagramação: Adriano Ferreira de Mendonça
Fotografia: Lucas Nascimento

Revisão textual

Eva Bandeira Barros
Jacinta Brito Tavares